

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

ANA PAULA VIEIRA E SOUZA

**TRABALHO INFANTIL: uma análise do discurso de
crianças e de adolescentes da Amazônia
paraense em condição de trabalho**

ANA PAULA VIEIRA E SOUZA

**TRABALHO INFANTIL: uma análise do discurso de
crianças e de adolescentes da Amazônia
paraense em condição de trabalho**

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, vinculado à Linha de pesquisa Políticas Públicas Educacionais, como requisito para a obtenção do título de Doutora em Educação, sob a orientação do Prof. Dr. Ronaldo Marcos de Lima Araujo.

Belém-PA
2014

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP) Sistema de
Bibliotecas da UFPA

Souza, Ana Paula Vieira e,

Trabalho infantil: uma análise do discurso de crianças e de adolescentes da
Amazônia paraense em condição de trabalho / Ana Paula Vieira e Souza. - 2014.

Orientador: Ronaldo Marcos de Lima Araujo; Co-orientador:
Doriedson do Socorro Rodrigues.

Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de
Ciências da Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Belém,
2014.

1. Trabalho infantil - Belém (PA). 2. Educação e Estado - Belém
(PA). 3. Crianças - Belém (PA). 4. Adolescentes - Belém (PA). I. Título.

CDD 22. ed. 331.31098115

ANA PAULA VIEIRA E SOUZA

TRABALHO INFANTIL: uma análise do discurso de crianças e de adolescentes da Amazônia paraense em condição de trabalho

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, vinculado à Linha de pesquisa Políticas Públicas Educacionais, como requisito para a obtenção do título de Doutora em Educação.

Banca examinadora

Prof^o Dr. Ronaldo Marcos de Lima Araujo - Orientador
Universidade Federal do Pará

Prof^o Dr. Doriedson do Socorro Rodrigues – Co-orientador
Universidade Federal do Pará

Prof^a Dr^a. Maria Aparecida Franco Ciavatta (Avaliadora Externa)
Universidade Federal Fluminense

Prof. Dr. Gilmar Pereira da Silva (Avaliador Interno)
Universidade Federal do Pará

Prof^a Dr^a Maria Antonia Cardoso Nascimento (Avaliador Externa)
Universidade Federal do Pará

Prof^a Dr^a Ney Cristina Monteiro de Oliveira (Avaliador Interno)
Universidade Federal do Pará

Avaliado em: ____/____/____
Conceito: _____

Às minhas Obras Raras, Adriana Sá e Paloma Sá, que me ensinaram a sabedoria de ser mãe. Juntas me educam o conhecimento de humanização, que tanto ilumina a vida como esclarece o trabalho como princípio educativo.

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, **Pedro Sá** (em memória) e **Antônia Vieira** que me permitiram ter uma infância longe do trabalho infantil. Ensinaram-me a ser uma criança ativa, criativa e muito feliz, uma mulher humana. Desejaram e acreditaram no sonho de ter uma filha formada na universidade.

Às **crianças** e aos **adolescentes** da Amazônia paraense, em especial as interlocutoras dessa construção dialógica que emprestaram suas vozes para dizer do trabalho infantil. Obrigada pelo tempo compartilhado entre conversas, risos e choros.

Ao Professor Dr. **Ronaldo Marcos de Lima Araujo**, agradeço imensamente esses anos de convivência e de socialização do conhecimento, em especial sobre trabalho e educação, grato por sua dedicação e pelo desafio em me orientar na feitura da tese, exigindo o rigor com cuidado e afeto. Obrigada pela amizade/camarada e por apresentar-me aos pesquisadores do grupo trabalho e educação e da inclusão digital em Rede.

Ao Professor Dr. **Doriedson Rodrigues**, que também, aceitou o desafio de seguir e orientar a feitura desta tese. Grata pelos discursos e interdiscursos muito presente em nossos escritos.

Ao Professor Dr. **Gilmar Pereira da Silva**, pelo acolhimento afetuoso no GEPE e em sala de aula, agradeço a amizade e o aceite em compartilhar conhecimentos sobre o trabalho humanizador nos escritos desta tese.

Às Professoras da banca Dr^a **Maria Ciavatta** e Dr^a **Maria Antônia**, pelo carinho, pelo cuidado e respeito com a escritura deste trabalho. Grata pelas significativas contribuições que permitiram a construção e o alcance desta tese.

Ao Professor Dr. **Fernando Fidalgo**, por ter aceitado a minha participação no doutorado sanduíche na Universidade Federal de Minas Gerais.

À Professora Dr^a **Elinilze Teodoro**, pela amizade, pelo acolhimento e pelo afeto manifestado nos momentos mais difíceis da pesquisa. Grata por me guiar na construção metodológica do plano de pesquisa desta tese.

A **Ketno Lucas Santiago**, meu companheiro da vida, eterno camarada. Pessoa de atitude grandiosa a quem sou muito grata pelas conversas apaixonadas sobre o papel do Estado na sociedade capitalista e pelos saberes comunista entre os espaços do PCdoB do Pará e do Espírito Santo.

Aos meus dois adorados manos, **Liziê Sá** e **Pedro Sá**, pelo amor, carinho, cuidado, por sempre sentirem orgulho de mim e por acreditarem no meu trabalho.

Grata ao amigo da vida — **Mauricio Garcia** (em memória) pela amizade e carinho — amigo de luta e irmão camarada.

À amiga Professora Dr^a **Maria Auxiliadora Maués**, pessoa a quem sou muito grata. Obrigada pelas valorosas contribuições e pistas metodológicas durante todo o processo desta pesquisa. Obrigada pelo carinho, pelo colo, em especial por escutar a minha voz. És demais (quase).

Agradeço aos Professores e Professoras do PPGEd/UFGA e da PPGEd/UFMG, que contribuíram para o aprimoramento desta tese, Professores **Ronaldo Araujo, Gilmar Silva, Paulo Almeida, Terezinha Santos, Laura Alves, Salomão Hage, Maria de Fátima Martins, Fernando Fidalgo, Hormindo Junior, Antonio Júlio Menezes e Ney Cristina**. Grata pelas interações dialógicas acerca do trabalho infantil.

Aos membros do **GEPTE** — Grupo de Estudos e Pesquisa sobre Trabalho e Educação, pelo tempo de conhecimento e de amizade, em especial **João Paulo, Riane, Wanda e João Batista**. As bolsistas do Grupo **Fernanda e Leide**, especialmente a ex-bolsista **Camila**, grata a vocês pela prontidão em me ajudar com a pesquisa de campo empírico e na transcrição das entrevistas.

Ao Programa da Pós-Graduação em Educação/UFPA, na pessoa da **Ivanilde Almeida**, por sua dedicação ao trabalho burocrático e pelo seu jeito humano de tratar o outro. Obrigada.

Grata, imensamente, à **direção das escolas** Leão, Peixe Azul, Trabalho e Universal pelo aceite e pela disponibilidade em colaborar com este estudo. Grata aos funcionários Bruno e Andressa.

A **CAPES** pelo apoio financeiro nesta pesquisa.

A minha **Turma de 2010**, em especial, **Raquel, Rosângela, Gerlândia, Sônia Maia, Sergio Nassar e Izabel**, pelos diversos momentos partilhados de saberes, do brincar e de troca sobre a pesquisa.

Ao PCdoB do Pará grata pelos saberes partilhado sobre a formação humana na militância, em especial a **Eneida Guimarães, Rodrigo Moraes, Jorge Panzera e Erico Albuquerque**.

Aos colegas de trabalho da Faculdade de Castanhal (FCAT) pelos diversos momentos de interação dialógica sobre o trabalho infantil – **Nádia Bentes, Abdallah Redwan, Ademir Júnior e Arthur Neves**.

Aos **alunos** da Faculdade de Castanhal, que por meio do trabalho docente me possibilitaram dialogar sobre o trabalho infantil na Região Nordeste do Pará. Muito obrigada.

Grata a minha família **Sá e Vieira** por fazerem parte da minha história – meus sobrinhos **Alessandra, Alessandro, Bárbara, Nicole, Renata** e meus cunhados **José Eurides e Débora**. Muito Obrigada.

Manifesto o meu amor com a chegada das crianças no Clã Sá (2011 e 2014), **Eder Mauro Filho** (eterno sobrinho da TiPaula) e ao **Bento Sá Ponçadilha** (meu neto), que me possibilitaram uma reinvenção com as culturas infantis.

Finalmente a **Deus**, por ter me permitido tempo de sabedoria e confiança espiritual.

[...] Um homem se humilha, se castram
seu sonho.
Seu sonho é sua vida e vida é trabalho.
E sem o seu trabalho, o homem não tem
honra. E, sem a sua honra se morre, se
mata.
Não dá para ser feliz.
(Guerreiro Menino Gonzaguinha, 1983).

RESUMO

Esta pesquisa privilegia os discursos das crianças e dos adolescentes sobre o trabalho infantil na Grande Região Metropolitana de Belém-PA. O Trabalho Infantil constitui o nosso objeto de pesquisa. Assumimos como referência o conceito marxiano de trabalho como princípio educativo que, no contexto do capitalismo, encontra-se marcado pelo fetichismo da mercadoria. O *lócus* da pesquisa tem como base as escolas públicas estaduais situadas nos bairros da Terra Firme e de Canudos, que têm crianças e adolescentes com famílias assistidas pelo Programa Bolsa Família. 16 crianças e adolescentes com idades entre 10 e 14 anos participaram da pesquisa. Temos como referência o materialismo histórico e a metodologia tem enfoque qualitativo, do tipo da análise do discurso. Utilizamos como instrumentos para a coleta dos dados um conjunto de técnicas; as atividades de painéis divididas em seções (musical, mural do trabalho e cine prosa), a observação e o grupo focal. Os dados foram organizados em categorias empíricas explicativas do trabalho infantil. Os fundamentos teóricos sobre o trabalho como princípio educativo vieram de Gramsci e de outros pensadores do campo marxista. Na revisão bibliográfica realizada verificamos raros estudos sobre o discurso das crianças e dos adolescentes sobre o trabalho infantil. Os discursos das crianças e dos adolescentes da Amazônia paraense revelam que o trabalho infantil manifesta-se como fonte de sofrimento, como prática social que produz o estranhamento e tendo uma pedagogia própria. Conclui-se que o trabalho infantil forma as crianças e os adolescentes da Amazônia paraense para a lógica capitalista, promovendo a aceitação da sociedade capitalista e como suposto obstáculo aos conflitos e livramento da bandidagem, além de reforçar o discurso do empreendedorismo.

PALAVRAS CHAVE: Trabalho e educação. Crianças e adolescentes. Trabalho Infantil. Trabalho como princípio educativo. Estranhamento.

ABSTRACT

This research focused on the speeches of children and adolescents about child labor in the Greater Metropolitan Region of Belém-PA. The child labor is our research object. We take as reference the Marxian concept of work as an educational principle that, in the context of capitalism, is marked by commodity fetishism. The locus of the research is based in public schools localized in neighborhoods of Terra Firme and Canudos, having children and adolescents assisted by the Bolsa Família Program families. 16 children and adolescents aged 10 to 14 years participated to research. We reference historical materialism and the methodology is qualitative approach, the type of discourse analysis. We used as instruments for data collection a set of techniques; the mural work, observation and focus group. The data were organized into explanatory empirical categories of child labor. The theoretical fundamentals about work as an educational principle came from Gramsci and others thinkers in the Marxist camp. In literature review we found very few studies on the speeches of children and adolescents on child labor. The speeches of children and adolescents from Amazon Pará reveal that child labor manifested as a source of suffering, as a social practice that produces estrangement and having pedagogy itself. It is concluded that child labor mold the children and adolescents from Amazon Pará to the capitalism logical, promoting acceptance of capitalist society and as a supposed obstacle to conflict and deliverance of banditry, besides reinforcing the discourse of entrepreneurship.

KEYWORDS: Work and education. Children and adolescents. Child labor. Work as an educational principle. Estrangement.

RESUMÉ

Cette recherche porte sur les discours des enfants et des adolescents sur le travail des enfants dans la grande région métropolitaine de Belém-PA. Travail des enfants est notre objet de recherche. Nous prenons comme référence le concept de 'travail comme principe éducatif qui, dans le cadre du capitalisme est caractérisé par le fétichisme de la marchandise. Le locus de la recherche est basé sur l'état des écoles publiques situées dans les districts de Terra Firma et pailles, qui ont des enfants et des adolescents avec familles assistés par programme Bolsa Família. 16 les enfants et les adolescents âgés de 10 à 14 ans ont participé à la recherche. Nous avons référence au matérialisme historique et la méthodologie de l'approche qualitative, le type d'analyse du discours. Nous utilisons comme instruments de collecte de données un ensemble de techniques ; le œuvre murale, observation et le groupe focal. Les données ont été organisées dans des catégories empiriques explicatives du travail des enfants. Les principes théoriques sur le travail comme principe éducatif provenaient de Gramsci et autres penseurs dans le camp de marxiste. Sur la revue de la littérature, nous avons mené des études sur le discours de rares des enfants et des adolescents sur le travail des enfants. Les discours des enfants et adolescents de Amazon paraense révèlent que le travail des enfants se manifeste comme une source de souffrance, comme pratique sociale qui produit de l'étrangeté et d'avoir une pédagogie propre. On en conclut que le travail des enfants forme enfants et adolescents d'Amazon pour la logique capitaliste paraense, promouvoir l'acceptation de la société capitaliste et comme obstacle présumé de conflits et de la délivrance du brigandage, en plus de renforcer l'esprit d'entreprise discours.

MOTS CLÉS: Travail et l'éducation. Enfants et adolescents. Travail des enfants. Travailler comme un principe éducatif. Étrangeté.

LISTA DE SIGLAS

PBP	–	Programa Bolsa Família
CEDECA	–	Centro de Defesa da Criança e do Adolescente
CONANDA	–	Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente
CONAETI	–	Coordenação Nacional Trabalho Infantil Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil
FNPETI	–	Infantil
GEPE	–	Grupo de Estudos e Pesquisa sobre Trabalho e Educação
IBGE	–	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPEC	–	Programa Internacional para a Eliminação do Trabalho Infantil
MDS	–	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
MTE	–	Ministério Trabalho e Emprego
MRE	–	Movimento República de Emaús
OIT	–	Organização Internacional do Trabalho
PAI	–	Programa de Ações Integradas
PBP	–	Programa Bolsa Família
PPGED	–	Programa de Pós-Graduação em Educação
PETI	–	Programa de Erradicação do Trabalho Infantil
PNAD	–	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio
SITI	–	Sistema de Informações sobre Focos de Trabalho Infantil
SRTE	–	Superintendência Regional do Trabalho e Emprego
TI	–	Trabalho Infantil
TIP	–	Lista das Piores Formas de Trabalho Infantil
UFPA	–	Universidade Federal do Pará
UFMG	–	Universidade Federal de Minas Gerais
UNICEF	–	Fundo das Nações Unidas para a Infância

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	16
1.1 MOTIVAÇÕES PESSOAIS E PROFISSIONAIS	26
1.2 DESAFIO DO PROBLEMA/TESE	27
1.4 DA ORGANIZAÇÃO DA TESE	34
1. TRABALHO NA SUA DUPLA DIMENSÃO	37
1.1 DIALOGANDO COM LITERATURA MARXISTA SOBRE O TRABALHO	37
1.2 TRABALHO INFANTIL NA REVOLUÇÃO INDUSTRIAL DA INGLATERRA	40
1.3 QUESTIONAMENTOS SOBRE A POSSIBILIDADE DA DIALÉTICA DE O TRABALHO INFANTIL E O TRABALHO NO PRINCÍPIO EDUCATIVO NA PERSPECTIVA GRAMSCIANA	43
SÍNTESE DO CAPÍTULO	48
2. TRABALHO INFANTIL E TRABALHO EDUCATIVO	50
2.1 TRABALHO INFANTIL E O LIMITE DE IDADE NA LEGISLAÇÃO BRASILEIRA	54
2.2 TRABALHO INFANTIL E EDUCAÇÃO	58
2.3 TRABALHO INFANTIL NA LEGISLAÇÃO E PLANOS OFICIAIS	63
2.4 OUTROS PROGRAMAS OFICIAIS DE ENFRENTAMENTO AO TRABALHO INFANTIL	70
SÍNTESE DO CAPÍTULO	73
3. CONSTRUINDO O CAMPO METODOLÓGICO DA PESQUISA	75
3.1 MATERIALISMO HISTÓRICO DIALÉTICO E PESQUISA QUALITATIVA	77
3.2 ANÁLISE DO DISCURSO COM BASE EM UM DIÁLOGO TEÓRICO COM BAKHTIN	82
3.3 ESCOLHA DAS ESCOLAS	89
3.3.1 Visita às escolas	91
3.3.2 Turmas selecionadas	92
3.3.3 Reunião com os responsáveis	93

3.3.4 Caracterização das escolas e das turmas	94
3.3.4.1 Escola Leão e Turma Leão	94
3.3.4.2 Escola Trabalho e Turma Trabalho	96
3.3.4.3 Escola Universal e Turma Universal	98
3.3.4.4 Escola Peixe Azul e Turma Peixe Azul	99
3.5 A CARACTERIZAÇÃO DAS CRIANÇAS E DOS ADOLESCENTES	100
3.4 SEÇÕES PAINÉIS NA ESCOLA	102
3.6 TÉCNICA DO GRUPO FOCAL	108
3.7 FASE DE ORGANIZAÇÃO DE CATEGORIAS INTERPRETATIVAS	114
3.8 REGISTRO DA DESCRIÇÃO DO PAINEL	117
SÍNTESE DO CAPÍTULO	119
4. DISCURSO DE CRIANÇAS E DE ADOLESCENTES DA AMAZÔNIA PARAENSE SOBRE TRABALHO INFANTIL	121
4.1 TRABALHO INFANTIL COMO SOFRIMENTO	124
SÍNTESE DA CATEGORIA	145
4.2 TRABALHO INFANTIL COMO ALIENAÇÃO DO TRABALHO	147
4.2.1 TRABALHO INFANTIL COMO ALIENAÇÃO DO PRODUTO	148
4.2.2 TRABALHO INFANTIL COMO ALIENAÇÃO DA ATIVIDADE	152
4.2.3 TRABALHO INFANTIL COMO ALIENAÇÃO ESPIRITUAL	156
SÍNTESE DA CATEGORIA	164
4.3 PEDAGOGIA DO TRABALHO INFANTIL	165
SÍNTESE DA CATEGORIA	174
SÍNTESE DO CAPÍTULO	176
CONCLUSÃO	179
REFERÊNCIAS	184
APÊNDICE A – CONVITE PARA REUNIÃO	191
APÊNDICE B – FREQUÊNCIA DA REUNIÃO	192
APÊNDICE C – TERMO DE CONSENTIMENTO E LIVRE Esclarecimento	193

INTRODUÇÃO

A nossa Tese tem o foco principal no discurso de crianças e de adolescentes em condição de trabalho no Estado do Pará, matriculadas em escolas da rede estadual, situadas nos Bairros de Canudos e Terra Firme, da cidade de Belém. A escolha por essa cidade se justifica porque, segundo dados do IBGE/PNAD (2011), apresenta o maior contingente de trabalho infantil da Região Norte do Brasil¹, são mais de trinta mil crianças e adolescente entre 10 e 14 anos no trabalho infantil.

Para a nossa pesquisa sobre o trabalho de crianças e de adolescentes da Amazônia paraense assumimos o conceito de trabalho infantil usado pela Convenção da Organização Internacional do Trabalho, ratificada no Brasil em 2008, que define também as piores formas de trabalho infantil.

Para a Organização Internacional do Trabalho (2002, p. 6) “a expressão ‘trabalho infantil’ define toda atividade econômica desempenhada por uma pessoa com menos de 18 anos de idade, seja qual for a sua situação de trabalho - assalariado, autônomo, familiar -, não remunerado”.

No Plano Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil o trabalho infantil é assim definido:

[...] aquelas atividades econômicas e/ou atividades de sobrevivência, com ou sem finalidade de lucro, remuneradas ou não, realizadas por crianças ou adolescentes em idade inferior a 16 (dezesseis) anos, ressalvada a condição de aprendiz a partir dos 14 (quatorze) anos, independentemente da sua condição ocupacional. Para efeitos de proteção ao adolescente trabalhador será considerado todo trabalho desempenhado por pessoa com idade entre 16 e 18 anos e, na condição de aprendiz, de 14 a 18 anos, conforme definido

¹ Com base em dados do Censo 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e do Programa Nacional de Amostra por Domicílio (PNAD) a média nacional de crianças e adolescentes com idade entre 10 e 14 anos são um pouco mais de dezessete milhões. De acordo com a média nacional, 6% (mais de um milhão) das crianças nessa faixa-etária trabalham. A maior média é da Região Norte com 9%, o equivalente a cento e cinquenta e oito mil crianças trabalhando com idades entre 10 e 14 anos. O Estado do Pará teve a mesma média de 9%. O Estado do Pará tem em média mais de oitenta mil crianças e adolescentes entre 05 e 17 anos submetidas ao trabalho infantil.

pela Emenda Constitucional nº 20, de 15 de dezembro de 1998 (BRASIL, 2004, p. 09).

Para este estudo consideraremos o trabalho infantil tal como definido neste Plano, como atividade exercida por pessoas menores de 16 anos, resguardando a condição de aprendiz.

Tratar do trabalho infantil exigiu uma apropriação conceitual da categoria trabalho, fundamentada em autores marxistas. Mais ainda, determinou uma incursão dialógica no campo das Leis brasileiras e ações governamentais de cada período da nossa história, para reconhecer as pesquisas no Brasil sobre o trabalho de crianças e de adolescentes.

O levantamento bibliográfico feito nos permitiu consultar diversas pesquisas no Brasil, tais como: teses, dissertações, relatórios, livros e artigos. Esta informação subsidiou a constatação que o enfoque das pesquisas sobre o trabalho infantil está relacionado às ações governamentais vinculadas ao Programa de Erradicação do Trabalho Infantil e ao Programa Bolsa Família, recorrentemente investigadas no campo da institucionalização do direito social da população infantil. Trata-se de políticas públicas sociais que focam a proteção à infância e sistematizam um conjunto de ações articuladas, que visam à eliminação do trabalho precoce de crianças e adolescentes das classes sociais.

Nessas leituras, verificamos que o trabalho infantil revela-se uma forma de trabalho degradante, periculoso, relacionado à cultura da exploração de crianças e adolescentes e justificado no senso comum, cristalizado na fala de que esse tipo de trabalho evita a iniciação ao uso ou ao vício das drogas. E, por isso, o combate ao trabalho infantil no Brasil passou a ser objeto de Lei específica², inclusive ao ser constituída a Lista das Piores Formas de Trabalho Infantil (Lista TIP), o que ampliou as possibilidades de punição contra pessoas que o utilizam em comércios, fábricas, empresas, famílias, etc., e, especialmente, expandiu a proteção

² Decreto de Nº 6481 de julho de 2008, assinado pelo então, presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

para as crianças e os adolescentes submetidos a atividades degradantes tanto na cidade como no campo.

A Lista das Piores Formas de Trabalho Infantil é um documento que descreve as atividades e as classifica em dois grupos: 1) Trabalhos prejudiciais à saúde e à segurança; 2) trabalhos prejudiciais à moralidade. No primeiro grupo, há a inclusão de todas as atividades desenvolvidas na agricultura, na pesca, na indústria, na produção de energia, na construção, no comércio, no transporte, na saúde, nos serviços coletivos e sociais, no **serviço doméstico**, e, inclusive, no que se popularizou como trabalho de ajudante na lavagem e vigilância de veículos nas ruas das grandes cidades. No segundo grupo, a abrangência das atividades relaciona-se aos trabalhos em boates, bares, produção de propagandas voltadas para objetos sexuais, venda de bebidas alcoólicas e exposição a abuso físico, psicológicos ou sexuais.

O que se evidencia nesse tipo de trabalho, que ele é prejudicial à saúde e à integridade física de crianças e de adolescentes, cuja gênese histórica está relacionada a exploração de sua vulnerabilidade econômica. Entre as causas de sua permanência há questões econômicas e culturais, pois serve ao capitalismo e se justifica no mito que se cristalizou de que esse tipo de trabalho é algo digno e que previne o ócio.

No Estado do Pará o trabalho infantil revela-se um fenômeno de grande impacto social que vai se configurando como exploração na vida das crianças e dos adolescentes empobrecidos, impondo-lhes um modo de vida degradante.

De acordo com os indicadores sociais do Departamento Intersindical de Estatística de Estudos Socioeconômicos (DIEESE, 2010), o Estado do Pará concentra o maior número absoluto de crianças e adolescentes ocupadas na faixa etária entre 10 e 14 anos. Mais de cento e cinquenta mil crianças e adolescentes estão trabalhando na Região Norte, desse total

quase oitenta e dois mil tem idade entre 10 e 14 anos, "correspondendo mais de 50% de todas as crianças da Região Norte" (DIEESE, 2010, p. 3).

O trabalho infantil no Estado do Pará, segundo o Ministério do Trabalho e Emprego (2012), tem como atividade de maior ocupação das crianças e dos adolescentes entre 05 e 17 anos, o serviço não agrícola, ou seja, atividades urbanas, tais como; "catação de lixo, comércio ambulante, indústria moveleira, lavagem de automóveis, panificação; feiras, serviços em cerâmicas, serviços em oficinas mecânicas, venda de jornais e serviços domésticos" (MTE, 2012).

As atividades econômicas realizadas por crianças e adolescentes da Amazônia paraense, entre 10 e 14 anos, também estão relacionadas a pesca e a agricultura, e as informações estão disponibilizadas no Sistema de Informações sobre Focos de Trabalho Infantil (SITI) no Brasil (MTE, 2012). Entre as atividades agrícolas destacam-se cata do caranguejo, cultura de laranja, cultura de mandioca, cultivo de pimenta-do-reino, plantio de feijão, cultura de milho, extração de minérios, extração vegetal, pecuária, pesca, produção de carvão vegetal, serviços em madeireiras e serrarias, matadouros entre outras ocupações.

Os dados do Sistema de Informações sobre Focos de Trabalho Infantil ainda permitiu a visualização das ações de fiscalização desenvolvidas no Estado do Pará, que visam combater as atividades de trabalho infantil e buscam retirar as crianças e os adolescentes da condição de exploradas e facilitar o acesso à escola. As ações são realizadas em parceria com outras organizações governamentais.

A Superintendência Regional do Trabalho e Emprego (2012) no Estado do Pará informou, por meio de um relatório, que no ano de 2010, cento e setenta e seis (176) ações fiscais foram realizadas, com as quais estiveram afastadas 129 crianças do trabalho. Em 2011, a SRTE/PA teve como meta afastar do trabalho 425 crianças e adolescentes, sendo que atingiu 297 crianças; em 2012, 68 ações afastaram 120 crianças e adolescentes do trabalho infantil.

Logo a maior incidência do trabalho de crianças e de adolescentes no Estado do Pará, registrado pela SRTE/PA (2012) estão tipificados como as piores formas de trabalho infantil. As atividades desenvolvidas em lixão, o trabalho de engraxe, no açougue, na lavagem de carro, no serviço doméstico, no comércio em geral.

Segundo o Relatório da SRTE/PA (2012), a maioria das crianças e dos adolescentes flagrados no trabalho estava a serviço de terceiros e da própria família. A família (pai/mãe) justificou para os auditores fiscais que o trabalho era a única solução de prevenção da mente ociosa, de o filho não ficar em casa assistindo televisão, nem jogar bola na rua. Consta no Relatório que uma mãe justificou o trabalho das filhas aos auditores fiscais, dizendo: “doutora, as minhas filhas não querem fazer nada só assistir televisão, não dá né doutora [...], tem que trabalhar” (Op. Cit. p. 56).

Para muitas famílias, o trabalho ainda significa ocupar o tempo das crianças e dos adolescentes, muitas vezes é percebido como forma de evitar o uso das drogas e a prática de crimes. Os registros da Superintendência Regional do Trabalho e Emprego do Estado do Pará (2012) feito com os pais das crianças que estavam trabalhando indicam que as famílias, em geral, não percebem outra forma de motivar os filhos que não seja o trabalho. E a escola não apareceu em nenhum momento da fala dos pais como espaço mais valorizado que o trabalho.

Entre 2011 e maio 2013, o Sistema de Informações sobre Focos de Trabalho Infantil registrou que a Superintendência Regional do Trabalho e Emprego do Estado do Pará executou mais de 24 fiscalizações no setor formal e informal na cidade de Belém, entre os meses de fevereiro a junho. Os trabalhos não remunerados foram identificados como os maiores focos de atividades perigosas e insalubres encontrados e identificados com maior destaque no Pará. Entre as piores formas de trabalho infantil foram identificadas atividades praticadas no lixão e no trabalho doméstico, conforme assinala o Mapa de Indicativos do Trabalho da Criança e do Adolescente (MTE/SITI 2012).

A fiscalização da Superintendência Regional do Trabalho e Emprego na cidade de Belém, entre 2011 e 2013, localizou 44 crianças e adolescentes trabalhando no setor informal, tanto do sexo feminino e como do sexo masculino com idade entre 05 e 17 anos. As ocupações foram no serviço doméstico, lavador de carro e oficinas mecânicas.

Em 2014, na cidade de Belém, no período entre março e junho, a SRTE/PA realizou em locais como o Comércio a varejo de peças e acessórios novos para veículos automotores, restaurantes, Comércio atacadista de aves abatida e derivado, Serviços de manutenção e reparação mecânica de veículos automotores, Serviços combinados de escritório e apoio administrativo e Trabalhos Prejudiciais à Moralidade - De venda, a varejo, de bebidas alcoólicas mais de 34 ações de fiscalização localizando mais de 13 crianças do trabalho.

Dentre as fiscalizações efetuadas no Estado do Pará entre o período de 2011 e 2014, pela Superintendência Regional do Trabalho e Emprego, destaca-se uma ação na cidade de Tucuruí, que apresentou mais de 50 crianças e adolescentes entre 10 e 18 anos desenvolvendo atividades econômicas prejudiciais à saúde, constante na Lista das Piores Formas de trabalho Infantil. Em dez estabelecimentos comerciais na área urbana do Município de Tucuruí, os menores trabalhavam em lava jatos, oficinas mecânicas, açougues e atividades informais, como lixão e engraxate. Todos os estabelecimentos e seus responsáveis foram autuados por empregarem crianças e adolescentes com idade inferior a 18 anos em atividades insalubres e perigosas.

Além da multa, outras ações foram adotadas pela Superintendência Regional do Trabalho e Emprego a partir da elaboração do relatório, da ficha de verificação física. Esses documentos encaminhavam os pareceres para o Conselho Tutelar e Ministério Público do Trabalho para descrever as condições de trabalho das crianças e dos adolescentes localizadas no lixão de Tucuruí. Ainda, na ficha de verificação consta que foi feito contato com

as famílias e que algumas dessas crianças estavam vinculadas ao Programa Bolsa Família, ou seja, trabalhavam e estudavam.

Diversos fatores imbricados contribuem para a permanência do trabalho infantil no Brasil e muitos estão relacionados ao desemprego do responsável, ao baixo salário das famílias, à baixa escolaridade dos pais e à falta de motivações sobre a escola enquanto espaço social e de aprendizado.

Isso justifica pesquisas acadêmicas sobre o trabalho infantil, particularmente no Estado do Pará, considera-se ainda que, em sua grande maioria, as pesquisas consultadas favoreceram que o Estado brasileiro adotasse medidas de proibição e de combate à exploração infantil, assim como para desmitificar o discurso ideológico de que seria o trabalho infantil uma atividade benéfica, por favorecer a disciplina. Considerou-se, portanto, que o trabalho infantil é nocivo ao desenvolvimento físico, intelectual, psicológico e social de crianças e de adolescentes, além de limitar o avanço na escolarização.

As medidas de proteção adotadas no Brasil para abolir qualquer tipo de trabalho infantil, começam a ter visibilidade no limiar do Século 21, quando adota a Convenção Nº 182 da Organização Internacional do Trabalho³. O Estado brasileiro reconhece a necessidade de promover programas de integração social para às crianças, para os adolescentes em condição de ocupadas e de ações para ajudar as suas famílias. Reconhece o caráter ideológico do discurso, que afirma ser o trabalho infantil solução para à pobreza e aponta para a necessária diminuição da desigualdade social e pelo crescimento econômico, que possibilitaria o desenvolvimento cultural e a universalização do acesso a educação de qualidade.

As normas da Convenção Nº 182 são complementadas pela Recomendação de Nº 190, sobre as Piores Formas de Trabalho Infantil⁴, que trata dos Programas de Ação para identificar e denunciar o trabalho

³ Convenção sobre Proibição das Piores Formas de Trabalho Infantil e Ação Imediata para sua Eliminação, promulgação pelo Decreto n. 3.597, de 12.09.2000.

⁴ Ratificada no Brasil por meio do Decreto No 3.597, de 12 de setembro de 2000.

infantil [...] levando em consideração o que pensam as crianças diretamente afetadas pelas piores formas de trabalho infantil, suas famílias [...] (BRASIL, 2000).

A Recomendação Nº 190 determina como perigosos os tipos de trabalho caracterizados a saber:

(a) trabalhos que expõem a criança a abuso físico, psicológico ou sexual; (b) trabalhos subterrâneos, debaixo d'água, em alturas perigosas ou em espaços confinados; (c) trabalhos com máquinas, equipamentos e instrumentos perigosos ou que envolvam manejo ou transporte manual de cargas pesadas; (d) trabalhos em ambiente insalubre que possa, por exemplo, expor a criança a substâncias agentes ou a processamentos perigosos, ou a temperaturas ou a níveis de barulho ou vibrações prejudiciais a sua saúde; (e) trabalhos em condições particularmente difíceis, como os horários prolongados ou noturnos, ou trabalho em que a criança é injustificadamente confinada ao estabelecimento do empregador (BRASIL, 2000).

As ações para identificar e denunciar as Piores Formas de Trabalho Infantil tomam forma com a criação do Plano Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção do Adolescente, em 2003, que revelou dados estatísticos em três capitais brasileiras: Recife, Belo Horizonte e Belém, sobre a situação de crianças e adolescentes em situação de trabalho.

No Brasil, em particular na cidade de Belém, as pesquisas tiveram a finalidade de levantar dados sobre o trabalho infantil. A pesquisa na capital paraense⁵ revela o trabalho de meninas no serviço doméstico em Belém e aponta que a pobreza não é a única causa do envolvimento de crianças e de adolescentes no mercado de trabalho; outro elemento econômico a ser apontado é o processo de produção capitalista como atuante principal da exploração da mão de obra infantil. Outras causas ainda podem ser assinaladas: “pobreza; aspectos culturais; baixa oferta escolar e impunidade (...) a não punição sistemática e efetiva dos agenciadores e contratadores do trabalho infantil” (ARAUJO, 2003, p. 16).

⁵ Pesquisa realizada pelo CEDECA-EMAUS e patrocinado pela UNICEF, Save the Children em 2003.

O estudo do pesquisador paraense Araujo (2003) revela que “o trabalho infantil é a principal causa de exploração e abuso das crianças no mundo de hoje” (ARAUJO, 2003).

Para o autor:

O trabalho infantil tem sido objeto de indignação social de forma crescente em todo o mundo, atividade a que a humanidade tem se manifestado de forma contrária, defendendo, em contrapartida, a socialização da criança no meio familiar e escolar por meio de atividades educativas, de jogos e brincadeiras (ARAUJO, 2003, p. 10).

O estudo da pesquisadora paraense Lamarão (2008), afirma que o trabalho infantil doméstico favorece a formação subalterna das crianças e dos adolescentes, em especial, das meninas. A pesquisa reafirma que são históricas as práticas de violência no âmbito do lar, que favorece abusos verbais e morais, sendo comum a prática de castigo e de punição. Muitas vezes o trabalho doméstico é percebido como atividade de disciplinamento, carregado de ideais moralizantes para crianças e adolescentes pobres.

A subalternidade revela o estigma social que tem relação com “a postura encurvada, o olhar cabisbaixo, as atitudes de submissão”, como afirma LAMARÃO (Idem):

Neste caso, o uso de aventais, de toucas, de cabeças raspadas, as mãos calejadas, degradadas pelo uso excessivo em tarefas domésticas são signos que denunciam a sociabilidade e a subalternidade própria do trabalho doméstico (LAMARÃO, Idem, p. 6-7).

Essa subalternidade no trabalho infantil tem o sentido de opressão e violência, assim como o sofrimento físico, sexual, psicológico ou econômico. Nesse sentido, o trabalho infantil pode ocasionar sentimentos relacionados à humilhação e inferioridade diante da sociedade. Para Araujo (Idem), tem o efeito de produzir baixa estima dificultando o desenvolvimento emocional e afetivo das crianças e dos adolescentes, em função, do distanciamento das famílias.

As pesquisas no Estado do Pará mostram que as crianças e os adolescentes que trabalham estão submetidos a uma condição subalterna no trabalho infantil, muitas vezes relacionada ao gênero feminino e à etnia afrodescendente, no que diz respeito ao trabalho doméstico. E no contexto subliminar dessa realidade, é preciso desconstruir o discurso ideológico de que o trabalho infantil “favorece as oportunidades sociais” (Ibidem, 2008).

No entanto, nessa linha de pensamento, Araujo (Ibidem) considera que o trabalho infantil conta com o estímulo de uma cultura de aceitação existente na Região Norte do país, também direcionada para o contingente dos meninos, principalmente no setor agrícola, onde existe a predominância do gênero masculino submetido ao trabalho infantil.

Por essa razão Araujo (ibidem p. 28) afirma que ações diretas e de fiscalização e repressão são eficazes para o combate ao trabalho infantil, assim como “a retomada do crescimento econômico deve ser apontado, portanto, como a saída para o fim dessa atividade”. De outro modo podemos dizer que ações estratégicas devem direcionar para ampliação e a qualificação da Educação Básica, que são instrumentos importantes para o combate ao trabalho infantil.

A partir dessas pesquisas no Estado do Pará, várias indagações surgiram acrescidas pelo contato expressivo com a literatura sobre o trabalho infantil, além dos documentos oficiais e a produção acadêmica em diferentes áreas do conhecimento. Estes estudos revelaram a lacuna de pesquisas que considerassem o discurso produzido por crianças e adolescentes envolvidas no trabalho infantil, o que configura aqui o foco da nossa pesquisa.

1.1 MOTIVAÇÕES PESSOAIS E PROFISSIONAIS

O interesse acadêmico em estudar o trabalho infantil surgiu da pesquisa de Mestrado (SOUZA, 2009)⁶ na qual geramos uma interlocução com crianças envolvidas em trabalhos que, segundo elas, eram para ajudar a família: cuidar do irmão menor, cozinhar, arrumar a casa, passar roupa, trabalhar na feira, vender em semáforos etc., em que, por muitas vezes, denunciavam a assunção da responsabilidade econômica no lugar de seus responsáveis.

Nas vozes das crianças, foi possível perceber que o trabalho infantil é um fenômeno cansativo, laborioso e obrigatório que, em muitos momentos, atrapalhava o brincar e o frequentar a escola. Além disso, muitas vezes era associado a violência e colocado como obrigação para ajudar os pais em atividades laboriosas.

A pesquisa ali realizada permitiu a compreensão histórica que, no sistema capitalista, o trabalho infantil tem relação com a pobreza e com o baixo rendimento dos responsáveis, limitando o desenvolvimento pleno e a escolarização das crianças e dos adolescentes.

O desejo de estudar, de continuar a ouvir as vozes de crianças e de adolescentes sobre o trabalho infantil, permitiu uma aproximação com as discussões do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Trabalho e Educação (GEPTE), o que favoreceu o prosseguimento da nossa qualificação profissional como professora no Ensino Superior e na Educação Infantil.

O GEPTE⁷ privilegia estudos na área de trabalho e educação, tendo como linhas de pesquisa: Educação Profissional, Práticas na Formação do Trabalhador no Estado do Pará, em particular na Região Metropolitana de

⁶ Pesquisa de Mestrado realizada em escola pública da rede municipal de Belém, defendida em 2009, no PPGEd/UFPA, sob a orientação da Prof^a Dr^a Laura Maria da Silva Alves, cujo título “As culturas infantis no espaço e tempo do recreio: constituindo singularidades sobre a criança”.

⁷ O Grupo de Pesquisa sobre Trabalho e Educação já desenvolveu estudos sobre o trabalho infantil sob a orientação e coordenação do Professor Dr. Ronaldo Marcos de Lima Araujo, que orientou três Trabalhos de Conclusão de Curso com o tema trabalho infantil no Curso de Pedagogia e coordenou Pesquisa para a Delegacia Regional do Trabalho.

Belém, sobre o Trabalho Infantil e o Trabalho Escravo na perspectiva dos Direitos Humanos.

A inserção no GEPTTE, assim, permitiu o desenvolvimento da pesquisa bibliográfica sobre o trabalho infantil, em especial no Município de Belém, que se encontra carente de maiores análises para a compreensão deste fenômeno no campo educacional da Amazônia paraense. Os indicadores dessa falta de estudo sobre o trabalho infantil foram verificados nas produções acadêmicas do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da Universidade Federal do Pará, colocando-se como problemática de nossa pesquisa.

1.2 DESAFIO DO PROBLEMA/TESE

A nossa participação nas atividades acadêmicas na UFPA, por meio do GEPTTE, e na UFMG, por meio do Núcleo de Estudos sobre Trabalho e Educação – NETE⁸ possibilitaram a construção de um referencial teórico fundado no materialismo histórico dialético sobre algumas categorias centrais desta pesquisa, tais como o trabalho, o trabalho como princípio educativo, trabalho infantil e estranhamento.

Adotamos a visão do trabalho como condição da existência humana, como atividade humana que se destina a suprir as necessidades materiais do homem, mas que, sob o capitalismo, assume dupla perspectiva, como trabalho humano abstrato e trabalho concreto.

Trabalho concreto é atividade humana que se destina a produzir um bem útil com valor de uso, possuindo uma função ontológica, de transformar o homem ao mesmo tempo em que transforma a natureza. O trabalho é necessário para a existência do homem que se desenvolve como ser humano no e pelo trabalho, Marx (2010a) explica que todo trabalho é dispêndio da força do trabalho do homem sob a forma adequada a um fim, e, nessa qualidade, o trabalho concreto produz valor de uso.

⁸As atividades acadêmicas desenvolvidas foram realizadas por meio da Missão Doutoral no âmbito do convênio PROCAD/CAPES/UFPA/UFMG/UFPE-Laborar.

A atividade produtiva é o trabalho, como criador de valores de uso, como trabalho útil é indispensável à existência do homem – quaisquer que sejam as formas de sociedade –, é necessidade natural e eterna de efetivar o intercâmbio entre o homem e a natureza e, portanto, de manter a vida humana (MARX, 2010a, p. 64-65).

Coloca-nos Marx (2010a, p. 63) “chamamos simplesmente de trabalho útil aquele cuja utilidade se patenteia no valor-de-uso do seu produto ou cujo produto é um valor-de-uso”. O trabalho criador do conhecimento é trabalho produtivo porque promove os meios de subsistência dos seres humanos, portanto, é uma atividade adequada a um fim, trabalho necessário à vida social. De outra forma, o trabalho abstrato é atividade que se destina a produzir mercadorias, valor de troca, retirando da atividade o sentido de satisfação das necessidades humanas que assume o trabalho concreto, fazendo desta atividade um meio de reprodução do capital e não de humanização.

Esclarece Marx (2010a, p. 69), “as mercadorias só encarnam valor na medida em que é expressão de uma mesma substância social, o trabalho humano; seu valor é, portanto, uma realidade apenas social” manifestado na relação social em que uma mercadoria se troca por outra.

Compreendemos o trabalho concreto como elemento necessário à criação do valor de uso que satisfaz socialmente as necessidades do ser humano, enquanto o trabalho abstrato consome energia física e produz a mais valia para o capital ao explorar a força do homem. O duplo sentido do trabalho – trabalho necessário e trabalho obrigatório – está presente no trabalho infantil e procuraremos verificar isso mais adiante, em nossas análises. O trabalho infantil, portanto, vai se revelar como uma necessidade de sobrevivência, manifestando-se como algo penoso, obrigatório e produtor de estranhamento.

Consideramos em nossa pesquisa que o trabalho infantil, na sociedade capitalista, ganha legitimidade e esta “reforça o trabalho obrigatório para as crianças e os adolescentes da classe trabalhadora ao sustentar a ideia de ser culturalmente educativo” (BRASIL, 2003).

Consideramos ainda que o trabalho infantil dificulta a escolarização das crianças e dos adolescentes.

O trabalho de crianças e adolescentes, na sociabilidade capitalista, ainda é percebido pelo senso comum como capaz de tirá-las da condição da pobreza e como parte do seu processo formativo para a vida. Isso significa que a educação formal/escolar é considerada menos importante que a participação no trabalho produtivo direto (ARAUJO, 2003, p. 27). Procuramos problematizar essa ideia, considerando o discurso das crianças e dos adolescentes, revelando que a formação que realiza não promove a autonomia e reproduz as desigualdades econômicas e sociais.

O trabalho capaz de promover a autonomia de crianças e adolescentes, na perspectiva gramsciana, não seria o trabalho produtivo direto, mas o trabalho que se insere na escola mediado pelos conteúdos e pelos métodos, favorecendo o acesso à ciência e à cultura, produtos do trabalho humano, diferentemente da configuração que o trabalho infantil assume ao privar as crianças e os adolescentes do desenvolvimento das suas atividades criativas.

A literatura explica que o trabalho infantil é contínuo, repetitivo, exige esforço, força física e não é um “trabalho criador” (MAKARENKO, 1981). Trata-se de atividade intensa que na sociedade capitalista se mostra como condição de exploração e reprodução das desigualdades sociais de classes, o que diferencia da atividade criadora do trabalho como princípio educativo.

O trabalho infantil é uma atividade que causa sofrimento as crianças e aos adolescentes de origem trabalhadora. Revela-se como atividade alienante em relação ao produto desta atividade, em relação à própria atividade, produzindo o estranhamento humano. É uma forma de trabalho que também não favorece o desenvolvimento do país; ao contrário, reproduz a pobreza. É um fenômeno que limita o desenvolvimento físico, social e cultural de crianças e de adolescentes e o avanço na escolarização.

O trabalho infantil é aqui compreendido em oposição ao trabalho como princípio educativo na compreensão de Gramsci (2011), para quem é criativo quando relaciona, na prática social, forma e conteúdo; é criador dos meios de vida, tanto nos aspectos materiais como culturais, ou seja, do conhecimento, “de criação material e simbólica e de formas de sociabilidade” (MARX, 2010a). Na mesma linha de raciocínio, Ciavatta (2008, p. 408) corrobora defendendo que “o caráter formativo do trabalho e da educação é a ação humanizadora por meio do desenvolvimento de todas as potencialidades do ser humano”.

Pistrak (2008) compreende o trabalho como um “elemento pedagógico que direcione as crianças e os adolescentes às relações com a realidade atual e à auto-organização” (PISTRAK, 2008, p. 32), que possibilite o conhecimento da ciência e o desenvolvimento da ação coletiva em função de um projeto de “transformação dos conhecimentos em concepções ativas e **criativas**” (PISTRAK, 2008, p. 37, grifo nosso).

O trabalho educativo para Makarenko (1981) “é, antes de tudo, um trabalho de organização da vida social”, que deve organizar as relações sociais na família e na sociedade. Como tal “[...] deve ser uma atividade criadora” [...] e voltar-se “para a criação da riqueza social e para ampliar a cultura do país dos trabalhadores” (MAKARENKO, 1981, p. 58).

Frigotto (2008, p. 402) esclarece que “o trabalho como princípio educativo, então, não é, primeiro e, sobretudo, uma técnica didática ou metodológica no processo de aprendizagem, mas um princípio ético-político”, [...], “pois é frequente reduzir o trabalho como princípio educativo à ideia didática ou pedagógica do ‘aprender fazendo’”:

O trabalho como princípio educativo deve possibilitar a habilidade para trabalhar coletivamente e se voltar para o conhecimento da cultura humana. “O trabalho deve ser também um dos elementos básicos da educação”, por isso deve fazer sentido e ser importante na educação familiar (MAKARENKO, Idem, p. 57).

O trabalho por ser um “princípio ético-político”, conforme explica Frigotto (2008, p. 402), não coaduna com a exploração do trabalho, que na sociedade capitalista assume a forma histórica marcada pelas relações sociais de exploração e alienação manifestas na realidade do trabalho infantil, que “deve ser combatido em qualquer circunstância e idade”.

Em nossa pesquisa, portanto, assumimos a tese: imersos em um contexto histórico, como o trabalho infantil é caracterizado no discurso de crianças e de adolescentes da Amazônia paraense, estando, ao mesmo tempo em condição de ocupadas e estudantes de escolas públicas da rede estadual do Município de Belém.

O trabalho infantil é assumido na tese como uma atividade a serviço do capital, que não tem relação com o conceito gramsciano de trabalho como princípio educativo, que produz o estranhamento das crianças e dos adolescentes submetidas a esta condição de exploração e de alienação.

Compreendemos que o trabalho infantil é uma atividade negativa ao desenvolvimento da infância, contrária à auto-organização da vida social, porque limita o desenvolvimento de “todas as dimensões da vida humana; biológica, intelectual, cultural, social, estética, simbólica, lúdica e afetiva” (FRIGOTTO, 2008).

A proposição da Tese permitiu que elegêssemos a questão central que norteou a pesquisa, a saber: como se caracteriza o trabalho infantil no discurso das crianças e dos adolescentes da Amazônia paraense matriculadas em escolas públicas estaduais do Município de Belém?

A questão norteadora guiou a pesquisa para a qual definimos como objetivo geral aprender o discurso de crianças e de adolescentes, estudantes das escolas públicas estaduais do Município de Belém, ocupadas, sobre o trabalho infantil.

E, de modo particular, procuramos investigar como se manifesta nos discursos das crianças e dos adolescentes o trabalho infantil; identificar

possíveis peculiaridades que caracterizam o trabalho infantil nos discursos das crianças e dos adolescentes.

Posto o desafio de analisar os discursos de crianças e de adolescentes da Amazônia paraense em situação de trabalho, pretendemos apreender o discurso ideológico manifesto entre as vozes do eu e tu, ou seja, que outras vozes estão subjacentes às falas desse grupo social. Entendendo que “nessa interação dialógica, articulam-se falas que não são falas de seu criador, mas falas de outras pessoas” (ALVES, 2003).

Assim, o trabalho infantil, objeto de estudo desta tese, tem registros em toda a história humana, mas, no capitalismo, tem na história da Inglaterra a partir da metade do Século 19 um capítulo importante, pois fora recorrentemente utilizado e motivado pela “invenção da máquina a vapor e pela de tear fios” (ENGELS, 2010). Coincide com o aparecimento da classe operária e é motivado pelo desenvolvimento da indústria e das máquinas. Engels (2010) explica que o trabalho de crianças e adolescentes foi utilizado nas maquinarias com extensas jornadas que duravam entre 14h e 16h e não incluía o horário de refeição, que geralmente não existia.

O trabalho infantil tem sido justificado, historicamente, como uma possível solução para a miséria de crianças e adolescentes em condição de pobreza. Del Priore (2008) e Rizzini (2008) falam que o trabalho infantil é carregado do discurso ideológico, uma ideologia de ser visto como antídoto para erradicar a miséria e a pobreza da classe trabalhadora, muitas vezes desprovida de bens essenciais à vida humana.

O trabalho infantil (DEL PRIORE; RIZZINI, 2008) tem, historicamente, o significado de valor moral, como redenção, de ser educativo, todavia, para crianças e adolescentes empobrecidos, reveste-se de uma aparência que disfarça a exploração da sua força, na forma de ajudar, de ser obrigatório ou como troca de favor (ao ganhar coisas: roupas usadas, reaproveitadas, promessa de frequentar a escola e ter o que comer).

É a partir do fenômeno do trabalho infantil que encaramos nesta pesquisa o desafio de aprender o discurso de crianças e de adolescentes, no sentido de descrever e analisar o sentido que assume o trabalho para estes sujeitos e suas peculiaridades. Para isso assumimos a orientação metodológica de base marxista e assumimos a análise do discurso como estratégia de análise das falas, cuja compreensão filosófica de linguagem tem como base as contribuições do Círculo de Bakhtin⁹.

Bakhtin (2009, p. 31) diz que a base de uma teoria marxista sobre o conhecimento científico se desenvolve do ponto de vista da criação do ideológico, “faz parte de uma realidade (natural ou social) como todo corpo físico, instrumento de produção ou produto de consumo”; [...], “reflete e refrata outra realidade, que lhe é exterior”. Assim, a Análise do Discurso que tomamos como referência para a análise das falas das crianças e dos adolescentes nesta Tese retoma algumas categorias pautadas nas sistematizações de Bakhtin: as contradições do discurso ideológico que estão na base das relações sociais. As falas que se concretizam no discurso do outro (BAKHTIN, 2009).

O materialismo histórico dialético, enquanto método busca investigar/analisar o movimento dos acontecimentos na história, estuda os fenômenos sociais e políticos a partir da sua base material que lhe conforma a existência, considerando suas contradições e suas mediações.

Este método foi adotado nesta investigação sobre as particularidades do trabalho infantil para que pudéssemos analisar as “diferentes formas de desenvolvimento” do nosso objeto de estudo (MARX, 2010a, p. 28).

A partir das categorias trabalho e trabalho como princípio educativo buscou-se estabelecer conexões com o resultado obtido para apontar o sentido e as características que assume o trabalho nos enunciados discursivos das crianças e dos adolescentes da Amazônia paraense.

⁹ Os textos publicados sob o nome de Bakhtin são supostamente seus; há quem atribua a Bakhtin/Voloshinov e a Bakhtin/Medvedev os textos. Considerando que estes três intelectuais e outros mais das mesmas ideias. A eles foi dada a denominação de *Círculo de Bakhtin*.

Para darmos conta de chegar ao concreto pensado desta tese foi necessário esquadrihar uma forma de organização do Relatório Doutoral. Assim, estruturamos a tese de modo a revelar o caminho de investigação trilhado, tal como consta abaixo.

1.4 DA ORGANIZAÇÃO DA TESE

O texto encontra-se estruturado em cinco partes, considerando-se a Introdução e quatro Capítulos. Na Introdução apresentamos o objeto de estudo – Trabalho infantil, a motivação da pesquisa, a construção da problemática, os aspectos de fundamentação teórico/metodológica no movimento da produção do conhecimento científico.

No primeiro capítulo – O trabalho na sociedade capitalista –, sistematizamos a discussão sobre as categorias marxiana, em especial o trabalho criador, útil, e o princípio educativo em Gramsci, que permitiu reflexões a respeito do trabalho infantil fetichizado no aparelhamento da sociedade capitalista, sem o caráter educativo na perspectiva gramsciana. Destacamos ainda o seu modo alienante e embrutecedor por negar às crianças e aos adolescentes uma formação ampla, como também por limitar o direito de viver a plenitude da infância e da adolescência a uma classe social.

No segundo Capítulo, tratamos da gênese histórica do trabalho infantil, a dimensão histórica e conceitual assumida nos documentos regulatórios e na literatura, que demarca o tempo histórico do Século 20 e o começo do Século 21. Apreendemos que o trabalho infantil sempre esteve relacionado à condição de pobreza das crianças e dos adolescentes, atrelado ao modo de produção capitalista, ao tirar proveito da força infantil para produzir mercadorias de baixo custo.

No terceiro Capítulo, mostramos o percurso metodológico assumido na nossa tese para a geração dos dados. Explicamos o plano de pesquisa dividido em dois momentos: atividade do painel e grupo focal, com a forma de organização dos dados gerados em categorias empíricas e

interpretativas, a análise do *corpus* que foi levantado no campo empírico e a caracterização da escola e dos participantes da pesquisa.

No quarto e último Capítulo, apresentamos as vozes das crianças e adolescentes que emergiram e que foram analisadas segundo uma categorização organizada a partir do referencial teórico. Os quatro grupos de sujeitos de escolas de Belém falam sobre o trabalho infantil e atuam na arena discursiva ao enunciar o trabalho como sofrimento, como alienação e como uma pedagogia educativa aos moldes capitalista.

E por fim, apresentamos as conclusões, onde destacamos o desafio de ter empreendido uma pesquisa com crianças e adolescentes da Amazônia paraense, na qual emerge uma riqueza muito grande na polifonia dos seus discursos e o esforço de identificar nelas o sentido da ideologia sobre o trabalho infantil nas escolas de Belém.

Consideramos um desafio o aspecto analítico da polifonia, no sentido apontado por Bakhtin (BAKHTIN [VOLOSHINOV], 2003), as várias vozes entrecruzadas na interação social; um discurso “tecido de muitas vozes”, para dizer que polifonicamente o discurso das crianças e dos adolescentes da Amazônia paraense sobre o trabalho infantil está atravessado pelo discurso ideológico do outro.

Assumimos que foi desafiador comunicar as falas das crianças e dos adolescentes da Amazônia paraense sobre o trabalho infantil e fazer repercutir nos espaços dialógicos da academia e de pessoas envolvidas com essa forma de trabalho, principalmente porque mostra a vivência concreta que muitas crianças e adolescentes atravessam na assunção de um trabalho precoce com fortes marcas de alienação.

Diante desses desafios consideramos que os objetivos da pesquisa foram alcançados, pois apreendemos o discurso ideológico atravessado pela pedagogia do capital no sentido de reproduzir o trabalho infantil como trabalho educativo às crianças e aos adolescentes da classe trabalhadora. Nesse discurso, o trabalho infantil aparece como causador de um sofrimento

patológico e a alienação do trabalho, como contrário a uma formação humana de base do trabalho como princípio educativo.

1. TRABALHO NA SUA DUPLA DIMENSÃO

[...] Queremos dizer que o trabalho, como atividade fundamental da vida humana, existirá enquanto existirmos. O que muda é a natureza do trabalho, as formas de trabalhar, os instrumentos de trabalho, as formas de apropriação do produto do trabalho, as relações de trabalho e de produção que se constituem de modo diverso ao longo da história da humanidade. É inocência pensar que o trabalho é sempre bom. Ele o é em certas condições. Mas quais são estas condições?

Maria Ciavatta Franco (2002).

Este capítulo é composto de três seções: 1.1 Dialogando com a literatura marxista sobre o trabalho no contexto da sociedade capitalista; 1.2 Trabalho infantil na revolução industrial da Inglaterra, que mostra como se constitui o trabalho entre os grupos sociais e 1.3 Questionamentos sobre a possibilidade da dialética de o trabalho infantil e o trabalho no princípio educativo na perspectiva gramsciana.

De um modo geral tratamos neste capítulo da categoria trabalho na sua dupla dimensão - trabalho como atividade de emancipação social e o trabalho como condição de alienação. Assumimos o trabalho como princípio educativo na perspectiva de Gramsci e destacamos o caráter alienante e embrutecedor que assume o trabalho de crianças e adolescentes sob a sociabilidade do capital.

1.1 DIALOGANDO COM LITERATURA MARXISTA SOBRE O TRABALHO

Para Marx (2010a) o trabalho é a mediação da relação do homem com a natureza com a finalidade de produzir coisas necessárias para satisfazer a sua existência. O trabalho como categoria fundamental da vida humana é caracterizado como trabalho concreto, útil, porque produz a existência humana.

O trabalho concreto tem por efeito transformar os elementos da natureza com único fim, ou seja, o de produzir e modificar os bens

necessários para satisfazer o homem no trabalho e permitir a emancipação social. O trabalho produzido para uma finalidade, em Marx (2010a), aparece como dimensão do desenvolvimento histórico e como uma construção histórica.

Coloca-nos Marx (2010a, p. 211) que “a utilização da força de trabalho é o próprio trabalho, uma atividade exclusivamente do homem”. O trabalho, criador do conhecimento é o trabalho como princípio educativo de auto-organização da vida e de humanização do ser humano. É trabalho criativo ao possibilitar a mediação entre o sujeito e a natureza em um processo de ampliação de desenvolvimento das capacidades criativas e laborais do homem ao promover os meios de subsistência da vida humana.

O trabalho como uma atividade principal e necessária para a socialização da vida humana produz coisa útil e a utilidade faz dela “um valor de uso, um bem” (MARX, 2010a) e deve servir para o desenvolvimento da existência humana.

Por outro lado, no modelo de sociedade capitalista as relações sociais estabelecidas no processo de trabalho ocorrem inversamente; a força de trabalho é comprada e controlada pelo capital e na medida em que se desenvolve modifica a natureza do trabalho humano em atividade desumanizadora. O trabalho torna-se alienado, ou seja, o produto e a atividade do seu trabalho tornam-se algo estranho ao trabalhador.

Nesse sentido, o trabalho deixa de ser algo natural do trabalhador e torna-se obrigação, portanto no trabalho alienado, o ser humano “não se afirma no trabalho, mas nega-se a si mesmo, já que ele não se afirma em seu trabalho, mas nega-se nele, e assim não se sente bem, mas, infeliz, não desenvolve nenhuma energia física e espiritual livre, mas mortifica sua *physis* e arruína o seu o espírito” (MARX, 2010, p, 82). Assim, segundo Marx (2010b), o trabalho não voluntário, mas forçado, não é algo natural, mas sim uma obrigação, cujo trabalho se apropria do ser humano na medida em que o homem não se apropria da atividade do seu trabalho.

Esta é a contradição do trabalho realizado na sociabilidade capitalista, é atividade de emancipação humana e, ao mesmo tempo, trabalho alienante; do mesmo modo, o trabalho infantil revela o seu caráter alienante, ao tornar-se atividade que produz não a emancipação e a humanização, mas o cerceamento do desenvolvimento infantil.

No trabalho infantil, as crianças e os adolescentes são privados de relações sociais que favoreçam o acesso aos saberes científicos, ao patrimônio cultural da humanidade e o seu desenvolvimento, porque seu trabalho se manifesta como uma atividade de exploração da sua força de trabalho.

O trabalho infantil, portanto, não atende os interesses sociais e nem as necessidades das crianças, pois não produz relações sociais positiva e separa as crianças e os adolescentes da sua essência de humanização de ser humano. É o oposto da ideia de trabalho como emancipação humana, como atividade de ação humanizadora, que busca desenvolver as potencialidades tanto no aspecto do conhecimento material como no cultural.

O trabalho infantil na sociedade capitalista, portanto, sempre promove a alienação e o trabalho como atividade produtora de sofrimento e reproduz a condição de pobreza das crianças e dos adolescentes da classe trabalhadora.

O trabalho infantil, portanto, mascara o valor do trabalho necessário ao esconder o caráter alienante do trabalho que, na sociedade capitalista, desenvolve-se nas relações sociais e que explora a força de trabalho das crianças e dos adolescentes. Ainda como trabalho alienante esconde os interesses de classes no processo de produção capitalista, encobre a contradição social da divisão de classes entre trabalhadores e o capital.

1.2 TRABALHO INFANTIL NA REVOLUÇÃO INDUSTRIAL DA INGLATERRA

Nessa sessão, fazemos uma análise com maior acuidade em torno do trabalho de crianças e de adolescentes, observando o trabalho infantil a partir das condições históricas da Revolução Industrial na Inglaterra. O objetivo é perceber como o trabalho infantil foi se constituindo na sociedade capitalista.

O termo “trabalho infantil” foi cunhado na Inglaterra, por ter sido naquele país o surgimento das primeiras leis, indicando a proibição do trabalho de crianças.

Engels (2010) revelou que o trabalho de crianças foi utilizado nas maquinarias, com extensa jornada de trabalho, que durava entre 14h e 16h. Nesse tempo prolongado de exploração não estava incluído o horário de refeição. Para ele, o trabalho de crianças e de adolescentes foi recorrentemente utilizado a partir da invenção da máquina a vapor e a de tear fios, portanto coincide com o surgimento da história da classe operária na Inglaterra, na segunda metade do Século 19, motivado pelo desenvolvimento da indústria e das máquinas.

O crescimento industrial trouxe consequências negativas para a classe trabalhadora que não se beneficiou dos bens sociais produzidos e, por outro lado, apenas favoreceu a classe capitalista que obteve maior lucro possível em detrimento da exploração e da miséria dos trabalhadores.

Engels (Idem, p. 46) explica que o surgimento da Revolução Industrial provocou ruínas econômicas e sociais na vida dos trabalhadores afastados da cidade, que estavam acostumados à vida tranquila, a partir da qual trabalhavam e cobriam suas necessidades básicas, não necessitando matar-se de trabalhar. “Seus filhos cresciam respirando o ar puro do campo, e, se tinham de ajudar os pais, faziam-no ocasionalmente” (ENGELS Idem, ibidem, p. 46), não existia jornada de trabalho de 10 horas porque trabalhavam conforme a sua condição de existência.

Engels (2010) dizia que os trabalhadores ingleses viviam no campo isolado, alienados da política e da economia, não se importunavam com as mudanças sociais surgidas na cidade originadas da revolução industrial, “tinham boas relações com a classe mais alta da sociedade”, de modo que não perceberam que “estavam intelectualmente mortos” (ENGELS, Idem, p. 47).

Significa dizer que os trabalhadores ingleses não perceberam a transição do trabalho agrícola e artesanal para o processo de produção da sociedade capitalista. Essa relação do processo de produção em que o trabalhador não mais percebe o produto do seu trabalho, no dizer Engels (2010), caracteriza o trabalho alienado do seu modo de produção.

O caráter da produção do trabalho na organização capitalista sofreu consequências maiores com a invenção das máquinas, uma vez que estas substituíram o trabalho manual do mecânico e acelerou a migração dos trabalhadores do campo para a cidade.

Na Inglaterra, explica Engels (Idem, p. 70), os bairros operários eram sujos, sem sistema de esgoto, bairros miseráveis, uma verdadeira barbárie. Os trabalhadores ingleses viviam em condições de serem explorados “como simples instrumento, como coisa” (ENGELS, Idem, p. 96). A classe operária estava submetida à classe burguesa, às condições de privações, desprovidas dos meios para satisfazer as necessidades vitais, mais elementares, de promover o sustento de sua família (ENGELS Idem, p. 136).

O trabalho infantil visto pela classe burguesa como mão de obra barata em substituição aos operários adultos gerou um contingente muito elevado de homens sem emprego e outros tiveram seus salários reduzidos. Essa foi uma forma que os capitalistas encontraram para baixar os custos da mercadoria e aumentar o lucro; colocar os trabalhadores em conflitos para poder investir em modernas máquinas.

Marx (2010a) vai dizer que as atividades desenvolvidas com o trabalho das mulheres e das crianças são também apropriadas pelo

capitalista, que não satisfeito somente com a força de trabalho dos pais, mas da família como um todo, vêm a necessidade de sempre explorar e criar mercadorias.

Deste modo, para Marx, ocorre a apropriação do trabalho infantil.

Tornando supérflua a força muscular, a maquinaria permite o emprego de trabalhadores sem força muscular ou com desenvolvimento físico incompleto, mas com membros flexíveis. Por isso, a primeira preocupação do capitalista, ao empregar a maquinaria, foi a de utilizar o trabalho das mulheres e das crianças (2010a, p. 451).

Sob este cenário, o capital se apropriou do trabalho infantil para expandir-se e para aumentar a produção, o seu valor por meio da exploração e reprodução da força infantil e das mulheres.

Engels (2007) prossegue considerando que:

A mesma causa que havia assegurado à mulher sua anterior supremacia na casa — a exclusividade no trato dos problemas domésticos — assegurava agora a preponderância do homem no lar: o trabalho doméstico da mulher perdia agora sua importância, comparado com o trabalho produtivo do homem; este trabalho passou a ser tudo; aquele, uma insignificante contribuição (ENGELS, 2007, p. 169).

Engels (2007) diz que o trabalho como emancipação da mulher somente foi reconhecido quando passou a ser produzido em grande quantidade. E que a participação da mulher no trabalho da indústria moderna “tendeu cada vez mais a transformar o trabalho doméstico privado em uma indústria pública” (ENGELS, 2007, p. 169). Diz esse pensador que o trabalho doméstico continuou sem significado dentro da família e o seu reconhecimento social só pôde ser realizado com a acumulação de força de trabalho.

A expansão industrial trouxe consequências à mulher na sua condição social e implicou no uso do trabalho de crianças e de adolescentes na sociedade capitalista. A lógica do capital, ao se apropriar do trabalho da família e, conseqüentemente, das mulheres, passou a reproduzir a discriminação: “Antes vendia o trabalhador sua própria força de trabalho, da

qual dispunha formalmente como pessoa livre [...] agora, vende mulher e filhos” (MARX, 2010a, p. 453).

Marx (2010a, p. 453) dizia que a exploração das famílias “torna-se um tráfico de escravos”, da crescente industrialização que agravou ainda mais com as notícias estampadas nos jornais que recorrentemente procuravam crianças para trabalhar. Ele comparou o absurdo, à procura de escravos por meio de anúncios que costumava ler nos jornais americanos.

Trata-se do trabalho abstrato que compra a força de trabalho de crianças e de adolescentes na sociedade capitalista, criticado por Marx (2010a) por ter criado formas de incorporar o trabalho e separar o trabalho da educação. Com isso, ele não foi contra a cooperação das crianças e dos adolescentes na indústria moderna, ao contrário, o defendeu como grande produção social, como processo legítimo.

Entretanto, o mesmo autor abominou e criticou o trabalho de crianças e de adolescentes realizado sob o domínio do capital, em que a habilidade especializada do trabalhador desaparece diante da ciência e do trabalho social que são incorporadas na máquina, ou seja, da falta de qualificação.

1.3 QUESTIONAMENTOS SOBRE A POSSIBILIDADE DA DIALÉTICA DE O TRABALHO INFANTIL E O TRABALHO NO PRINCÍPIO EDUCATIVO NA PERSPECTIVA GRAMSCIANA

Para Frigotto (2008) como princípio educativo, o trabalho é, ao mesmo tempo, um dever e um direito. Dever por ser justo que todos colaborem na produção dos bens materiais, culturais e simbólicos, fundamentais à produção da vida humana. Um direito humano por ser o homem um ser da natureza que necessita estabelecer, por sua ação consciente, um metabolismo com o meio natural transformando em bens para sua produção e reprodução.

Frigotto (2008, p. 409) explica que “as condições de existência do trabalho humano devem ter o princípio do trabalho, como produção de todas

as dimensões da vida humana; biológica, intelectual, cultural, social, estética, simbólica, lúdica e afetiva”.

Também Ciavatta (2008) afirma que é, portanto, pela relação trabalho e educação que “se afirma o caráter formativo do trabalho e da educação como ação humanizadora por meio do desenvolvimento de todas as potencialidades do ser humano”.

Na perspectiva marxiana, as categorias trabalho e educação se constituem como condição principal de atividade humana. A educação tem sua origem no trabalho, uma vez que o homem no laboro precisou aprender a manusear a natureza, a transformá-la para a sua subsistência; também, teve necessidade de ensinar o outro para produzir bem útil para a sua existência. “Trabalho e educação são atividades especificamente humanas. Isso significa que, rigorosamente falando, apenas o ser humano trabalha e educa” (SAVIANI, 2007, p. 152).

A gênese histórica da educação está diretamente relacionada à história do homem. O homem constrói o seu conhecimento ao se relacionar com o outro interagindo no trabalho e na educação. Essa prática social, produzida no trabalho forma outros sujeitos, assim como forma a si mesmo. É nessa trama dialógica que a prática educativa do trabalho produz o conhecimento entre as pessoas; no trabalho ensinavam, trabalhando ensinavam as pessoas da família. “Eles aprendiam a trabalhar trabalhando. Lidando com a natureza, relacionando-se uns com os outros, os homens educavam-se e educavam as novas gerações” (SAVIANI, 2007, p.154).

O trabalho na sociedade primitiva não só criou o homem como o educou a construir os modos de cultivar a terra coletivamente, uma vez que “prevalecia, aí, o modo de produção comunal, também chamado de comunismo primitivo” (SAVIANI 2007, p. 155). Isso significa dizer que não existiu na sociedade primitiva a divisão social de classes. O trabalho era realizado coletivamente, como socializador do trabalho e da educação na vida social, um “processo histórico ontológico” (SAVIANI, 2007).

O trabalho, portanto, revelou o seu caráter educativo, como atividade de auto-organização e de humanização, que, no sentido de Gramsci, (2011) como atividade que promove a compreensão crítica da relação teoria e prática. Por isso a importância da luta por uma escola que promova uma educação ampla, que forme para a vida e para o mundo do trabalho. Este pensador defende uma escola organizada com método e conteúdo definido para desenvolver uma consciência social e política, principalmente para a classe trabalhadora.

O conhecimento, para Gramsci (2011), é indissociável do trabalho, uma vez que este é elemento constitutivo do saber que se insere no ensino por meio dos conteúdos (as ciências) e dos métodos (que articulam teoria e prática), tendo em vistas a formação dos sujeitos de direito e de deveres. Portanto, o trabalho como princípio educativo 'é um princípio ético-político, o trabalho', como "[...], ao mesmo tempo, um dever e um direito" (FRIGOTTO, 2008).

O trabalho como princípio educativo, constitui-se como uma atividade teórico/prática do conhecimento que desenvolve a autonomia das crianças e dos adolescentes. Nesta perspectiva a educação deve estar vinculada a um projeto político social que permita educar e formar as pessoas para atuarem na vida, na sociedade e no trabalho, de forma crítica.

Sob esta compreensão, trabalho e educação constituem-se como atividades que devam garantir a existência e a autonomia do ser humano na direção da emancipação social.

O trabalho, como prática manual e como ciência, deve possibilitar às crianças e aos adolescentes a construção de conhecimentos articulados às práticas sociais, não como momentos separados, desconectados da vida social, mas como trabalho concreto e dimensão da construção histórica da vida em sociedade. E assim, como atividade de formação humana, capaz de estimular o conhecimento necessário ao desenvolvimento pleno das dimensões intelectuais, sociais e culturais das crianças e dos adolescentes.

No discurso das crianças e dos adolescentes em condições de trabalho infantil, verificou-se o contrário, percebeu-se a voz da alienação, do sofrimento, da negação de vida imposta pelo trabalho infantil. O trabalho obrigatório tomou o lugar das brincadeiras e do trabalho livre de crianças e adolescentes realizado em casa. O capital se apropria do trabalho infantil para expandir-se e para aumentar a sua mais valia, o seu valor por meio da exploração e reprodução da força infantil.

Para Marx (2010a, p. 321), o trabalho é “necessidade essencial de vida social”, por isso ele defendeu os direitos de crianças e adolescentes de frequentarem a escola; de tal modo, que a sociedade não permita que pais e patrões empreguem crianças e adolescentes, sem combinar o trabalho produtivo com o trabalho intelectual.

A educação como práxis – que pressupõe a relação teoria e prática cujos princípios se fundamentam na relação trabalho e educação como dimensão da formação humanizadora - deve assumir o princípio da autonomia como estratégia de enfrentamento à contradição entre homem e sociedade. Da mesma forma que a escola deve articular a “prática com o conhecimento teórico, inserindo-o no trabalho concreto realizado no processo produtivo” (SAVIANI, 2008, p. 235).

O trabalho produtivo, útil e necessário deve ser integrado na escola, em período adequado, enquanto elemento da educação social, ponto sobre o qual assim explica Saviani:

Terminada a formação comum propiciada pela Educação Básica, os jovens têm diante de si dois caminhos: a vinculação permanente ao processo produtivo por meio da ocupação profissional ou a especialização universitária (SAVIANI, 2008, p. 237).

Nessa perspectiva, Mészáros explica que:

A concepção de educação socialista não deve ser como um período estritamente limitado da vida dos indivíduos, mas como o desenvolvimento contínuo da consciência socialista na sociedade como um todo – assinala um afastamento

radical das práticas educacionais dominantes sob o capitalismo avançado (MÉSZÁROS, 2008, p. 79).

A educação, defendida por Mézáros (2008), deve valorizar a coletividade, o desenvolvimento contínuo da consciência do ser humano, pois de tudo carece ser modificada socialmente na sociedade capitalista. Precisa, portanto, “da reciprocidade mutuamente benéfica entre os indivíduos particulares e sua sociedade” (MÉSZÁROS, 2008, p. 97).

O caráter útil da educação na formação plena humana das pessoas deve também ser ensinado na escola. Isso, não sob a lógica do capital, mas sob a perspectiva da sociedade, ou seja, a educação deve ser útil à sociedade, promovendo o conhecimento sobre o trabalho inserido no ensino, por meio da cultura e da ciência, como método ativo para vida e para a emancipação social.

Historicamente a escola tem reproduzido uma formação sob e para os interesses do capital, uma vez que não articula o trabalho com a educação, reforça o trabalho alienante enquanto uma atividade que limita crianças e adolescentes de progredirem no seu desenvolvimento e na escolarização.

As relações sociais capitalistas, que produz a divisão social, provoca também a marginalização desses sujeitos sociais – crianças e adolescentes, filhos e filhas da classe trabalhadora, e tem permitido a inserção precoce no mercado de trabalho e a baixa escolarização na formação de jovens trabalhadores/as.

Nos processos educativos sob a sociabilidade capitalista revelam-se a dupla dimensão do trabalho aparecendo, ao mesmo tempo, como atividade principal de humanização e como trabalho alienante. No dizer de Marx, a positividade do trabalho enquanto criação e reprodução da vida humana, e negatividade enquanto trabalho alienado sob o capitalismo. Nesse sentido, o trabalho infantil enquanto exploração, em vez de ser uma atividade de construção humana para as crianças e os adolescentes, uma

mediação ontológica, fundamental, de humanização, manifesta-se como um trabalho alienante que se torna uma forma de exploração da vida.

Cabe ao Estado assumir a oferta de educação pública de qualidade, ainda que, para Mészáros (2008) não tem condições de existência na sociedade capitalista. Entretanto, os autores marxistas, Mészáros (2008), Saviani (2008), Frigotto (2003) nos ensinaram que devemos maximizar o que de melhor tem a educação e minimizar o que de pior tem, mas é necessário romper com a lógica do capital se quisermos contemplar a criação de uma alternativa educacional significativamente diferente” (MÉSZÁROS, 2008, p. 27).

É preciso romper com lógica desse modelo educacional dualista, uma vez que a educação não está a serviço do trabalhador, mas sim como reguladora de suas ações e tem objetivo de produzir mão de obra barata, apenas com a qualificação necessária para continuar sendo produtiva.

É por isso que, apenas dentro da perspectiva de ir além do capital, o desafio de universalizar o trabalho e a educação, em sua indissolubilidade, surgirá apenas quando se mudar a lógica socioeconômica da educação que priorize “uma ordem social qualitativamente diferente” (MÉSZÁROS, 2008).

SÍNTESE DO CAPÍTULO

Nesta seção buscamos aprender o trabalho como categoria essencial da produção e da existência humana, atividade indispensável e natural para a sobrevivência do ser humano. Do mesmo modo observamos que na sociedade capitalista o trabalho apresenta um duplo sentido, principalmente pelo valor que adquire para o outro, seja para a sua subsistência, seja para lhe causar sofrimento.

O trabalho infantil como trabalho alienante se apresenta submisso aos processos de produção de mercadorias, assumindo duplo sentido, como atividade de produção de valor de uso e valor de troca. Valor de uso, pois continua a permitir a vida; e como labor, pois assume a forma de mercadoria, fonte de alienação.

O trabalho infantil permite que a pobreza das crianças e dos adolescentes culturalmente seja reproduzida, configurando-se como trabalho obrigatório no sistema capitalista e que tem causado o crescimento da exploração infantil. Esse trabalho toma a vida de lazer e de cultura das crianças e igualmente impede-as de terem acesso ao desenvolvimento de suas capacidades intelectuais. E ainda, a lógica do capitalismo se apropriou do trabalho infantil para aumentar e expandir a exploração da força de trabalho.

2. TRABALHO INFANTIL E TRABALHO EDUCATIVO

O orfanato e a prisão para crianças e jovens são imagens que assustam quem está fora deles e apavoram quem está dentro [...] como instituição capaz de corrigir comportamentos ou reeducar o jovem prisioneiro para/pelo trabalho.

Edson Passetti (2008, p. 356).

Este capítulo aborda a dimensão do trabalho infantil, demarcando o tempo histórico do Século 20, com destaque para a situação brasileira. Recupera a configuração conceitual assumida nos documentos regulatórios e na literatura que trata do tema. Para isso pesquisamos documentos legais e a produção da área que nos fornecessem a identificação das referências feitas sobre o trabalho infantil, o limite de idade da admissão ao trabalho de crianças, de adolescentes, como foi e é visto nas Leis: as Constituições, os Códigos de Menores, o Estatuto da Criança e do Adolescente.

Ao longo da história do Estado e da sociedade civil brasileira, o trabalho infantil foi percebido como atividade de crianças e de adolescentes da classe trabalhadora, tidas como indivíduos em condição de miséria.

Certa “pedagogia do trabalho infantil” tomava este tipo de atividade como estratégia de regeneração da delinquência. Assim, imprimia-se a política higienista¹⁰ e moralizante que permaneceu no Brasil durante muitas décadas. E, ainda hoje, o trabalho infantil aparece como algo muito aceitável, praticamente uma regularidade, como tem sido mostrada nos dados da Pesquisa Nacional Amostra de Domicílios, mesmo que as ações governamentais tenham diminuído esses índices. Diminuiu conforme mostra os dados do IBGE/PNAD (2013) de 615 mil para 473 mil, o número de crianças e adolescentes entre 10 e 13 anos ocupadas no Brasil, ainda a

¹⁰ Ver Irene Rizzini; Irma Rizzini (2004) sobre a política higienista no Brasil fim do Século XIX e começo do XX, que trazia como proposta a disciplina e o controle social às crianças e aos adolescentes desvalidos. No país criaram-se instituições assistencialistas de caráter filantrópico e socioeducativo, que trazia um modelo de ação médico-higienista defendida pela elite brasileira (RIZZINI, 2004).

concentração é maior em atividade agrícola, mantendo uma tendência já ressaltada em pesquisas anteriores.

Em algumas regiões do Brasil, Nordeste, Sul e Norte, o trabalho de crianças e de adolescentes está muito presente e é aceito como algo bom para esse grupo social. Nesse sentido, o trabalho infantil ideologicamente tem forte conotação valorativa de subsistência para as crianças e para os adolescentes empobrecidos, seja por representação social de caráter prático, ou esteja oculto na exploração econômica da sociedade capitalista.

É possível dizer que, tal como se apresenta o trabalho infantil na sociedade capitalista, não se constitui como atividade de emancipação social por não possibilitar uma organização social da vida das crianças e dos adolescentes, que as integre os conhecimentos de formação prática/intelectual/tecnológica com a sua realidade social.

O trabalho das crianças e dos adolescentes na sociedade do capitalismo tem um “caráter coativo de esforço penoso, necessário para não se morrer de fome” (MAKARENKO, 1981, p. 57). Tem sido um trabalho de muito esforço físico e brutal, e como tal não é um trabalho criador, por não possibilitar a humanização às crianças e aos adolescentes ocupados, ao ocultar os problemas sociais que existem nas condições do sistema capitalista.

No discurso das crianças e dos adolescentes da Amazônia paraense, o trabalho infantil manifesta-se como esforço físico e aparece como um trabalho árduo feito por necessidade econômica. E assim desvaloriza a escolarização e despreza a força humana do trabalho qualificado em favor da atividade intensa, o que “causa abandono da escola, reproduz a desigualdade social” (KASSOUF 2003, p.57), gerando também diminuição da empregabilidade futura. O resultado disso é o prejuízo à escolarização das crianças e dos adolescentes e a produção de danos sociais e psicológicos, como reforça Vivarta (2003):

Os efeitos, no entanto, são tão variados quanto às causas e vão muito além do aspecto social e de impactos na saúde da

criança. Do ponto de vista estritamente econômico, o trabalho infantil também é bastante prejudicial. Quem começa a trabalhar cedo estuda menos e, no futuro, também vai ganhar menos (VIVARTA, 2003, p.43).

O trabalho infantil atravessa a história do Brasil, desde a colonização, do sistema escravocrata, da urbanização, da industrialização e da contemporaneidade. Como exploração da força de crianças e de adolescentes, historicamente é relacionado a uma infância pobre, a da classe trabalhadora brasileira, faz parte de estudos de autores como: Del Priore¹¹ (2008), Passetti (2008), Moura (2008), Rizzini (2008), que explicam a trajetória duradoura na história brasileira da exploração de crianças e de adolescentes empobrecidos. Estes estudos históricos têm mostrado que o trabalho infantil está presente na vida desse grupo social, tanto no campo como na cidade; em diversos espaços como na lavoura, em casa de famílias, nas ruas, nas oficinas, nas carvoarias, no comércio, nas feiras, nas fábricas entre outros lugares.

Como uma categoria social, ele está presente na vida de crianças e de adolescentes da classe trabalhadora pela necessidade de trabalharem pela sobrevivência, justificado pela ideologia capitalista como capaz de transformá-los em pessoas responsáveis dentro da moral e dos bons costumes.

No dizer de Del Priore (2008) aparece ainda como a “melhor escola” para resolver os problemas sociais relacionados à pobreza das crianças e dos adolescentes de uma classe social, além disso, recorrentemente é “priorizado em detrimento da formação escolar” (DEL PRIORE, 2008, p.10).

As crianças e os adolescentes em situação de pobreza historicamente estão misturados e divididos entre o crime e o trabalho, muitas vezes chamados de menor ou de meninos de rua. São vítimas das transformações sociais do capital pela lógica da produção do trabalho e

¹¹ Mary Del Priore organizou o livro História das Crianças no Brasil e lançou um olhar sobre a infância brasileira para explicar períodos históricos que marcaram a vida das crianças e dos adolescentes no trabalho, da Colônia a República.

pelos padrões econômicos que incentivam o consumo. Além disso, são vítimas da desigualdade social na luta de classes.

Isso faz com esse tipo de trabalho, historicamente, seja marcado com a dinâmica da pedagogia do capital, cujo caráter é o da disciplina e da punição expressando a persistência de um tipo de escola para “formar e disciplinar os braços da indústria e da agricultura” (RIZZINI, 2008).

A manutenção do trabalho de crianças e de adolescentes pobres em Institutos Profissionais foi sustentada no Estado brasileiro por um longo período da história, “formando desde cedo uma futura mão de obra da indústria”. “Os patronatos recebiam o limbo da sociedade: garotos que perambulavam pelas cidades” (RIZZINI, 2008) e eram coagidos no trabalho a aprender um ofício em oficinas. Isso estabelece a vida das crianças e dos adolescentes de uma classe, em meio às relações conflituosas, decorrentes da sociedade capitalista, entre estabelecimentos comerciais e patrões, uma “permanente tensão” (MOURA, 2008, p. 267).

As crianças e os adolescentes em condição de pobreza têm ainda hoje a sua infância misturada no trabalho, carregada de violência, muitas vezes por parte dos empregadores que as submetem a extensas horas trabalhadas, a agressões físicas, a condições precárias de trabalho, de alimentação e de higiene.

No Brasil, portanto, a gênese do trabalho infantil de crianças e de adolescentes em circunstâncias de pobreza é marcada pela contradição “entre os mundos do trabalho e da vadiagem” (SANTOS, 2008), a metodologia utilizada pela pedagogia do trabalho infantil sustenta-se pela penalização e estabelece “rígidas rotinas de atividades numa engenhosa economia” (PASSETTI, 2008, p. 356), causada pelo sistema econômico capitalista, que recorre ao uso da mão de obra barata, uma vez que para o capital não importa a idade e nem a fase do desenvolvimento infantil, apenas o lucro empreendido.

2.1 TRABALHO INFANTIL E O LIMITE DE IDADE NA LEGISLAÇÃO BRASILEIRA

Na primeira década da República¹² já existia um documento que estabelecia o limite da idade para a admissão de crianças e adolescentes no trabalho; a idade de 12 anos.

Os documentos oficiais normatizaram a idade permitida para o ingresso de crianças e adolescente no trabalho entre 10 e 12 anos e proibiam o trabalho infantil nas máquinas em movimentos e o trabalho noturno para o menor de 18 anos¹³.

O cargo de inspetor geral¹⁴ foi instituído para fiscalizar os setores fabris em que trabalhavam crianças e adolescentes, no entanto, os desvalidos, os filhos de imigrantes não tinham certidões de nascimento para comprovar a idade. Isso tornava esse “sistema de fiscalização praticamente inoperante” (MOURA, 2008, p. 272) já que favorecia aos empregadores admitir o trabalho infantil de crianças entre 08 e 11 anos no trabalho das fábricas.

A legislação desta época não conseguiu resguardar a infância e a adolescência da exploração a que vinham sendo submetidas na indústria brasileira e não tardou para que os trabalhadores denunciasses o descumprimento das leis que determinavam a proibição do menor de 12 anos.

A classe dos trabalhadores denunciou por motivos de proteção dos seus empregos e das constantes violências contra as crianças e os adolescentes nas fábricas; das longas jornadas de trabalho (dos turnos de 12 horas) e da incidência de doenças como a tuberculose, “um dos crimes

¹² Decreto Nº 1313/1891 da República Velha (período de 1889 a 1930).

¹³ O Decreto nº 1.313, de 17 de Janeiro de 1891. Artigo 2º - Não serão admitidas ao trabalho efetivo nas fábricas às crianças menores de 12 anos, salvo, a título de aprendiz, nas fábricas de tecidos as que se acharem compreendidas entre 8 anos completos e 12 anos. No Art. 4º Os menores entre 12 e 15 anos só poderão trabalhar no máximo sete horas. Posteriormente, instituíram-se Decretos e Leis. A Lei Federal Nº 1596/1917 e o Decreto Nº 2918/1918 estabeleceu, a idade de 12 anos, como limite mínimo para a admissão do trabalho do menor no setor fabril.

¹⁴ Instituído pelo Decreto Nº 1313/1891. Cargo indicado pelo Ministro do Interior.

mais monstruosos e desumanos da burguesia protetora dos animais” (PASSETTI, 2008).

As greves dos trabalhadores e denúncias dos jornais favoreciam as lutas em defesa dos direitos trabalhistas, por melhores condições de trabalho e pela proibição do trabalho infantil no setor fabril. As manifestações ganharam espaços nos centros urbanos do Brasil, especialmente, na cidade de São Paulo, onde expressivas greves¹⁵ aconteciam tendo como reivindicação principal os direitos trabalhistas.

A denúncia contra a exploração das crianças e dos adolescentes no trabalho infantil teve muita repercussão na cidade de São Paulo. Os jornais, como O Combate, O Trabalhador Gráfico, O Fanfulla (MOURA, 2008), noticiaram as péssimas condições de trabalho no interior das fábricas.

O movimento dos trabalhadores na greve geral exigiu que nas fábricas se estabelecesse o limite de admissão no trabalho à idade de 14 anos e a proibição do trabalho noturno para o menor de 18 anos e das mulheres. O Comitê Popular de Agitação foi criado no Centro Libertário de São Paulo que no dia nove de julho de 1917 denunciou a exploração de menores e promoveu reuniões em vários bairros para organizar as Ligas Operárias. Moura (2008, p. 279) explica que “as reivindicações dos operários ganharam as páginas da imprensa paulistana”, portanto a união dos trabalhadores e da “imprensa operária” (idem) divulgou as péssimas condições de trabalho dos trabalhadores e reiterou as denúncias contra a exploração das crianças e dos adolescentes nas fábricas e oficinas.

As muitas denúncias do Comitê Popular¹⁶ provocaram rapidamente o interesse da imprensa paulista, “particularmente o jornal dos operários” (MOURA, 2008, p. 279), que se dirigiu contra a exploração do trabalho infantil e a falta de qualidade no trabalho fabril/têxtil dos trabalhadores

¹⁵ Em julho de 1917, eclodiu uma greve geral que paralisou os setores da indústria, do comércio e do transporte em São Paulo.

¹⁶ Foi um movimento espontâneo, em que ativistas brasileiros, italianos, espanhóis e portugueses se organizaram. Juntos estes trabalhadores de diferentes origens fundaram diversos sindicatos e organizações de trabalhadores que compunham o movimento operário, lutando por direitos laborais básicos, como férias, salários dignos, jornada laboral diária de oito horas e proibição do trabalho infantil (PASSETTI, 2008).

adultos. O jornal A Plebe denunciou consecutivamente entre 1919 e 1922, a exploração de menores nos galpões que [...] “maltratam crianças com mais insensibilidade do que se espanca um animal” (PASSETTI, 2008, p. 352).

Passetti (2008) explica que as recorrentes denúncias contra o trabalho infantil atraíram a atenção das autoridades governamentais que deixaram de tratar a exploração infantil como caso de polícia para discutir a situação social das crianças e dos adolescentes abandonadas por meio de um regulamento.

Em 1927 foi criado o Código de Menores¹⁷, que previa a proibição do trabalho de crianças menor de 12 anos e restringia para o adolescente menor de 14 anos que ainda não tinha concluído as séries iniciais. No entanto, a autorização do trabalho infantil ainda estava, sob a alçada de um juiz, que entendia ser ele indispensável para a subsistência das crianças, dos pais ou dos irmãos.

O Código de Menores tinha um caráter policial, confundindo assistência e justiça como estratégia para resolver os problemas das crianças e dos adolescentes que viviam em situação de rua, pressupunha que a ameaça ao convívio social deveria ser combatida com a internação. Além disso, as crianças e adolescentes (os “menores”) eram condenados ao trabalho pelo Estado e abrigados em um pavilhão, em um sistema punitivo que associava assistencialismo e repressão.

As medidas de assistência à infância e à adolescência ultrapassaram a esfera educacional para o campo da repressão, do disciplinamento pela ordem pública. O controle acontecia pela inserção precoce no trabalho em oficinas (alfaiate, ferreiro, marceneiro e outras profissões), com regra rígida que visava educar as crianças e adolescentes em regime de instituição escolar, entretanto, não permitia o lazer (brincadeiras e jogos) e as punia se houvesse desobediência às normas. “A criança e o **adolescente** eram

¹⁷ O Decreto 1743-A, de 1927 criou o primeiro Código de Menores que visava à assistência e proteção aos menores de 18 anos, com base no Código Penal da República de 1890 e do Código Civil de 1921.

privados do recreio, da refeição coletiva entre outros castigos” (SANTOS, 2008, p. 226, grifo nosso).

As punições nos estabelecimentos visava inculcar nas crianças e nos adolescentes a disciplina, os costumes de “produção e convívio aceitáveis pela sociedade que os rejeitava” (SANTOS, 2008, p. 224). O trabalho pautado na lógica da produção da pedagogia do capital começava muito cedo, pois não houvera respeito à fase do desenvolvimento físico, social, psicológico e cognitivo.

Assim, o Estado brasileiro optou “educar pelo medo”, criou órgãos na lógica do sistema penitenciário e na premissa de que crianças e adolescentes precisavam ser integrados à sociedade, criando regras de repressão e da educação no trabalho.

Essa forma de disciplinar às crianças e os adolescentes de uma classe pelo trabalho funcionou como “catalisador das ações das instituições públicas e privadas a respeito” (BRASIL, 2004) da idade para o trabalho infantil. O Brasil reconheceu as Convenções¹⁸ 58, 89 e 138 que trataram da idade mínima de admissão nas fábricas, da proibição do trabalho noturno de crianças e adolescentes menor de 18 anos e do trabalho noturno de mulheres, entretanto, não as aplicou na sua totalidade, tendo se restringido a apenas registrar nos documentos o limite de idade para inserção no trabalho e adotou a idade mínima de 12 anos para o ingresso no trabalho infantil.

As Recomendações da Organização Internacional do Trabalho proibiam os trabalhos de crianças e de adolescentes menor de 18 anos em locais considerados perigosos, conforme listados nas Recomendações: “indústria, marítimo, agricultura, paioleiros, dos foguistas e trabalhos não industriais” (OLIVEIRA, 1994). Todavia, o Brasil apenas adotou regras para o trabalho noturno, o que favoreceu o trabalho infantil em horários da manhã e da tarde nesses locais prejudiciais à saúde.

¹⁸ As Recomendações em ordem cronológica: 138/1919, 58/1920, 58/1921, 89/1934, determinavam a idade mínima, crianças até 15 ou 14 anos.

Nos anos de 1930 o país constituiu mais duas Cartas; a terceira¹⁹ e a quarta²⁰ Constituição Federal, em que tratou do limite de ingresso no trabalho infantil restringindo admissão a idade de 14 anos e estabeleceu assegurar oito horas de trabalho para as crianças, ainda instituiu a proibição de admissão na indústria do menor de 16 anos, do trabalho noturno tanto de mulheres como do menor de 18 anos.

Em 1946 o Brasil anunciava mudanças sociais, dentre elas proibia em sua quinta Constituição²¹ o trabalho infantil para o menor de 14 anos em qualquer espaço, na indústria, na rua e no trabalho noturno. O tempo democrático que se caracterizou pelas reformas de base²², não perdurou muito na vida dos brasileiros, sendo ceifado pelo golpe militar de 1964. Os militares elaboraram a sexta Constituição Federal²³, produto de um tempo de rigor e de opressão para o povo brasileiro.

A ditadura militar instaurou um momento de violação dos direitos humanos na história brasileira, e, conseqüentemente, não investiu no desenvolvimento social. Retrocedeu sobre o trabalho infantil quando diminuiu o limite de idade de 14 para 12 anos.

Conclui-se que as normatizações sobre o trabalho infantil não se efetivaram para reconhecer os direitos das crianças e dos adolescentes de uma classe social, como os de protegê-las do “trabalho precoce insalubre e estafante que fere e muitas vezes matam” (PASSTTI, 2008), mas efetivamente tratou de se aproveitar de uma mão de obra para enriquecer o capital, como ainda buscou corrigir, educar e disciplinar para e pelo trabalho.

2.2 TRABALHO INFANTIL E EDUCAÇÃO

A educação das crianças e dos adolescentes da classe trabalhadora, no Brasil, sempre esteve associada a um aprendizado técnico, geralmente

¹⁹ A terceira Constituição dos Estados Unidos do Brasil, datada de 16 de julho de 1934.

²⁰ A quarta Constituição dos Estados Unidos do Brasil, datada de 10 de novembro de 1937.

²¹ A quinta Constituição dos Estados Unidos do Brasil, datada de 18 de setembro de 1946.

²² Reforma agrária, habitacional e financeira.

²³ A sexta Constituição da República Federativa do Brasil, datada de 15 de março de 1967, teve todo o seu texto alterado pela Emenda Constitucional de 17 de outubro de 1969.

de atividades simples (costura e trabalhos de agulha; lavagem de roupa; engomagem de roupa; serviços de cozinha; manufatura de chapéus; datilografia; jardinagem, horticultura, criação de aves entre outros). Nas legislações de 1934 e 1937 sua limitação resumia-se a que não ocorresse antes dos 11 anos, a não ser que o menor já tivesse concluído o ensino inicial, quando poderia trabalhar. Portanto, educação, idade e trabalho estiveram relacionados à vida de uma infância pobre e o trabalho infantil a partir dos 12 anos de idade, em estabelecimento que apresentasse o “caráter profissional ou de beneficência” era sempre aceito como medida de proteção e de reeducação.

Rizzini (2000, p. 28) considera que o discurso ideológico para salvar crianças e adolescentes – os filhos da pobreza - tidos como perigosos, justificou uma série de medidas repressivas impostas sob a forma de assistência, por meio do controle e da intervenção da polícia. Tais crianças eram tratadas como menor. Esse termo simbolizava a infância pobre e perigosa, diferenciando-a das demais infâncias. Assim, o Código de Menores²⁴ previa o princípio da regeneração em instituto disciplinar, chamada de Escolas de Reforma para corrigir crianças e adolescentes visando transformá-los em cidadãos úteis para o desenvolvimento do país (RIZZINI, 2000).

O momento histórico da política educacional brasileira se modelava para formar mão de obra qualificada por meio de cursos profissionalizantes (com currículo e conteúdo mínimo) e assim instituiu o ensino profissional destinado às “classes desfavorecidas da fortuna”. As indústrias criaram escolas de aprendizes destinadas aos filhos de operários e de associados, assim como o Estado fundou institutos de ensino profissional, tanto de iniciativa estadual, municipal e associações particulares, para formar um tipo de trabalhador ao molde da pedagogia capitalista.

O Estado brasileiro estabeleceu um modelo de escola voltado somente para os filhos dos trabalhadores ao fundar instituições de auxílio e

²⁴ No capítulo III, que tratou do abrigo de menores subordinado a um juiz - Art. 189. Foi destinado a receber provisoriamente, até que tenham destino definitivo, os menores abandonados e delinquentes.

proteção que tinham a finalidade de organizar para os adolescentes períodos de trabalho nas oficinas, os chamados ensinos de ofícios. O ensino profissional se caracterizava pelo disciplinamento da moral e pelo treinamento físico, visando favorecer o desenvolvimento da economia e da defesa do país.

O Brasil entre uma reforma e outra para manter a ordem social, adotou em 1942, o Estado de intervenção na política e na economia, com característica do modelo paternalista e assistencialista e passou a tratar a educação das crianças e dos adolescentes no serviço social do sistema de internato²⁵. A lógica da pedagogia capitalista da educação no trabalho se dava pela reclusão e repressão nos moldes de um sistema penitenciário para crianças e adolescentes da classe trabalhadora.

No período da ditadura militar o Estado brasileiro adotou políticas públicas baseada nas regras do modelo econômico liberal e um Estado autoritário para conter os anseios das pessoas por um governo popular democrático, adotou a política do imperialismo americano contra o bloco socialista liderado pela União Soviética. Nesse período o autoritarismo e a repressão deram o tom das ações de governo, adotando medidas de vigilância com prisão arbitrária e torturas. Criou o sistema de internações para conter o avanço de crianças e de adolescentes consideradas pelo Estado repressor em situação irregular sob a ideia de reprimir a criminalização da pobreza²⁶.

Ainda nesse período, da ditadura militar, as medidas repressivas visavam cercear as condutas de crianças e de adolescentes criando instituições de “prisão²⁷ e internatos para discipliná-lo em nome da educação para o mundo ou da correção do comportamento” (PASSETTI, 2008, p. 350). A intenção era [...] “mudar comportamentos, não pela

²⁵ Criou em 1942, o Serviço de Assistência ao Menor (SAM), órgão gestado no Ministério da Justiça.

²⁶ Aprovada a Lei nº 5.258, em 10 de abril de 1967, que dispõe sobre medidas de proteção, assistência, vigilância e reeducação aplicáveis aos menores de 18 anos pela prática de fatos definidos como infrações penais.

²⁷ Criou o 2º Código de Menores regulamentado pela Lei Nº 6697/1979 e a Fundação Nacional do Bem Estar do Menor (FUNABEM).

reclusão do infrator, mas pela educação em reclusão” (PASSETTI, 2008, p. 357).

A educação oferecida nas instituições de disciplina manteve a linha assistencialista à infância e à adolescência. O Brasil outra vez optou por corrigir a desigualdade social das crianças e dos adolescentes “pela educação para/pelo trabalho” (PASSETTI, 2008), erigindo um “ensino pelo medo”. Tratou-as como criminosas e utilizou o método disciplinar, inclusive “vestindo-os uniformemente, estabeleceu rígidas rotinas de atividades, higiene, alimentação, vestuário, ofício, lazer e repouso” (PASSETTI, 2008, p. 356).

Os anos de chumbos ²⁸ teve uma longa duração na história do povo brasileiro, entrecruzaram as décadas de 60, 70 e 80 do século 20. As fundações se transformaram em espaços de torturas e reprodução da violência contra as pessoas que não aceitavam o golpe militar.

No Brasil ditatorial, existiu, na economia, uma acelerada modernização da indústria e do setor de serviços (FERNANDES, 2005), sustentada por um mecanismo de concentração de renda, aumento da dívida externa, abertura ao capital estrangeiro e inflação elevada que acentuava as desigualdades e as injustiças sociais.

É nesse cenário de negação dos direitos de proteção às crianças e aos adolescentes em condição de miséria, que o trabalho infantil no Brasil, passou a ser considerado como solução alternativa à pobreza, sendo percebido pela sociedade capitalista ainda como algo normal. Para muitos o trabalho infantil seria uma cultura muito aceita na sociedade brasileira, segundo autores como Sarmento; Gouvea (2010), Rizzini (2008), sendo justificada por diversos motivos, da obrigação de ajudar em casa ao seu caráter educativo.

²⁸ O período de 1969 a 1973 ficou conhecido como o Milagre Econômico, o país desenvolveu grandes projetos de infraestrutura, por exemplo, a construção da hidrelétrica de Tucuruí, e gerou empregos, mas também uma dívida externa muito maior que anos depois seria cobrada pela exclusão social e a manutenção do trabalho infantil e os baixos salários dos trabalhadores adultos. Ver (Irene Rizzini, 2003).

Tanto pela elite como pela população de menor renda, que julga ser natural o trabalho da criança pobre: em primeiro lugar, em função da necessidade de ajudar sua família ou mesmo para seu o sustento; em segundo lugar, porque é melhor a criança trabalhar do que ficar nas ruas, desocupada e à mercê de delinquentes; e, em terceiro lugar, porque o trabalho educa (OIT/BRASIL, 2003, p. 20).

Prevalecia o discurso de desenvolvimento do mercado de trabalho, de uma economia política voltada aos interesses da pedagogia do capital. Ideologicamente, tratava-se de assegurar a organização moral da sociedade pelo convencimento de que crianças e adolescentes pobres deveriam receber uma educação no trabalho, pois assim os problemas sociais e econômicos da classe trabalhadora seriam solucionados.

As crianças e os adolescentes em situação de pobreza transformaram-se no foco privilegiado de um discurso da pedagogia do capital, que sublimava o trabalho, particularmente para conter uma infância pobre. O discurso ideológico capitalista buscava justificar a entrada precoce de milhões de crianças e de adolescentes no trabalho infantil²⁹ como solução para os problemas sociais e a situação de miséria, ocasionando a baixa escolarização em decorrência da crise econômica mundial e aumentando no Brasil a “desigualdade social, concentração de renda, miséria, subdesenvolvimento, corrupção e negligência” (IPEC/BRASIL, 2001, p. 34).

Segundo Kassouf (2003, p. 58), “a pobreza, a escolaridade dos pais, o tamanho e a estrutura da família, [...] a idade em que os pais começaram a trabalhar e o local de residência” - se os pais são solteiros ou separados, a relação entre irmãos mais novos e mais velhos, entre outros aspectos são os determinantes mais levados em conta para a inserção de crianças e de adolescentes na força de trabalho sob a égide do capital.

No dizer de Kassouf (Idem, p. 34) o trabalho infantil dificulta o acesso à educação porque muitas crianças e adolescentes trabalham sem

²⁹Mais de 9,0 milhões de trabalhadores tinham apenas entre 5 e 17 anos no começo da última década do século XX. Deles apenas uma ínfima minoria ganhava o equivalente a meio salário mínimo. A maioria recebia pouca ou nenhuma remuneração, o que os colocava entre os mais pobres dos pobres. IBGE/PNAD (2001).

estudar. Portanto, a educação oferecida tem como base o trabalho em prejuízo da educação formal, assim como as constituições federais anteriores colocavam a família como responsável principal pela educação dos filhos. Raramente na falta de recursos dos responsáveis, o Estado assumiu obrigações com o ensino de crianças e de adolescentes da classe trabalhadora.

É com a Constituição de 1988, que a educação deixa de existir com o caráter assistencialista e passa a ser entendida como direito necessário ao desenvolvimento integral de crianças e de adolescentes, sendo de responsabilidade do Estado, da família e da sociedade. Tratava-se de uma luta social, da sociedade civil articulada com os setores sindicalistas e trabalhadores de outros segmentos, em defesa dos direitos sociais e humanitários.

A participação da sociedade consagrou a Constituição da República Federativa do Brasil, promulgada em 1988, como também a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente em 1990 - duas Leis de fomento ao direito e proteção de crianças e de adolescentes.

2.3 TRABALHO INFANTIL NA LEGISLAÇÃO E PLANOS OFICIAIS

A Carta Magna promulgada em 1988, vigente até os dias de hoje, conhecida como Constituição Democrática ou Cidadã se diferencia das demais constituições pela inovação na gestão participativa pelas ações no campo das políticas públicas sociais, conforme as emendas dos artigos (204 e 207).

Tendo a cidadania como valor e a educação com direito, a Carta distingue-se das demais por ser a primeira a consolidar Leis para proteger as crianças e os adolescentes de qualquer forma de trabalho e para garantir seus direitos de forma integral. Aprovou a proposta da Convenção Internacional sobre Direitos da Criança na qual permitiu a participação mais direta da sociedade civil para maior proteção a esse grupo social.

O direito integral da criança e do adolescente em condição especial e de desenvolvimento físico, psicológico e social tem como marco histórico o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)³⁰, com base na Constituição Federal. O ECA utiliza os termos criança, adolescente e abandona o termo menor, assim como delimita a idade como limite da infância e da adolescência. Considera criança até 11 anos e adolescente entre 12 e 18 anos de idade.

Esse Estatuto referenda a proibição de qualquer trabalho às crianças e aos adolescentes menores de 18 anos, considerados como as piores formas de trabalho infantil, somente são permitidas o trabalho na condição de aprendiz acima da idade de 14 anos, respeitando a profissionalização, com bolsa de aprendizagem com base nos princípios da Lei de Diretrizes e Base da Educação (Lei 9394/96). Ainda para o adolescente aprendiz deve ser assegurado o direito trabalhista e previdenciário.

Caracteriza-se o adolescente em condição de aprendiz, no dizer de Araujo (2003), como aquele que tem assinada a Carteira de Trabalho, recolhe contribuições da Previdência Social e tem matrícula e frequência escolar, assim como garante um contrato de trabalho respaldando o direito a profissionalização da aprendizagem, conforme é determinado no Estatuto da Criança e do Adolescente.

O ECA proíbe o trabalho noturno, perigoso e insalubre, como dispõe de uma política pública de atendimento entre o Estado (federal, estadual e municipal) para que, juntos, articulem ações que promovam o avanço das políticas sociais em programas de assistência aos direitos da criança e do adolescente, e atuem mais efetivamente para erradicação do trabalho infantil.

Entretanto, na década de 90, o Governo Federal reduziu o investimento social ao adotar o modelo de política neoliberal, o que permitiu maior participação do setor privado e de organizações não governamentais na gestão das políticas públicas. A política brasileira de ideário neoliberal

³⁰ Lei 8069, de 13 de julho de 1990.

se desobrigou em cumprir o atendimento aos direitos das crianças e dos adolescentes conforme materializado nas Leis:

No início dos anos 90, muitos sindicatos reagiram fortemente perante as mudanças na política econômica promovidas pelo governo Collor de Mello, que extinguiu a Coordenadoria do Trabalho da Mulher e do Menor, vinculada ao Ministério do Trabalho. O assunto do trabalho infantil foi relegado ao completo esquecimento pelo Governo Federal, em consonância com a política liberal do governo. Talvez seja este um dos fatores que levou o número de trabalhadores infantis, entre 10 a 17 anos, de 7,6 milhões em 1989 para mais de 9 milhões em 1992 (GOMES, 2002, p. 8).

A redução das políticas públicas sociais deixou evidente a pobreza existente no Brasil e o trabalho infantil ganhou visibilidade. O povo brasileiro reivindicou mudanças significativas na política econômica e social. Lutou por melhorias sociais, pela garantia dos direitos humanos e pela proibição do trabalho de crianças e adolescentes. Os movimentos sociais e sindicais pressionaram o governo brasileiro para sancionar a Convenção 138³¹ da Organização Internacional do Trabalho.

O setor sindical³² denunciou o governo brasileiro à Organização Internacional do Trabalho e mostrou a situação precária dos trabalhadores mulheres e homens, divulgou a condição de miséria das crianças e dos adolescentes e o aumento do trabalho infantil. Ainda no Governo do presidente Collor houve a extinção da coordenação do trabalho da mulher e do menor como reflexos da política neoliberal, principalmente porque o governo brasileiro diminuiu os investimentos em programas sociais o que provocou a reação das forças sindicais.

Na 77a³³ Reunião da Conferência Internacional do Trabalho da OIT, a AGITRA³⁴ apresentou dados que denunciaram a presença indiscriminada de crianças trabalhadoras na

³¹ A Convenção nº 138 de 1973 da OIT, sobre a idade mínima de admissão ao emprego. Substituiu as demais Convenções sobre idade mínima a fim de obter a abolição efetiva do trabalho de crianças.

³² Denunciaram o Governo de Collor de Melo (1990-1992). A iniciativa da Associação Gaúcha dos Inspectores do Trabalho (AGITRA), posteriormente denominada Sindicato Nacional dos Agentes da Inspeção do Trabalho (SINAIT).

³³ Reunião de Genebra no ano de 1990.

³⁴ Associação Gaúcha dos Inspectores do Trabalho (AGITRA), posteriormente denominada Sindicato Nacional dos Agentes da Inspeção do Trabalho (SINAIT).

condição de escravas, tanto como a negligência dos organismos governamentais do país (OIT, 2003, p.40).

Outras denúncias noticiadas no Jornal Zero Hora anunciaram que aproximadamente duzentas famílias estavam trabalhando em condições escravas. Também foi divulgado na Organização Internacional do Trabalho (2003) que crianças de até quatro anos trabalhavam na extração de acácia. Junto à OIT, os sindicatos participaram de discussões sobre os direitos e interesses dos trabalhadores no país.

O agravamento da situação econômica do país, com a alta da inflação, contribuiu consideravelmente para o crescimento do trabalho infantil, no dizer de Oliveira (2003), tornando-se “uma situação insustentável desde o ponto de vista jurídico, político e ético”.

Em 1988 o governo brasileiro firmou um compromisso em decorrência da Declaração Universal dos Direitos das Crianças, ratificada no Brasil, mas, para Oliveira (2003), faltou efetividade nas políticas públicas sociais que visavam proteger as crianças e os adolescentes contra o abandono e a exploração no trabalho, além de governo brasileiro não fiscalizar e concretizar metas para erradicar o trabalho infantil bem como outras formas de exploração.

Passados 10 anos da constituição da Carta Magna Federal de 1988, o Brasil regulamentou a alteração da idade mínima que foi sancionada pela Emenda Nº 20 de 1998³⁵, tendo também aprovado um ponto de referência muito importante ao definir a idade mínima de 16 anos para admissão a qualquer trabalho, resguardando o disposto no Artigo 7º, XXXIII.

Proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos (BRASIL, 1998).

A Constituição de 1988 e o Estatuto da Criança e do Adolescente consagraram a possibilidade de democratização da condução de políticas

³⁵ VER CF/1998 – Capítulo II Dos Direitos Sociais. Artigo 7º - São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social.

públicas nos princípios constitucionais indicando a participação direta do povo. Criaram-se espaço de participação paritária sociedade civil e governos que são os conselhos gestores nos Municípios e Estados. A participação do povo articulada aos conselhos gestores foram mecanismos que favoreceram o debate sobre a elaboração de políticas sociais e a fiscalização de programas sociais.

A criação do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA), pela Lei 8242 de 12 de outubro de 1991, tem como competência elaborar política de promoção em defesa dos direitos das crianças e dos adolescentes e apoiar a promoção de campanhas educativas. Ainda é papel dos conselhos estaduais e municipais atuar em parceria no combate ao trabalho infantil e pela garantia das crianças e dos adolescentes permanecerem na escola.

A necessidade de praticar políticas de proteção às crianças e aos adolescentes permitiu o Brasil em 1992, participar do Programa Internacional para a Eliminação do Trabalho Infantil (IPEC)³⁶ em parceria com setores privado e público. O IPEC propôs a elaboração de ações articuladas para habilitar os conselhos no enfrentamento do trabalho infantil. Ainda no Brasil criaram-se os fóruns como espaço de discussão sobre os direitos de proteção às crianças.

O Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil (FNPETI) em 2004 aponta para os “núcleos duros do trabalho infantil no Brasil, aqueles que são menos atingidos pelas intervenções diretas” (OIT/BRASIL, 2003), como o trabalho doméstico, a prostituição e o narcotráfico. A avaliação feita pelo Fórum Nacional possibilitou ao governo brasileiro avaliar as ações propostas para eliminar o trabalho infantil e conclui que os objetivos não foram inteiramente atingidos, uma vez que a política nacional não alcançou todas as regiões contra as piores formas de trabalho infantil.

³⁶ Na Convenção dos Direitos da Criança, em 1989, a OIT se comprometeu juntamente com o Governo da Alemanha enfrentar o trabalho infantil em alguns países. Em 1990 a Alemanha financiava (dez milhões de marcos por ano) ao IPEC que contou com os seis países signatários que subscreveram o programa: Brasil, Índia, Indonésia, Quênia, Turquia e Tailândia. O IPEC também recebe apoio financeiro dos Estados Unidos.

Ainda, em 2004, o governo brasileiro propôs ao Fórum Nacional a elaboração do Plano Nacional de Prevenção a Erradicação do Trabalho Infantil e a Proteção do Trabalhador Adolescente, em conformidade com as Convenções 138 e 182 visando erradicar as piores formas de trabalho infantil. Coube ao Ministério do Trabalho e Emprego realizar por meio da Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil (CONAETI)³⁷ do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente a aplicação das Convenções e acompanhar a execução do Plano Nacional. Em especial, o Artigo 1º e 6º, respectivamente.

A Convenção 138, ratificada pelo Brasil em 2002, define no Artigo 1º, aos países membros.

Que assegure a abolição efetiva do trabalho de crianças e eleve, progressivamente, a idade mínima de admissão ao emprego ou ao trabalho a um nível que torne possível aos menores o seu desenvolvimento físico e mental mais completo (OIT, 2002, p. 02).

Já a Convenção 182, ratificada no ano de 2000 pelo Brasil, tratou de definir estratégias aos países membros visando elaborar o plano nacional, o desenvolvimento de programas e as ações estratégicas para eliminar com prioridade as piores formas de trabalho infantil. Assim, trata o artigo 6º; “Todo Estado membro elaborará programas de ação para eliminar com prioridade as piores formas de trabalho infantil” (OIT, 2002, p. 3).

É, portanto, a partir das ações praticadas pelo Plano Nacional da CONAETI que o panorama da situação de muitas crianças e adolescentes envolvidas nas piores formas de trabalho ganha destaque no Brasil (BRASIL, 2004, p. 13), pois a falta de abrangência das ações em diagnosticar a situação do trabalho infantil e a não realização prevista de cento e trinta e três metas, sendo cumprida destas apenas quarenta determinou a avaliação do mesmo em 2008.

³⁷ Criada pela Portaria n.º 365, de 12 de setembro de 2002 e reativada pela Portaria n.º 952, de 8 de julho de 2003.

Nesse sentido, em 2008, o Plano Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Adolescente Trabalhador na segunda versão,³⁸ utilizou os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios revelando a persistência do trabalho infantil na vida de crianças e de adolescentes da classe trabalhadora, tanto no trabalho formal como no trabalho familiar como em atividades informais urbanas. Mostrou que crianças e adolescentes são exploradas no comércio sexual, narcotráfico, trabalho escravo “permanecem no cenário brasileiro sem os dados estatísticos precisos” (PNAD/2008).

Dados do IBGE/PNAD (2006) revelam que as ações adotadas pelo governo brasileiro desde o ano de 2003 resultaram na diminuição do trabalho infantil. No Brasil, em 2006, 5,1 milhões de crianças e adolescentes, entre 05 e 17 anos de idade, ainda estavam trabalhando. Apesar deste número elevado, os dados, quando comparados com os anos anteriores, apontam redução do trabalho infantil, que passou de 11,8% em 2004, para 11,5%, em 2006. Em todas as regiões, o nível da ocupação das crianças e adolescentes do sexo masculino era superior àquele do feminino em todas as faixas etárias definidas para a análise.

Ainda na avaliação do Plano Nacional da Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil (2011) existem Estados e Municípios em que as crianças e os adolescentes são encontrados em situação de trabalho por não serem atendidas a contento no programa Bolsa Família. Assim, como há casos de famílias assistidas pelo programa em que as crianças e os adolescentes permanecem no trabalho pela necessidade de subsistência. Pela permanência das piores formas de trabalho infantil é que o Plano Nacional da CONAETI (2011) definiu objetivos, indicadores e descritores para cada meta, que pelo processo de execução deverá ser atingido até 2016.

Pela insistência das piores formas de trabalho infantil é que o Governo brasileiro institui ações para o fortalecimento dos programas

³⁸ As discussões do Plano Nacional da Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil foram retomadas pela Subcomissão MTE em fevereiro de 2009 e concluídos em abril de 2011.

sociais como o Programa Bolsa Família, que têm ajudado no combate do trabalho infantil, ao promover o debate a partir de uma agenda de trabalho decente. Entretanto, ainda que essas ações e os programas tenham trazido melhorias na vida de muitas crianças e adolescentes da classe trabalhadora, ainda carece ser mais bem trabalhadas, no sentido de ampliar as políticas públicas integralizando a garantia de direitos das crianças e dos adolescentes e da permanência na escola de qualidade. Isso porque o discurso das crianças e dos adolescentes entrevistados na nossa pesquisa revela que o trabalho infantil ainda é muito presente na vida da classe trabalhadora.

2.4 OUTROS PROGRAMAS OFICIAIS DE ENFRENTAMENTO AO TRABALHO INFANTIL

O Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), que sobreveio do Plano para Eliminação da Exploração do Trabalho Infantil (PEETI/1996), criado pela resolução nº 37/2004, primou por eliminar o trabalho infantil, formular programas e projetos que contribuíssem para permanência das crianças e dos adolescentes na escola. Ainda ofertou a jornada escolar ampliada com foco nas atividades socioculturais, tais como práticas esportivas, aulas de informática etc., e na “permanência de criança e de adolescente na escola, fomentando um segundo turno de atividades” (BRASIL, 2003, p. 19).

O Programa de Erradicação do Trabalho Infantil procurava articular diferente órgãos das esferas de governo (federal, estadual e municipal) e sociedade civil, tendo como prioridade a prevenção e erradicação do trabalho infantil. O seu objetivo principal foi retirar crianças e adolescentes com menos de 18 anos de atividades da Lista das Piores Formas de Trabalho Infantil.

O controle das ações do PETI³⁹ estava articulado com mais três grandes eixos, “os programas de concessão da Bolsa Criança Cidadã, Jornada Ampliada (atividades culturais, esportivas realizadas em horário contrário ao da escola)” (BRASIL, 2003, p. 19). Ainda, envolveu as famílias nos projetos de geração de renda com crianças em atendimento e atendeu mais de 820 mil crianças e adolescentes afastados do trabalho em mais de 3,5 mil municípios (BRASIL, 2012).

Ao ingressar no PETI a família tem acesso à transferência de renda do Programa Bolsa Família. “A articulação dos dois programas fortalece o apoio às famílias, visto que pobreza e trabalho infantil estão amplamente relacionados às regiões de maior vulnerabilidade” (BRASIL, 2003).

O Programa Bolsa Família (PBF)⁴⁰ “é um programa de transferência direta de renda que beneficia famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza em todo o País” (BRASIL, 2008, p. 5). Os participantes do programa são compromissados a matricular e garantir a permanência das crianças e dos adolescentes na escola.

O Programa tem a sua gestão compartilhada entre a União, Estados, Distrito Federal e Municípios (BRASIL, 2008, p.16), assim como devem trabalhar em parceria para a execução efetiva do programa, com isso, possui três eixos principais que são voltados à transferência de renda e a condicionalidades, ações e programas complementares. A transferência de renda promove o investimento social às famílias da classe trabalhadora; as condicionalidades reforçam o acesso a direitos sociais básicos nas áreas de educação, saúde e assistência social. E as ações e os programas complementares têm como objetivo fortalecer o desenvolvimento das famílias para a superação de vulnerabilidade social (BRASIL, 2008, p. 17).

³⁹ Na sua estrutura organizacional, o PETI compõe o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) e Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), Ver Manual do PETI, 2003.

⁴⁰ Foi criado em 20 de outubro de 2003 pela Medida Provisória Nº 132, convertida na Lei nº 10.836 de 09 de janeiro de 2004.

Segundo o relatório do Ministério do Desenvolvimento Social (2011), o Programa Bolsa Família atende mais de 13 milhões de famílias em todo território nacional. “Os valores dos benefícios pagos do PBF podem variar entre trinta e dois reais a trezentos e seis reais” (BRASIL, 2008, p. 24), pois é considerada a renda mensal da família por pessoa, o número de crianças e adolescentes, gestantes e mulheres que amamentam.

SÍNTESE DO CAPÍTULO

Nesse capítulo, analisamos a gênese do trabalho infantil entre o século 20 e as primeiras décadas do Século 21. A leitura de documentos, leis e autores do campo da História e da Sociologia foram fundamentais para compreendermos a relação do trabalho infantil e a idade das crianças como marco da infância. Além disso, utilizamos as Constituições brasileiras para apreendermos como o trabalho infantil foi sendo identificado e previsto na legislação brasileira e as ações dos programas que visam combatê-lo.

O trabalho infantil está relacionado à condição de pobreza das crianças e dos adolescentes da classe trabalhadora, ao modo de produção capitalista que subsumiu a força infantil para tirar proveito e produzir mercadorias e serviços com baixo custo. É aceito como punição, doutrinação e afastamento da criminalidade para as crianças em situação de abandono.

Nas instituições e fundações o trabalho infantil foi defendido como educação, modo de reabilitação da moral e inculcava boas maneiras de vida em sociedade por meio do trabalho. O trabalho era visto como algo muito bom: forma de regenerar e impedir o ócio pela educação no trabalho.

Daí porque essa forma de trabalho não assume caráter educativo, na perspectiva do pleno desenvolvimento humano, revelando-se pernicioso à saúde das crianças e dos adolescentes. Na sociedade capitalista, o trabalho, de uma só vez, é a atividade negadora da humanização do homem, trabalho alienado; de outro modo, tem o sentido de base da vida social e atividade criadora de riquezas materiais e culturais nunca observadas.

O trabalho infantil explora a força das crianças e dos adolescentes que cumpre função econômica no processo de reprodução do capital, expondo a infância a uma condição moralmente degradante e prejudicando-a na sua escolarização. Compreendemos também que o trabalho infantil é justificado pela ideologia liberal, que responsabiliza o indivíduo por seu

sucesso econômico, e ainda aceito na contemporaneidade como alternativa à pobreza e ao ócio de crianças e de adolescentes da classe trabalhadora.

O trabalho infantil, mesmo sendo admitido como atividade de exploração de crianças e adolescentes, como atividade árdua, é historicamente justificado pela ideia de educação no trabalho e como forma de doutrinação e impedimento do ócio.

O trabalho infantil aparece nas vozes das crianças e dos adolescentes da Amazônia paraense como uma atividade que as impede de viverem plenamente a infância, contrário a dimensões humana de base do trabalho como princípio educativo.

Portanto, descrevemos no próximo capítulo, metodologicamente com base no método do materialismo histórico, um conjunto de técnicas utilizadas, que foram necessários para a coleta dos dados empíricos, que nos permitiu observar a realidade do fenômeno social no discurso das crianças e dos adolescentes.

3. CONSTRUINDO O CAMPO METODOLÓGICO DA PESQUISA

[...] Subiu a construção como se fosse máquina.
 [...] Tijolo com tijolo num desenho mágico.
 Seus olhos embotados de cimento e lágrima.
 Sentou pra descansar como se fosse sábado.
 Comeu feijão com arroz como se fosse um príncipe
 [...].
 [...] Por esse pão pra comer, por esse chão pra
 dormir.
 A certidão pra nascer e a concessão pra sorrir.
 Por me deixar respirar, por me deixar existir [...].

(Construção Chico Buarque, 1971).

Para a construção da pesquisa com o objetivo de investigar o trabalho infantil como fenômeno histórico social, a partir do discurso de crianças e de adolescentes, fez-se necessário planejar o método adotado na nossa pesquisa. Para isso, partimos do entendimento que o caminho de uma pesquisa científica deve ser construído com base na opção teórica que guiará a investigação.

A pesquisa tem o aporte teórico metodológico fundamentado no materialismo histórico dialético. Dialoga-se com categorias marxiana, como: trabalho, alienação, contradição, que, por sua vez, serão analisadas segundo as indicações da Análise do Discurso, com base na teoria de Bakhtin (2003).

A investigação sobre o trabalho infantil no discurso das crianças e dos adolescentes de escolas da rede estadual da cidade de Belém exigiu a definição de técnicas de coleta de dados que permitissem a comunicação com esse grupo social. Nesse sentido, a elaboração de vários instrumentos considerou a necessidade de terem um caráter lúdico, que foi indispensável na pesquisa, principalmente por tratar-se de crianças e de adolescentes.

Na pesquisa de abordagem qualitativa construímos os instrumentos de investigação denominados de atividade de painel. Com o avanço da pesquisa os procedimentos de coleta de dados desenvolveram-se em duas

etapas; as atividades de painel, subdivididas em três seções, e o grupo focal.

1) Etapa de Atividades do Painel

A elaboração da atividade painel tem como base a Psicologia Social, que procura conhecer o sujeito no conjunto de suas relações sociais, “tanto naquilo que lhe é específico como naquilo em que ele é manifestação social” (BOCK, FURTADO, TEXEIRA, 2001, p. 215). Portanto, a finalidade dessa técnica tem o objetivo de interação entre os participantes da pesquisa.

O painel é uma forma de apresentação dos resultados dos trabalhos realizados em torno de um tema. Diversas pessoas ou equipes contrapõem conclusões a partir de diferentes pontos de vista ou complementam considerações umas das outras a partir de diversas perspectivas.

- Painel musical.
- Painel do trabalho
- Cine Prosa sobre o trabalho infantil.

2) Etapa do Grupo focal

O grupo focal foi desenvolvido somente após a análise descritiva das atividades do painel, que privilegiou a aproximação entre pesquisadores e pesquisados, ainda permitiu a identificação de crianças e adolescentes no trabalho infantil.

Este capítulo é composto por sete seções. A seção 3.1 explica a escolha do materialismo histórico dialético e a escolha pela pesquisa de abordagem qualitativa, por compreendermos a relação entre crianças e adolescentes como sujeitos sociais concretos, historicamente datados que interagem por meio da linguagem.

A seção 3.2 trata da teoria da Análise do Discurso com base em Bakhtin; a seção 3.3 trata da escolha dos bairros, das escolas e apresenta o plano de pesquisa envolvendo visita às escolas e às atividades de pesquisa.

Contempla a escolha das crianças e dos adolescentes, o trabalho na escola, a caracterização das escolas e das turmas.

A seção 3.4 apresenta as atividades de painel; a seção 3.5 trata da caracterização das crianças e dos adolescentes participantes da pesquisa; a seção 3.6 define o grupo focal como uma técnica que possibilita a roda de conversa entre pesquisadores e pesquisados, realizada no espaço da biblioteca e da sala do Programa Mais Educação; e a seção 3.7 que definiu a organização dos dados e as categorias analisadas.

3.1 MATERIALISMO HISTÓRICO DIALÉTICO E PESQUISA QUALITATIVA

Procuramos entender o trabalho infantil considerando-o como um fenômeno social, concreto, determinado pelas condições materiais nas quais se realiza na vida das crianças e dos adolescentes da classe trabalhadora.

A pesquisa com base no materialismo histórico dialético permite que se investiguem as contradições existentes na sociedade de classes em suas múltiplas relações, especificamente de como o fenômeno do trabalho infantil se desenvolve. Importa para a nossa pesquisa investigar o trabalho infantil manifestado no discurso de crianças e de adolescentes que na sociedade capitalista se amplia e toma forma de trabalho explorado, de negação do desenvolvimento da autonomia e do desenvolvimento das capacidades humanas.

O materialismo histórico dialético analisa a “matéria, em seus pormenores” (MARX, 2010a, p. 28), observando como o discurso se desenvolve em diferentes enunciações, neste trabalho, como é manifestado no discurso das crianças e dos adolescentes o trabalho infantil. Nele, buscamos analisar em que medida esse trabalho se aproxima da reprodução do capital ou de sua negação como elemento fundamental do processo de conhecimento.

Nesse sentido, supre a necessidade de se compreender o movimento histórico que está relacionado ao contexto social dos participantes da pesquisa. Necessidade esta de se investigar o trabalho infantil como objeto materializado no discurso das crianças e dos adolescentes, que permita compreender historicamente o seu movimento, a sua manifestação como função econômica. Além disso, compreender também a relação existente na sociedade capitalista como marca de servidão, não “de trabalho socialmente necessário” (MARX, 2010a), da relação do trabalho manual e trabalho intelectual.

Historicamente, o trabalho infantil se manifesta como trabalho penoso e como solução da pobreza e aparece no interdiscurso da sociedade capitalista para justificar o trabalho como livramento da pobreza. A exploração de força infantil é assumida ideologicamente pelo capital, pela necessidade da família promover o seu sustento devido à ausência do Estado em ofertar mais emprego e renda para os adultos.

Depreende-se do materialismo histórico dialético que o trabalho infantil tem relação com o contexto social das crianças e dos adolescentes pertencentes a uma determinada classe social, que, por necessidade de sobrevivência, têm a obrigação de trabalhar para ajudar no sustento da casa.

Dialeticamente, nos interessa analisar a concretização do discurso a partir da representação do sujeito que fala no processo de “interação das pessoas por meio do texto e do contexto social” (BAKHTIN, 2003), já que, no dizer de Bakhtin (2003, p. 261) “todos os diversos campos da atividade humana estão ligados ao uso da linguagem”.

A metodologia de pesquisa na vertente qualitativa de base no materialismo histórico dialético se estabelece pela linguagem, como a consciência, a necessidade de intercâmbio com o outro, uma perspectiva “dialógica e dialética” (BAKHTIN, 2003, p. 267). A pesquisa prioriza a investigação com pessoas na sua totalidade social, na cultura geral, no “materialismo histórico das Ciências Humanas” (FREITAS, 2003).

Ou seja, a pesquisa qualitativa assume uma investigação que aproxima os pesquisadores do seu objeto de estudo, e promove, portanto, nesta Tese, o conhecimento do trabalho infantil e o modo mais apropriado para se pesquisar uma dada realidade social. Permite também que o pesquisador explique a relação entre o trabalho como exploração e o trabalho como formação humana das crianças e dos adolescentes em condição de trabalho.

A pesquisa qualitativa pode ser compreendida como:

O adjetivo qualitativo sob duas perspectivas, primeiro por valorizar a ação do sujeito pesquisador no processo de análise e interpretação dos dados coletados; segundo como um tipo de pesquisa que, utilizando procedimentos próprios (entrevistas, observações, estudo de caso etc.) (ARAUJO, 2010, 18-19).

Reiteramos Araujo (2010) e acrescentamos que a pesquisa de abordagem qualitativa não se resume a procedimentos prontos, mas na diversificação, como explica Thiollent (1987, p. 22): “nas ciências sociais, a discussão metodológica é muito diversificada”, portanto aceita que o pesquisador crie algo novo, que o pesquisador invente metodologias favoráveis e formas de interação entre pesquisadores e pesquisados, conforme o seu objeto de estudo.

Na fase de obtenção de dados, numa pesquisa sociológica, tudo é social: o objeto investigado, as pessoas concretas implicados nele, o grupo de pesquisadores e seu sistema de representação teórico-ideológico próprio e, por fim, as técnicas de pesquisa ligadas ao sistema de representação e que envolvem relacionamentos interpessoais e comunicação de símbolos (THIOLLENT, 1987, p. 22).

Thiollent (1987) afirma que “as técnicas de pesquisa não deveriam ser ensinadas como receitas ou instrumentos neutros e intercambiáveis, mas sim como dispositivos de obtenção de informações cujas qualidades, limitações e distorções devem ser metodologicamente controladas”.

A pesquisa qualitativa permite “extrair desse convívio os significados visíveis e latentes sobre o trabalho infantil, que somente são perceptíveis a

uma atenção visível” (CHIZZOTTI, 2010, p. 27) dos pesquisadores. “O pesquisador pressupõe que o mundo deriva da compreensão das pessoas no contato com a realidade nas diferentes interações humanas e sociais” (CHIZZOTTI, 2010, p. 27-28).

A pesquisa qualitativa aceita que os pesquisadores extraíam da fala dos pesquisados o sentido atribuído ao fenômeno social, para depois submetê-los a uma análise de interpretação, que é diferente [...] “da pesquisa experimental que segue um padrão uniforme e determinado” [...]. Isso quer dizer que, “as pesquisas qualitativas, por outro lado, não têm um padrão único porque admitem que a realidade é fluente e contraditória e os processos de investigação dependem do pesquisador — sua concepção, seus valores, seus objetivos” (CHIZZOTTI, 2010, p. 26).

A pesquisa qualitativa indica a “existência de um movimento de análise, da afirmação do elemento humano no processo de produção do conhecimento” (ARAUJO, 2010, p. 20), porque valoriza a ação dos pesquisadores ao descrever a realidade concreta por ele interpretada. Bakhtin (2003) explica que o sentido da interação dialógica entre os sujeitos é o ponto fundamental da pesquisa, que o critério que se busca em uma pesquisa qualitativa não é a precisão do conhecimento, mas sim a profundidade do sentido e da participação ativa do pesquisador na análise e interpretação dos dados.

É importante dizer que a pesquisa qualitativa se caracteriza pelos estudos socioculturais, propõe o estudo dos acontecimentos humanos e sociais, busca a interpretação detalhada dos significados, das particularidades situacionais do fenômeno que se manifesta no encontro entre teoria e prática; portanto, como prática social trabalha com a natureza do sentido, sejam eles motivos, anseios, crenças, valores e costumes, satisfazendo um espaço aberto de interação dialógica entre pesquisadores e pesquisados.

Trata-se de ser uma “técnica de relacionamento ou de comunicação entre o polo investigador e o polo investigado, ambos socialmente

determinados” (THIOLLENT, 1987, p. 23), que possibilita também a compreensão do lugar dessa interação social, o ambiente da palavra e o contexto histórico dessa relação humana.

A pesquisa qualitativa considera as informações trazidas pelos pesquisadores tanto do texto como do contexto social, do espaço que o fato se manifesta e se desenvolve. Por isso, a pesquisa indica que se considere o sentido do fenômeno e o significado da palavra. Nesta pesquisa, o sentido do trabalho infantil e o significado manifestado do discurso das crianças e dos adolescentes em condição de ocupadas para explicar as características do objeto de pesquisa.

Trata-se de dizer que a pesquisa qualitativa possibilita compreender o lugar dessa interação social, o ambiente da palavra, o contexto histórico das crianças e dos adolescentes sobre a sua condição de trabalho infantil.

Pesquisar a realidade social das crianças e dos adolescentes na relação entre trabalho infantil e formação humana implica compreender o trabalho e a sua dupla dimensão (criação da vida humana e dimensão histórica). Enquanto criação da vida humana está ligada à produção do conhecimento, como dimensão histórica do trabalho na sociedade capitalista assume dialeticamente outras formas: contradição, trabalho abstrato, trabalho assalariado, trabalho penoso etc.

Na pesquisa do tipo qualitativa, a metodologia não apenas permite que se apresente o discurso das crianças e dos adolescentes sobre o trabalho infantil, mas possibilita também a interpretação do sentido, do significado manifestado e desenvolvido no contexto social da sociedade capitalista. Ao mesmo tempo, a pesquisa também permite “aportes teóricos metodológicos sobre a significação, na pesquisa, do sujeito nas suas interações com os outros e com a sociedade” (CHIZZOTTI, 2010, p. 53).

A pesquisa qualitativa possibilita aos pesquisadores a criação de metodologias favoráveis à análise das vozes de crianças e de adolescentes sobre o trabalho infantil, ou seja, reconhece a investigação por meio da linguagem. Portanto, como uma técnica de base sócio histórica, é

comprometida em encontrar o sentido das mudanças sociais na vida humana. Assim, procura “tanto encontrar o sentido desse fenômeno quanto interpretar os significados que as pessoas dão a eles” (CHIZZOTTI, 2010).

Isso quer dizer que a pesquisa qualitativa, por sua vez, aceita epistemologicamente o uso da técnica da Análise do Discurso, baseada no materialismo histórico dialético e nos pressupostos teóricos de Bakhtin (2003), como caminho metodológico para analisar o discurso das crianças e dos adolescentes em condição de trabalho sob o abrigo qualitativo. Advoga, assim, os mais variados métodos de pesquisa, “como a entrevista [...], e a análise do discurso” (CHIZZOTTI, 2010) como teoria fundamentada no dialogismo.

3.2 ANÁLISE DO DISCURSO COM BASE EM UM DIÁLOGO TEÓRICO COM BAKHTIN

A pesquisa qualitativa de base no materialismo histórico dialético que se utiliza da Análise do Discurso trata do uso de formas textuais, recorrentemente utilizada pela linguagem, que alia o campo linguístico ao sócio histórico a partir da ideologia e do discurso. Assim, a escolha de analisar o discurso das crianças e dos adolescentes da Amazônia paraense sobre o trabalho infantil e trabalho como princípio educativo a partir da abordagem da Análise do Discurso⁴¹ na perspectiva de Bakhtin justifica-se por privilegiar o ser humano e suas condições materiais de existência.

A Análise do Discurso é uma área de estudo que surgiu na França no Século 20, a partir da égide do estruturalismo e com a fundamentação teórica epistemológica no campo da Linguística, segundo as discussões sobre a dicotomia entre língua/fala.

No Estruturalismo, a língua é vista como um sistema abstrato e homogêneo e deve ser estudada internamente não considerando as relações sociais que se estabelecem na luta de classes. A Análise do

⁴¹ A Análise do Discurso originou-se por três vertentes e são chamadas de escolas (francesa e inglesa). Optamos pela Análise do Discurso da terceira fase de orientação da escola francesa, por ser mais contemporânea porque trata da ideia de disseminação, da heterogeneidade constitutiva do discurso, compreendendo que “existe mais de 47 formas de Análise do Discurso” (Ver ROSALIND, 2010).

Discurso surgiu no campo político do marxismo e de um momento de crescimento da Linguística e ganhou o caráter interdisciplinar nas Ciências Humanas (História, Sociologia, Psicanálise, Educação) e nas tendências do estudo semântico da Linguística.

A dualidade característica entre língua/fala atribuída à teoria linguística abriu espaço para estudos no campo das teorias enunciativas, que desenvolveram a teoria do discurso e da enunciação. Análise do Discurso, por basear-se em uma teoria crítica, seguiu direção diferente: uma vertente americana e outra europeia, visando ultrapassar a análise de unidades da língua para o campo linguístico do discurso (BRANDÃO, 2012).

Na França, estudiosos como Benveniste (apud, BRANDÃO) ampliaram a escola intelectual dos estruturalistas desenvolvendo a teoria da enunciação sobre a questão da subjetividade na linguagem marcada pelo sujeito único do discurso. Interessava-se em analisar “o ato de produzir um enunciado e não o dito no texto de um enunciado” (BRANDÃO, Idem, p. 55), importando-se com o processo da enunciação no interior da língua a partir da manifestação individual, diferentemente da concepção de Bakhtin (2009) sobre o ideológico como correlação entre o individual e o social.

Por outro lado, o limite atribuído à dicotomia (língua/fala) abriu caminho para que os intelectuais russos desenvolvessem estudos de caráter estrutural articulado com marxismo. Assim surgiu o grupo de Bakhtin (2009), como uma crítica de base marxista voltada para a separação entre língua e fala desarticulada do sujeito que fala e do seu meio social. Interessa para esse intelectual a pessoa do discurso, as interações sociais, as relações humanas na vida cotidiana.

A visão bakhtiniana sobre a linguagem como um signo ideológico forneceu uma base para a teoria de um tipo de Análise do Discurso, principalmente no que Bakhtin (2009) formaliza com a teoria do

plurilinguismo⁴², ao considerar que a fala se materializa no discurso do outro e, assim, várias vozes se cruzam e formam outros discursos.

Com ela é possível recuperar as contradições que aparecem no discurso das crianças e dos adolescentes, quando trabalham sob a égide do capital que afirma ser o trabalho infantil a solução da pobreza. A relação entre o ‘eu’, ‘tu’ e ‘eles’ é a polifonia dos enunciados discursivos que se manifesta no texto e no contexto social dos pesquisados.

A linguagem é para Bakhtin (2003) um lugar de conflitos, “impregnada de relações dialógicas” (ALVES, 2003, p. 71), uma forma de interação social afirmada no materialismo histórico dialético por ser o discurso algo concreto que se configura na necessidade de comunicação da vida humana, no movimento da luta de classes.

Analisar o discurso das crianças e dos adolescentes sobre o trabalho infantil concretizado “como um conjunto de sentidos” (BAKHTIN, 2003, p. 329), foi o interesse desta Tese, a fim de perceber não só o sentido atribuído ao fenômeno, mas também as vozes subjacentes ao ideológico na relação do contexto social dos pesquisados.

É pela interação social que as crianças e os adolescentes atravessados pelo ideológico concretizam o discurso individual para significar-se, pois a linguagem para Bakhtin (2003) se materializa na ideologia do outro. É nessa relação entre o individual e o social que se extrai o ideológico.

Do discurso ideológico revelado nas falas das crianças e dos adolescentes sobre o trabalho infantil formam-se muitas vozes polifônicas, entre o discurso do trabalho educativo e o discurso do trabalho alienante. O primeiro contradiz o segundo, mostrando como o ser humano constrói “uma prática social concreta” (BAKHTIN, 2009), na qual qualquer forma de trabalho é necessária, inclusive o das crianças e adolescentes. Entretanto apenas uma classe social esconde à luta de classes e a ausência do poder

⁴² Bakhtin explica que o plurilinguismo é social porque existem duas vozes ou mais no discurso, pois percebe a fala materializada no “discurso de outro na linguagem de outro [...] que serve para refratar a expressão das intenções do autor” (2010, p. 127).

público em promover políticas públicas sociais, criar mais trabalho e educação para as famílias em situação de vulnerabilidade social.

Na Análise do Discurso é preciso considerar todas essas características da interação dialógica entre as crianças e os adolescentes sobre o trabalho infantil pela sua condição social. Os seus discursos voltam-se para o “exterior” linguístico (BAKHTIN, 2003) e procuram “aprender como no linguístico inscrevem-se as condições sócio históricas de produção” (BRANDÃO, Idem).

O discurso para Bakhtin (2003) é o objeto da linguagem constituído pela mediação da comunicação entre pessoas e contexto social. Trata do sentido e significado da enunciação nas “relações concreta do discurso” (BAKHTIN, Idem, p. 196).

O discurso é dialógico no dizer de Bakhtin (Op. Cit.) e se processa dentro da luta de classes por meio das palavras. A palavra no dizer do autor é o signo ideológico concretizado nos discursos produzidos pelos pesquisados na condição de trabalhadores de uma dada realidade social. Ali, “o signo se torna a arena onde se desenvolve a luta de classes” (BAKHTIN, 2009, p. 49).

O signo ideológico determina o princípio da contradição no trabalho infantil ao reproduzir o caráter arbitrário como forma de ajuda, que retrata a realidade das crianças e dos adolescentes em condição de trabalho, pela forma enviesada de amenizar a pobreza e pela concepção de mundo manifestada no interdiscurso do outro.

O interdiscurso se desenvolve nas relações dialógicas entre o contexto histórico social e as condições sociais do falante que situam o discurso relacionado a outros discursos no espaço de troca das interações. Bakhtin (2003) diz que no interdiscurso, outro discurso nasce de um discurso e reconhece o homem como um sujeito histórico, datado em seu tempo. É a multiplicidade de sentido do discurso polifonicamente manifestado de outras vozes entrelaçadas no mesmo discurso.

É assim, que se apresenta o discurso das crianças e dos adolescentes sobre o trabalho infantil na intertextualidade como processo de incorporação para reproduzir o sentido incorporado. Assim, a polifonia se define pela convivência, da interação de uma multiplicidade de vozes e consciências independentes, todas representantes de um determinado universo e marcadas de peculiaridades.

Alves (2003, p. 97) diz que são as vozes que se enfrentam no mesmo discurso e representam os diferentes elementos históricos, sociais e linguísticos que o constituem. A polifonia traz o discurso da vida prática que é extremamente carregado do discurso do outro, das palavras do outro, em que uma pessoa muito amiúde repete literalmente a fala do outro interlocutor. O discurso é entendido a partir do sujeito que interpreta e acentua o sentido da voz do outro e este pode ser “revestido de indignação, ironia, zombaria, deboche entre outros” (BAKHTIN, 2003, p. 195).

Para Bakhtin (2009, p. 99) o discurso não pode ser analisado fora dessa relação histórica por considerar outras formas de construção e representação do discurso ideológico porque, para o autor “a palavra está sempre carregada de um conteúdo ou de um sentido ideológico ou vivencial”. É assim que o discurso das crianças e dos adolescentes sobre o trabalho infantil é um discurso ideológico manifestado na voz da religião, do capital e da família, como uma verdade, como se o trabalho fosse algo virtuoso, uma obrigação necessária na infância da classe trabalhadora.

É no contexto da interação ideológica com outros discursos que estes se mostram antagônicos e contraditórios, uma vez que o sentido da palavra está impregnado dessa falsa concepção da compreensão do trabalho infantil como algo positivo. Será justamente nessa integração que o discurso que exclui o trabalho alienante, por princípio, não constitui uma formação humana.

Portanto, as crianças e os adolescentes da Amazônia paraense matriculados em escolas públicas de Belém constroem um saber sobre o trabalho infantil, que o conota como sofrimento e alienação, quando este

nega o seu caráter social e revela um caráter de trabalho como princípio educativo aos interesses do capitalista, ainda elas buscam formar de driblar a exploração do seu trabalho.

O discurso das crianças e dos adolescentes como construção social permeada do ideológico nas relações sociais com o outro são analisadas pelas categorias da Análise do Discurso, como polifonia, sentido e significado do interdiscurso e discurso ideológico, que aparece atravessada pelo sofrimento.

Alves (2003, p. 73) esclarece que no início de sua teorização “o princípio de polifonia foi introduzido por Bakhtin sobre a literatura para caracterizar obras, como, por exemplo, os romances de Dostoiévski”. A polifonia foi analisada na literatura como as várias vozes e o discurso no discurso e sobre outro discurso, como a enunciação de outra pessoa (BAKHTIN, 2009), um sentido construído na ação do contexto social e do significado atribuído ao fenômeno na relação da vida humana.

Portanto, na realidade social das crianças e dos adolescentes da Amazônia paraense sobre o trabalho infantil, revela-se na interação das enunciações construídas no discurso do outro, o ideológico permeado do interdiscurso; nesta instância, aparece o trabalho infantil como sofrimento, como forma de ajuda e ideologicamente influenciador do trabalho como obrigação, ainda revela-se como subsistência.

Para Alves (2003, p. 74) trata-se do dialogismo, pelo qual se entende que as palavras usadas por nós estão sempre marcadas pelo outro: “É, portanto, mediante o contexto dialógico que emergem múltiplas vozes que se entrecruzam que o “outro” tem uma função especial”. Para ela o dialogismo está ligado à polifonia (ALVES, Idem, ibidem).

Bakhtin (2009) desenvolveu uma crítica de base marxista à filosofia da linguagem, especialmente aos estruturalistas que buscaram separar a língua da fala. É partir dessa crítica da separação entre língua/fala que Bakhtin se interessou pela ciência do dialogismo, distinguindo-se do

“sistema abstrato de formas normativas **ao valorizar** a linguagem no sentido de conjunto dos contextos possíveis de uso de cada forma particular” (BAKHTIN, 2009, p. 98, grifo nosso). Interessa o sujeito da fala, a pessoa do discurso, as interações decorrentes dos meios sociais na vida cotidiana.

É nesse campo da Análise do Discurso marcado pela filosofia crítica marxista da língua, como sistema de forma normativa orientada por um caráter ideológico, que o trabalho infantil sempre é apresentado para e pelas crianças e adolescentes no contexto de enunciações do ponto de vista do outro, um discurso ideológico preciso construído pelo interdiscurso do trabalho como ajuda para tirá-las da pobreza.

Esse interdiscurso mostra que a fala reproduz o diálogo do outro, e, nessa relação, é preciso apreender o discurso que aparece de outros discursos sob a voz do enunciador. Ou apreender a “relação de um discurso com outros discursos” (BRANDÃO, 2012, p. 107) que, volta-se para o “exterior” linguístico (BAKHTIN, 2003), que deve procurar “aprender como no linguístico inscrevem-se as condições sócio históricas de produção” (BRANDÃO, 2012).

Assim, as relações sociais que se estabelecem no discurso das crianças e dos adolescentes sobre o trabalho infantil estão carregadas de um significado externo, muitas vezes materializado de um discurso na voz do religioso, do capitalista, que busca esconder a contradição histórica relacionada à sociedade e às modificações ocorridas dela. Com a Análise do Discurso, pode-se trazer à tona a contradição existente de todo discurso constitutivo “de práticas discursivas que se dominam, se aliam ou se afrontam em certo estado de luta ideológica e política” (BAKHTIN, 2009).

Na visão bakhtiniana, uma teoria marxista da filosofia da linguagem tece crítica às condições econômicas, que criam formas de comunicação ideológica, as quais determinam a linguagem entre classes sociais, cuja classe privilegiada busca ampliar o seu poder de predomínio no interdiscurso (igreja, capitalista, família, etc.).

A Análise do Discurso utiliza o material discursivo e o interdiscurso, como na polifonia das falas atravessadas pelo discurso do outro. O discurso é o conjunto de enunciados marcados pelas regularidades, mas que pode aparecer discursivamente com sentido diferente, que se define pela sua relação com o discurso ideológico a partir de um contexto social historicamente.

O discurso ideológico compreende várias discursividade, pois é constituído por representações que tem relação com as lutas de classes, nesse sentido o discurso das crianças e dos adolescentes está carregado de uma discursividade, de muitas vozes que significam o sentido das relações estabelecidas no processo de produção do fenômeno do trabalho infantil.

Isto posto, justifica-se a prioridade pelo uso da técnica da Análise do Discurso, por queremos dar voz às crianças e aos adolescentes da Amazônia paraense em condição de ocupadas. Todavia, fez-se necessário à elaboração do plano de trabalho da pesquisa para coleta dessas vozes.

O plano de trabalho delineou a criação de um conjunto de atividades para a aproximação entre pesquisadores e pesquisados, como: a escolha das escolas, dos participantes e o processo de interação entre os sujeitos e as escolas.

O planejamento do plano de trabalho da pesquisa contempla ações que vão da preferência das escolas a escolha da faixa etária das crianças, dos adolescentes e a opção pela técnica do grupo focal na coleta do material de análise, que será descrito nas próximas seções.

3.3 ESCOLHA DAS ESCOLAS

O local escolhido para a pesquisa foram as escolas da rede estadual dos bairros da Terra Firme e Canudos da Cidade de Belém, pelas suas localizações em bairros situados na periferia de Belém onde residem crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social. O bairro da

Terra Firme é considerado como um dos mais pobres e violentos da Região Metropolitana de Belém, devido à falta de infraestrutura, à grande concentração de população, problemas de saneamento e poucas áreas de lazer⁴³. A escolha do bairro de Canudos se deu pela proximidade com o bairro da Terra Firme, por ser o menor bairro da cidade de Belém.

Juntos os dois bairros concentram uma população muito carente economicamente, especialmente crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social (OIT, 2003), que estão suscetíveis ao trabalho, à violência física, psicológica e doméstica ao abuso de tráfico e às drogas. Estatisticamente, os bairros Terra Firme e Canudos apresentam dados significativos do aumento da violência segundo o Anuário Estatístico do Município de Belém de 2010. Além disso, no entorno destes bairros, se concentram instituições de ensino, extensão e pesquisa, como a Universidade Federal do Pará, a Universidade Federal Rural da Amazônia e o Parque de Ciência e Tecnologia Guamá é que se deu a seleção das escolas.

Selecionamos duas escolas localizadas no Bairro da Terra Firme, sendo que em uma participamos de oficinas formativas do Curso para Juventude, realizado pela Universidade Popular, em 2009, e a outra escola por ter proximidade com o Bairro de Canudos e do Guamá. A situação de violência escolar foi observada por nós e resultou na participação, no ano de 2008, em oficinas sobre conscientização cidadã na escola.

A partir dessas ações e da realidade social das crianças e dos adolescentes da Região Metropolitana de Belém dessas escolas, passamos a ouvir esses sujeitos para evidenciar os aspectos sociais, culturais e econômicos presentes no discurso dos participantes sobre o trabalho infantil.

⁴³ Ver pesquisa de Edson Marcos Leal Soares Ramos (Coord.). A Formação da Desinformação: as Subnotificações de Violências em Belém. (Relatório de Pesquisa – Convênio UFPA/Fundação Ford). Belém, 2010. 96p.

3.3.1 Visita às escolas

Em abril de 2012, visitamos as escolas selecionadas para nossa apresentação aos gestores. Informamos o objetivo e expusemos o plano de trabalho da nossa pesquisa.

O plano de pesquisa informava as atividades e a realização de cada momento diferente na escola, com atividades que assinalavam maior proximidade entre pesquisadores e pesquisados. Informamos também que a nossa presença na escola seria de dois meses, duas vezes por semana e em dias alternados. E que trabalharíamos em sala de aula, sem a presença dos professores, no tempo de duas aulas, ou no espaço do recreio, com o intuito de não atrasar a carga horária dos professores.

Em outro momento, nossa presença na escola perdurou aproximadamente entre seis e doze meses. Desta feita, não mais em sala de aula, mas na biblioteca, na sala de informática e na própria escola. Essa atividade aconteceu durante o ano letivo de 2012.

O acesso às escolas não se revelou complicado. Todas as instituições escolhidas se dispuseram a colaborar com o desenvolvimento da pesquisa e permitiram a nossa entrada livremente. Ainda se mostraram interessados em conhecer melhor o plano de pesquisa.

De volta às escolas e com o aceite dos gestores em colaborar com o estudo, partimos para a seleção das turmas, para o acerto do cronograma das atividades, (dias e horários) e para a organização do convite da reunião com os pais das turmas escolhidas.

Os dias definidos e os horários acordados com a direção das escolas possibilitaram conciliar a pesquisa em quatro instituições dos diferentes bairros, da Terra Firme e de Canudos. Nos dias de segunda e quarta-feira no horário da manhã e da tarde, a pesquisa aconteceu nas escolas do bairro de Canudos, por estarem bem próximas uma da outra. E nos dias de terça e quinta-feira nos horários da manhã e tarde, nas escolas no bairro da Terra Firme, não tão próximas uma da outra.

A reunião teve a finalidade de apresentar o plano da pesquisa para os responsáveis, de pedir permissão para a participação das crianças e dos adolescentes na pesquisa e para a assinatura do Termo de Consentimento Livre.

3.3.2 Turmas selecionadas

De acordo com o plano de pesquisa que determinava a participação de crianças e de adolescentes cujas famílias são assistidas pelo Programa Bolsa Família⁴⁴, realizou-se a preferência das turmas nas quatro escolas. Os gestores seguiram o critério tomando como base o Plano de Pesquisa.

Após a seleção da turma, o gestor de cada unidade escolar providenciou a nossa apresentação, em cada turma, às professoras, às crianças e aos adolescentes. Apenas uma escola (Leão) convocou o quadro funcional para fazer a nossa apresentação e esclarecer a pesquisa.

Na presença das professoras de cada turma, estendemos o convite às crianças e aos adolescentes para fazerem parte da pesquisa, esclarecemos a não obrigatoriedade em participar e expusemos o plano de pesquisa. O aceite das crianças e dos adolescentes foi imediato.⁴⁵

Esclarecemos sobre o Termo de Consentimento Livre, o sigilo nas informações e o anonimato de seus nomes e a necessidade de reunião com os responsáveis para assinarem a autorização de sua participação na pesquisa.

⁴⁴ Fonte do CGU de 2014. Total destinado aos favorecidos situados no Estado Pará R\$140.890,00 e para Belém R\$ 96.610,00. No Município Belém o total de famílias inscritas no Cadastro Único em junho de 2014 era de 156.387 dentre as quais, com renda per capita familiar de até R\$70,00; com renda per capita familiar de até R\$ 140,00; com renda per capita até meio salário mínimo. O PBF beneficiou, até o mês de junho de 2014, 101.581 famílias no município. O valor médio de R\$ 150,95. Dados do PETI de 2014 no Município de Belém, para a concessão de Bolsa para Crianças e Adolescentes em situação de trabalho foi de R\$6.415.715,00.

⁴⁵ Foi também na Escola Leão que fomos apresentados para quatro turmas do 4º/9, assim como na Escola Trabalho fomos apresentados para duas turmas do 4º/9.

3.3.3 Reunião com os responsáveis

A reunião com os pais foi organizada nas escolas e aconteceu no mês de abril de 2012, entre os dias 08-09-10/04/2012, no horário da tarde. As escolas Leão e Trabalho já possuíam uma agenda de reunião da direção com os pais, para tratar do Programa Mais Educação e de recursos financeiros. Na Escola Trabalho, reunimos para tratar da merenda escolar. Na escola Peixe Azul, articularam um encontro para tratar da reforma da sala de aula e, na escola Universal, havia um encontro com as professoras para tratar da avaliação, da indisciplina e da festa junina.

A reunião com pais teve uma participação bem representativa. A direção de cada escola apresentou o projeto de pesquisa, falou da relevância social para a comunidade escolar. De um modo geral, os responsáveis não se mostraram contra a participação dos seus filhos. Na nossa apresentação, explicamos o objetivo da pesquisa em relação ao trabalho infantil e reiteramos a questão do sigilo para preservar a identidade dos participantes.

Os responsáveis receberam o Termo de Consentimento Livre e fizeram alguns questionamentos, principalmente relacionado aos programas – perguntaram se a pesquisa teria algum efeito negativo para o Programa Bolsa Família e se os seus filhos tinham que participar do Programa Mais Educação. Os pais se mostraram mais preocupados com o Programa Mais Educação, ou seja, com o retorno do seu filho à escola no contra turno, pelas suas dificuldades em trazer os filhos no horário contrário às aulas.

As quatro escolas pesquisadas participam do Programa Mais Educação⁴⁶, com diferentes atividades, principalmente para as crianças e os adolescentes cujas famílias são beneficiadas pelo Programa Bolsa Família. As atividades do Programa Mais Educação têm como proposta valorizar a educação de tempo integral, “garantir atenção e desenvolvimento integral às

⁴⁶ O Programa Mais Educação deve articular as suas ações em conformidade com o Projeto Político Pedagógico das escolas.

crianças, adolescentes e jovens, sujeitos de direitos que vivem uma contemporaneidade marcada por intensas transformações” (PARÁ, 2009).

3.3.4 Caracterização das escolas e das turmas

Cada turma, no primeiro momento da pesquisa, foi identificada pelo nome da professora. Com o desenvolvimento da pesquisa, pedimos às crianças e aos adolescentes que escolhessem um nome para a sua turma e para a escola.

A escolha dos nomes das escolas e das turmas foi por meio de votação. A maioria escolheu: Escola Leão (Turma Leão), Escola Trabalho (Turma Trabalho), Escola Universal (Turma Universal) e Escola Peixe Azul (Turma Peixe Azul ou Queremos Tudo).

Para as crianças e os adolescentes participantes da pesquisa a escolha dos nomes teve um significado especial, relação com time⁴⁷, com o próprio trabalho e uma escola para todos. Apenas uma teve relação com o livro didático⁴⁸. Os nomes com maior representação foi o de pássaros da nossa região Amazônica.

Na Escola Leão, iniciamos o desenvolvimento do plano de pesquisa, por isso considerada muito importante, como plano piloto, que permitiu a cada atividade realizada uma avaliação que se ajustava para as demais escolas. Também, foi à escola que mais envolveu a nossa participação nas atividades pedagógicas e no seu funcionamento escolar. Além disso, permanecemos por mais tempo na Turma Leão.

3.3.4.1 Escola Leão e Turma Leão

Localizada no Bairro de Canudos, faz fronteira com o Bairro da Terra Firme e do Guamá, sendo separada dos dois bairros apenas por um canal. Essa localização geográfica faz com que a escola seja percebida por

⁴⁷ Time do Remo do futebol paraense.

⁴⁸ Narrativa de um peixe azul.

funcionários e por alguns alunos como zona perigosa. As crianças e os adolescentes têm consciência do domínio da criminalidade no lugar em que residem e estudam.

A escola Leão oferta os cursos da Educação Básica na modalidade Ensino Fundamental, Médio e Educação de Jovens Adultos. Atualmente estão matriculados 937 alunos. Pertence a URE 19A – Belém.

O quadro funcional é composto por 01 diretora, 02 vice-diretoras, 02 técnicas, 20 professores, 06 merendeiras, 03 serviços gerais e 06 secretárias. O serviço de segurança é atendido por dois guardas pertencentes a uma empresa terceirizada, que revezam os horários e os turnos. A escola aderiu ao Programa Mais Educação⁴⁹ em 2009, com mais de trezentos e oitenta alunos do Ensino Fundamental contemplados das atividades do Programa no contra turno da aula.

A Escola Leão articula a participação das crianças no Programa Mais Educação utilizando como quesito a frequência obrigatória para os alunos inscritos no Programa Bolsa Família e Programa de Erradicação do Trabalho Infantil. Foi uma forma encontrada para estimular os pais a trazerem seus filhos à escola no contra turno.

As turmas da Escola Leão foram selecionadas a partir da Diretora, conforme o nosso plano de trabalho, por atender crianças e adolescentes com matrícula vinculada ao Programa Bolsa Família. A seleção inicial foi de três turmas do 4º ano/9 anos do Ensino Fundamental do turno da manhã, cujas famílias são beneficiadas pelo Programa Bolsa Família.

Havia nas turmas 34 alunos, apenas uma turma tinha mais de 50 alunos, que no mês de junho foram reorganizadas por faixa etária. A escola criou mais uma turma, passando a existir 04 turmas do 4º ano/9. Isso não significou que pesquisamos todas as turmas, continuamos com que atendeu o nosso critério de faixa etária entre 10 e 14 anos. Em todas as turmas

⁴⁹ O Programa Mais Educação (Portaria Interministerial nº 17/2007) é uma iniciativa do Governo Federal que tem como prioridade contribuir para a formação integral de crianças, adolescente jovens, por meio do apoio a atividades socioeducativas (campo das Artes, Cultura, do Esporte, do Lazer, da Inclusão Digital, das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs), Tecnologia de Aprendizagem e Convivência (TAC), da Saúde, etc.)

existiam mais de duas crianças e adolescentes com necessidades especiais.

Na escola Leão o trabalho foi com uma turma de crianças e adolescentes com idades entre 10 e 14 anos, embora existisse adolescentes com idades acima de 15 anos e um aluno (pessoa com necessidade especial) com 21 anos.

A turma Leão apresentou particularidades relacionadas às dificuldades de leitura e da escrita, principalmente de interpretação do texto. Outro fato chamou nossa atenção, as crianças e os adolescentes sentiram vergonha em dizer que não sabiam ler, nem decodificar os códigos linguísticos.

3.3.4.2 Escola Trabalho e Turma Trabalho

Localizada no Bairro de Canudos, tem uma instalação de grande porte. O quadro funcional é composto por 01 diretor, 01 vice-diretora e 03 técnicos, 75 professores, 09 merendeiras, 15 funcionários que trabalham na secretaria em turnos diferentes.

A Escola Trabalho atende aos cursos: Ensino Fundamental, Ensino Fundamental da Educação de Jovens e Adultos 1ª, 2ª, 3ª e 4ª Etapa e Ensino Médio Regular (Resolução 191/2011, oferta da língua estrangeira, Espanhol) e Ensino Médio Educação de Jovens e Adultos 1ª e 2ª Etapa. Funciona em três horários⁵⁰ com um mil quinhentos e quarenta e seis alunos matriculados. Pertence à URE 19A – Pará. Possui seiscentos e quarenta alunos do Ensino Fundamental participando do Programa Mais Educação desde 2009.

Na Escola Trabalho, a indicação das turmas foi a partir da vice-diretora que tomou como base o Plano de Pesquisa com o critério de os alunos pertencerem famílias beneficiadas pelo Programa Bolsa Família. A

⁵⁰ Nos horários da manhã, da tarde e da noite.

vice-diretora selecionou uma turma, porque já sabia da existência de crianças e adolescentes envolvidas no trabalho infantil.

Quanto à turma selecionada do 4º ano/9 do Ensino Fundamental composta por 31 alunos regularmente matriculados, a vice-diretora rotulou-a dizendo que os alunos não querem nada com o estudo. A seleção da turma Trabalho seguiu o critério de ter famílias favorecidas pelo Programa Bolsa Família. Do total dos alunos, 17 crianças e adolescentes são assistidas pelo Programa.

Na turma Trabalho os alunos se mostraram bem envolvidos com as atividades apresentadas em sala de aula, talvez por tentarem superar o estigma de que 'não quererem nada', por serem motivados com a prática educativa da professora que trabalha a afetividade. Quando a professora regente assumiu a turma estava, os alunos haviam ficado sem professora⁵¹ efetiva há dois meses, assumindo uma pessoa responsável, que não possui graduação, apenas o Magistério e não tem vínculo de contrato temporário, prática muito frequente no Estado do Pará. Mas, que os motivou a continuar aprendendo, ensinou-os a ler, a escrever e a narrar suas histórias de vidas, contando com a participação de alguns pais convidados por ela para rememorar a infância de seus filhos.

Na Escola Trabalho, realizamos a pesquisa com crianças e adolescentes com idades entre 10 e 12 anos, com o detalhe de não ter nenhum aluno acima de 12 anos e nenhuma pessoa com necessidade especial.

As crianças e os adolescentes da Escola Trabalho também apresentaram dificuldades de interpretação do texto, mas se mostraram interessados em querer aprender. Para eles a escola é um espaço de aprendizado e de criação, de aprender outros saberes, em especial pela troca de conhecimento com a professora em sala de aula, pela interação ao narrarem a história de sua vida.

⁵¹ A professora cursou Pedagogia em uma Instituição privada da cidade de Belém até o 6º semestre. Cancelou o curso, segundo ela, por motivo financeiro.

3.3.4.3 Escola Universal e Turma Universal

Localizada no bairro da Terra Firme, a escola, considerada de grande porte, não oferta a Educação Infantil, somente atende às modalidades a partir do Ensino Fundamental, possui uma turma de Educação Especial, o Ensino Médio regular (Resolução 191/2011) e convênio/vestibular.

Funciona em três horários (manhã, tarde e noite) com mais de dois mil e duzentos alunos matriculados nos cursos. O quadro funcional é composto por 01 diretora, 03 vice-diretores e 03 técnicos, 62 professores, 12 merendeiras e 21 funcionários que trabalham na secretaria, em turnos diferentes.

Diferentemente das Escolas Leão e Trabalho, a escolha da turma na Escola Universal foi indicada por uma técnica do turno da manhã, que identificou o maior número de crianças e de adolescentes em que as famílias recebem transferência de renda do Programa Bolsa Família e totalizam trezentos e cinquenta.

Na Escola Universal, o controle da frequência de crianças e adolescentes cujas famílias participam do Programa Bolsa Família é feito por três funcionários da secretaria, que organizam a lista com os nomes e séries a partir do diário de classe do professor.

Na Escola Universal, realizamos a pesquisa com 30 alunos do 4º ano/9, na faixa etária entre 09 e 15 anos. Os alunos são acompanhados pela mesma professora desde o 2º ano/9, motivo esse pelo qual a vice-diretora teceu elogios à turma e em relação ao processo de ensino e aprendizagem.

Das turmas pesquisadas, a turma Universal foi a que os alunos se organizaram e participaram, sem precisarmos chamar muito a atenção para sua participação nas atividades. Geralmente, as crianças e os adolescentes se envolviam nos conflitos; em função de gritos, empurrões ou outros eventos comuns à escola e a própria faixa etária dos sujeitos pesquisados.

3.3.4.4 Escola Peixe Azul e Turma Peixe Azul

Localizada no bairro da Terra Firme, esta escola é considerada de pequeno porte, oferta Educação Infantil e Ensino Fundamental e funciona em três horários (manhã, tarde e noite), com quinhentos e cinco alunos matriculados.

O quadro funcional é composto por um diretor, 01 vice-diretora e 01 técnico, 17 professores, 04 merendeiras e 08 funcionários que trabalham na secretaria em turnos diferentes.

A Escola Peixe Azul se diferencia das escolas Leão, Trabalho e Universal em relação a sua infraestrutura física, bastante precária e espaço pequeno. As salas são sujas, os banheiros possuem vasos quebrados, há falta material de higiene (papel higiênico, sabão e lixeira); além disso, é muito suja e apresenta vazamento de água. A cantina é pequena, com condições mínimas para armazenar os alimentos.

Localizada em uma zona de muito conflito, principalmente por traficantes e usuários de drogas, segundo o corpo docente é recorrentemente a Escola Peixe Azul é invadida por bandidos em fuga da polícia; assim como tem sido palco de confusões entre alunos envolvidos com as drogas com brigas frequentes na escola. As crianças e os adolescentes convivem frequentemente com os problemas sociais da comunidade escolar.

A escolha da turma seguiu os critérios do plano de trabalho e foi escolhida pelo diretor escolar, por saber que é a turma com maior número de famílias assistidas pelo programa Bolsa Família, assim como tem crianças envolvidas no trabalho infantil. A Turma Peixe Azul tinha 28 alunos matriculados na faixa etária de 10 a 16 anos. Não havia nenhum aluno especial.

Realizamos a pesquisa com crianças e adolescentes do 4º ano/9 do Ensino Fundamental. A turma Peixe Azul apresenta um vocabulário carregado de palavrões e gírias, ao mesmo tempo, que são crianças e

adolescentes que gostam de atenção, de carinho e de serem percebidos como pessoas.

As 04 escolas Leão, Trabalho, Universal e Peixe Azul possuem singularidades de localização dos bairros (com maior incidência de criminalidade e de conflitos com o tráfico), bem como de infraestrutura física, com salas sujas, com pouca ventilação, banheiros e bebedouros sujos. Particularmente, há a aceitação da participação das crianças e dos adolescentes nas atividades do plano de pesquisa que se mostraram sempre muito interessadas e participativas a cada momento dos nossos encontros.

157 crianças e adolescentes com idades entre 08 e 16 anos participaram do primeiro momento da pesquisa, das atividades da seção painel (painel musical, painel do trabalho, e cine prosa).

3.5 A CARACTERIZAÇÃO DAS CRIANÇAS E DOS ADOLESCENTES

Os participantes de nossa pesquisa foram crianças e adolescentes com idade entre 10 e 14 anos, em condição de trabalho infantil, matriculados regularmente em escolas públicas da rede estadual da Região metropolitana de Belém, com famílias assistidas pelo Programa Bolsa Família.

Os critérios que determinaram a seleção dos participantes para o momento do grupo focal ocorreram no universo de 157 crianças e adolescentes dessas 04 escolas, em que 53 delas, de alguma forma, estavam envolvidas no trabalho infantil, na faixa etária inferior a 10 e acima de 14 anos.

Desse total, 14 participantes foram proibidos de participarem pelos seus responsáveis, porque achavam que de alguma forma seriam denunciados por aceitarem o trabalho dos filhos. 09 desistiram sem oferecer muitas explicações. Apenas 04 pesquisados justificaram a saída da pesquisa: 02 adolescentes foram afastados da escola por conflitos e 01

criança se afastou por ter sofrido um acidente no trabalho. Um adolescente justificou não querer mais participar por sentir vergonha de falar do seu trabalho porque é vítima de abusos e violência doméstica.

Do total, selecionamos 43 crianças e adolescentes que efetivamente atenderam os critérios da nossa pesquisa, no entanto, somente 16 continuaram para o momento da técnica do grupo focal.

Participaram da pesquisa 16 crianças e adolescentes, sendo 09 meninas e 07 meninos, na faixa etária entre 10 e 14 anos. 13 nasceram na cidade de Belém e 03 crianças, no interior do Pará.

As famílias das crianças e dos adolescentes pesquisados são trabalhadores da Região Metropolitana de Belém, desenvolvem atividade formal e informal. São trabalhadores do serviço doméstico, feirantes, guardadores de carros, entre outros trabalhos. Muitas crianças são criadas pelos avós, pelos tios e por terceiros. As famílias ganham em média menos que um salário mínimo⁵².

Escolhemos identificar os participantes da técnica do grupo focal pelo nome de pássaro, conforme quadro abaixo.

52

Informações coletadas pelas professoras das Escolas pesquisadas em 2012.

QUADRO 1 – SUJEITOS DA PESQUISA

Sigla	Nome	Idade	Sexo	Natural	Forma de trabalho
P1	Uirapuru	11 anos	Masculino	Belém	Vendedor de tambor
P2	Pardal	12 anos	Masculino	Belém	Lava jato
P3	Andorinha	13 anos	Feminino	Belém	Babá
P4	Patativa	12 anos	Masculino	Belém	Vendedor de frango
P5	Rouxinol	13 anos	Feminino	Bragança	Babá
P6	Arara Azul	10 anos	Masculino	Belém	Ajudante de pedreiro
P7	Bem ti vi	13 anos	Feminino	Belém	Garçom
P8	Guará	12 anos	Feminino	Belém	Ajudante de padeiro
P9	Canário	11 anos	Masculino	Belém	Acendedor de fogo
P10	Juruti	10 anos	Feminino	Belém	Vendedor de churrasquinho
P11	Garça	11 anos	Feminino	Belém	Empregada doméstica
P12	Jaçanã	10 anos	Feminino	Vigia	Empregada Doméstica
P13	Andarilho	12 anos	Masculino	Belém	Entregador
P14	Águia	12 anos	Masculino	S. Barbara	Chapeiro
P15	Beija Flor	13 anos	Feminino	Belém	Babá
P16	Gaivota	11 anos	Feminino	Belém	Empregada Doméstica

Quadro 1 Fonte da pesquisa de campo: 2012.

3.4 SEÇÕES PAINÉIS NA ESCOLA

No decorrer da pesquisa, alguns procedimentos metodológicos foram fundamentais para a escolha dos participantes. As atividades de painéis divididas em seções serviram para aproximar os pesquisadores e pesquisados, como para localizar o envolvimento de crianças e de adolescentes no trabalho infantil.

As seções painéis conforme descritas no plano de pesquisa foram realizadas no espaço da sala de aula e subsidiaram a identificação de crianças e de adolescentes no trabalho infantil.

O plano de trabalho da pesquisa objetivamente contemplou as atividades criadas com ênfase sobre o trabalho infantil, que foram cuidadosamente planejadas para respeitar as particularidades dos

pesquisados; crianças e adolescentes em desenvolvimento social, físico e psicológico.

A elaboração do plano de trabalho para cada atividade teve um objetivo traçado, sendo particularmente articulado para identificar crianças e adolescentes entre 10 e 14 anos em situação de trabalho infantil. Por isso, as seções painéis foram divididas em:

- Painel musical.
- Painel do trabalho.
- Painel Cine prosa.

No entanto, cada uma delas visou não só subsidiar informações sobre o trabalho infantil, mas também aproximar pesquisadores e pesquisados do universo desses sujeitos sociais, para então fazer a seleção das crianças e dos adolescentes para participarem da técnica do grupo focal.

Utilizamos ferramentas de pesquisa com imagens, vídeos, músicas e produção de desenhos para facilitar a nossa interação com as crianças e os adolescentes das escolas estaduais de Belém. As atividades das seções painéis são descritas de forma objetiva.

- **Seção painel musical**

A seção painel é uma atividade de figuras, que se desenvolve com a audição musical e produção de desenhos. Utiliza-se folhas de papel a4, cartolina, lápis de cor, caneta colorida, cola, figuras etc. Teve o objetivo principal de dar voz para os participantes da pesquisa, para ouvi-las sobre concepção de criança e adolescência.

Nessa atividade as crianças e os adolescentes são convidadas a produzirem desenhos sobre a sua própria história. Elas devem retratar por meio do desenho o sentido da infância e da adolescência ao escutar as músicas “Aquarela” (Toquinho) e “Semente do amanhã” (Gonzaguinha).

A escolha das duas músicas tem relação com o momento mágico da infância e da adolescência. As letras das músicas retratam na sua essência elementos como: vida, infância, conhecimento de um mundo colorido, esperança, descobrimento de uma força, da vontade de lutar por melhores condições sociais, fala do futuro, de uma viagem transportada pela imaginação, ainda desperta a criatividade, o desejo de uma sociedade sem preconceitos e mais igualitária.

Na seção painel, as crianças e os adolescentes afixaram na parede os desenhos, conforme cada um terminava, formando um grande painel em exposição. Sentadas foram provocadas a falarem sobre o que viam no painel com as perguntas: “O que estamos vendo? São crianças e adolescentes? E, agora? O que é criança? O que é adolescente?”.

A atividade painel musical foi registrada pela gravação do áudio e registro de imagens fotográficas. Dividimos a turma em quatro grupos e cada grupo teve um tempo aproximadamente de 10 minutos para falar dos desenhos mostrados no painel, de um modo geral, sem ter que falar apenas do seu desenho.

A atividade painel musical cumpriu o objetivo que foi ouvir às crianças e os adolescentes sobre ser criança e ser adolescente, permitindo que identificássemos algumas delas em condição de trabalho. O momento do painel musical significou uma conquista da pesquisa, no sentido de estreitar a relação de confiança entre pesquisadores e pesquisados. Todos os alunos presentes na sala de aula participaram da atividade.

- **Seção Painel do trabalho**

O painel do trabalho é uma atividade que permite a exposição de muitas figuras sobre determinado tema. Em nosso caso o tema gerador da atividade mural foi o trabalho e as profissões. As figuras apresentam o trabalho de diversos profissionais recortadas e coladas em cartolinas (branca, azul, rosa, verde e amarela) com tamanhos aproximados de 30x20cm.

O painel do trabalho com imagens de profissionais apresentou figuras de professor, jogador, nadador, pescador, médico, babá, guitarrista, ator, atriz, fotografo, violinista, gari, engenheiro químico, engenheiro naval, doméstica, crianças no lixão, na carvoaria, crianças e adolescentes na televisão entre outros. A escolha dessas profissões foi intencional, pelo fato de alguma dessas profissões não exigirem uma profissionalização, outras por terem relação com poder aquisitivo ou por estar presente no dia a dia das crianças e dos adolescentes.

A colagem das figuras no quadro aconteceu antes de as crianças e os adolescentes chegarem à escola. A sala foi arrumada com as cadeiras no formato do 'U' voltada para o mural do trabalho colado no quadro.

A seção painel do trabalho teve o objetivo de abordar a categoria trabalho e provocar as crianças e os adolescentes a falarem das várias profissões com o intuito maior de perceber o que elas pensavam sobre o trabalho.

As crianças e os adolescentes ao chegarem à sala de aula foram sentando nas cadeiras, com os olhares atentos e bastante curiosos para saber qual era a proposta da atividade do dia. Os olhares inicialmente se voltaram para dois cartazes que tinham o jogador Neymar e a banda Rebeldes. Foi um momento de muita conversa em torno dessas duas figuras.

Passado a euforia em torno das duas figuras, pedimos a elas que observassem as imagens e fizemos algumas perguntas. São figuras de quê? Escolham uma figura para falar e por que escolheram? É trabalho? O que é trabalho para você? Qual trabalho é mais leve? Tem trabalho pesado, qual? Só é trabalho se ganhar dinheiro? E vocês trabalham?

A atividade mural do trabalho foi muito significativa no sentido de proporcionar às crianças e aos adolescentes a falarem das diversas formas de trabalho. O registro da atividade foi realizado pela gravação do áudio e pela fotografia.

O objetivo da atividade mural do trabalho foi mostrar a relevância social da categoria trabalho para as crianças e os adolescentes e mostrar a elas que existem outras formas de trabalho voltadas ao interesse do capitalista. Falamos do trabalho como organização da vida social e coletiva, do princípio educativo de socializador, com o intuito de provocá-las a falar do seu trabalho para perceber o que representava para elas o trabalho infantil.

Na finalização da atividade mural do trabalho, a pedido das crianças e dos adolescentes, ouvimos a música “vida de empregue” (tema de novela). Elas brincaram, dançaram e ainda distribuimos bombons de chocolate, pirulitos e balões.

- **Seção Cine Prosa**

A atividade cine prosa é uma atividade que tem como proposta apresentar um documentário ou um filme. É uma atividade no formato de cinema que pode ser desenvolvida em sala de aula, mas após a exibição permite a realização de comentários. Utiliza-se recursos tecnológicos, como Datashow, notebook, caixa de som amplificada, etc. A organização da sala deve priorizar as cadeiras em filas horizontais; o ambiente deve ter pouca luz.

Na atividade mural de trabalho o espaço foi organizado antecipadamente e testados os equipamentos (Datashow, notebook, caixa de som e mídia). Usamos tecido de cor preta, tecido não tecido (TNT) para diminuir a claridade da sala devido à entrada de ventilação. O espaço da sala de aula foi organizado no formato de um cinema e usamos apenas cadeiras enfileiradas, no máximo cinco por coluna. Na seção cinema, distribuimos pipoca e refrigerante para tornar o espaço mais atraente, parecido com uma sala de cinema. O documentário sobre o trabalho infantil teve a duração de aproximadamente vinte minutos.

O objetivo da seção cine prosa foi tratar especificamente do nosso objeto de pesquisa, o trabalho infantil. Utilizamos um documentário

(crianças e adolescentes trabalhadoras do Brasil) que retrata as condições do trabalho infantil.

O documentário exibido inicialmente não possui letreiro, nem áudio (fala), apenas um fundo musical apresentando particularidades do trabalho infantil. Em outro momento mostra as crianças e os adolescentes interagindo sobre o trabalho e a necessidade de se sustentar.

- Mostra a vinda de uma criança do interior para trabalhar de empregada doméstica na casa de outras pessoas.
- Mostra um menino trabalhando na jardinagem da casa e outras crianças por perto brincando.
- Mostra o trabalho infantil em sua própria casa.
- Mostra o trabalho infantil na via pública; venda de doces no semáforo, em estabelecimentos comerciais, na carvoaria, em feiras e bares.

O documentário mostrou outras formas de trabalho infantil, tais como o trabalho na roça, na extração de açaí e na pesca de peixe e camarão.

Atividade cine prosa objetivou aos pesquisados se perceberem de alguma forma ou não no documentário. Após a exibição do documentário, elas foram provocadas a manifestar-se sobre o que representavam aquelas crianças e adolescentes no trabalho infantil; qual outra forma de trabalho infantil eles conheciam; se eles sabiam o que era trabalho infantil; se quando a criança e o adolescente faziam atividades em suas casas se isso era trabalho infantil e se eles achavam que o trabalho infantil colabora com o estudo.

O registro dessa atividade foi desenvolvido pela gravação de áudio e por anotações de alguns eventos relacionados a sentimentos provocados pelo documentário. O objetivo do cine prosa foi provocar as crianças e os adolescentes a falarem do trabalho infantil e o de perceberem o seu próprio trabalho respeitando a particularidade de cada um, que muitas vezes falam

pouco e às vezes precisam de motivações para dialogar sobre determinado assunto.

O objetivo principal das seções painéis (musical, trabalho e cine prosa) na elaboração do plano de trabalho de pesquisa foi a necessidade de conhecermos alguma situação de vulnerabilidade social. Após as realizações dessas atividades, observamos se elas haviam cumprido o objetivo e se permitiam a compreensão dos costumes, dos comportamentos e das linguagens utilizadas por esse grupo social, moradores de bairros considerados pelo Anuário de Belém, como violentos e de baixo nível econômico.

As seções painéis permitiram a continuidade da pesquisa com as crianças e os adolescentes pela técnica do grupo focal, que privilegia o trabalho com o discurso de crianças e adolescentes. Da técnica do grupo focal participaram 16 crianças e adolescentes, que foram investigadas sobre o trabalho infantil.

3.6 TÉCNICA DO GRUPO FOCAL

A escolha pela técnica do grupo focal, nesta pesquisa, teve a intenção de construir uma roda de conversa com as crianças e os adolescentes sobre o trabalho infantil. A motivação teve o intuito de estabelecer uma interação social pelo clima de entusiasmo mútuo entre os participantes, com possibilidade de aprofundar assuntos abordados nas seções painéis sobre o trabalho infantil.

O grupo focal, para Gatti (2005, p. 7), é uma técnica que possibilita a relação social de um grupo de discussão com a intenção de conseguir dados de caráter qualitativo. É uma técnica com critérios que articulam a percepção dos participantes sobre os temas em discussão. Ainda, privilegia a seleção dos participantes conforme alguns critérios: “ter alguma vivência com o tema a ser discutido, de tal modo que sua participação possa trazer elementos ancorados em suas experiências cotidianas” (GATTI, 2005, p. 7).

Nesse sentido, as crianças e os adolescentes da Amazônia paraense de alguma forma se ligam uns aos outros, por motivos relacionados ao compartilhamento de características demográficas, nível de escolaridade e por estarem em condição de ocupação no trabalho infantil.

A técnica do grupo focal permitiu que um conjunto de crianças e adolescentes escolhidas e agrupadas discutisse sobre o trabalho infantil. Gatti (2005) explica que na pesquisa científica “os participantes reunidos comentam a sua experiência pessoal” sobre um determinado tema escolhido pelo moderador. Diz ainda que “é uma técnica de levantamento de dados muito rica para capturar formas de linguagem, expressões, tipos de comentários de determinado segmento” (GATTI, Idem, p. 12).

A técnica do grupo, segundo Gatti (Idem, p. 22) trata da interação de grupos, de preferência entre seis e doze pessoas, principalmente, “para projetos de pesquisa e o ideal é não trabalhar com mais de dez participantes” (GATTI, 2005, p. 22).

Trabalhar com grupos maiores segundo Gatti (2005) pode restringir a participação mais ativa das pessoas, pode limitar as trocas dialógicas e dificultar os registros. Para ela “o emprego de mais de um grupo permite ampliar o foco de análise e cobrir variadas condições que possam ser intervenientes e relevantes para o tema” (GATTI, Idem, ibidem, p. 22).

Em razão de a nossa pesquisa ter sido realizada em quatro escolas, tivemos o cuidado de trabalhar, com os grupos composto por um número menor de participantes. A formação dos grupos não foi determinada inicialmente, mas a composição final contou com quatro crianças e adolescentes de cada escola, devido à saída de algumas crianças e adolescentes, conforme informado anteriormente na caracterização dos sujeitos.

Outro cuidado a ser tomado na realização do grupo focal tem relação com a escolha do local, que deve apresentar certa privacidade. Gatti (Idem, p. 24) diz que “o local dos encontros deve favorecer a interação entre os participantes”, deve ser bem arejado, espaçoso, sem barulho. No dizer de

Bakhtin (2003, p. 112) “um campo mais dialógico”, porque proporciona um lugar para o discurso do ser humano, mediado pela linguagem e pelo contexto histórico em que se insere o sujeito. Daí porque escolhemos as salas da biblioteca e do Programa Mais Educação⁵³, por serem locais com menos barulho, que permitem os nossos momentos dialógicos nas escolas.

A escolha dos ambientes, tanto da Biblioteca como a Sala do Programa Mais Educação, se deu por serem espaços nas escolas que permitiram a organização da roda de conversa, do silêncio, da disponibilidade de uma mesa em formato redondo, com cadeiras, que de certo modo se constitui um lugar confortável e harmônico para a proposta do grupo focal.

Gatti (2005) explica que no ambiente da pesquisa os participantes “devem se encontrar face a face para que sua interlocução seja direta. Como os participantes permanecerão um tempo razoável em reunião, certo conforto é necessário” (GATTI, Idem, ibidem). Nesse sentido, as salas da biblioteca e do Programa Mais Educação foram organizadas antecipadamente com as arrumações das cadeiras em formato de roda de conversa, em torno da mesa central e as mesas dos colaboradores dispostas em posição de visualização de todo o processo de trocas entre pesquisados e pesquisadores.

Recriamos um espaço harmônico, colorido e afetivo para evitarmos acanhamentos, interrupções, barulhos e outras sonoridades que viessem atrapalhar o momento de interação e de escuta das vozes das crianças e dos adolescentes sobre o trabalho infantil.

Gatti (2005) fala que o ambiente deve ser agradável e receptivo, por isso a preferência pela sala da biblioteca que é um espaço bonito, carregado de outros saberes, da disposição dos livros, de jogos educativos

⁵³ Em três escolas (Leão, Trabalho e Peixe Azul) o grupo focal foi realizado na biblioteca e apenas na Escola Universal aconteceu na sala do Programa Mais Educação.

e pela sala do Programa Mais Educação que é colorido, um lugar dos instrumentos musicais, das bolas etc.

Nos encontros do grupo focal, às crianças e os adolescentes eram recebidas com lanche (biscoitos, suco, chocolate e água), com a intenção de promover um momento de descontração. Cada criança e adolescente recebeu um crachá com o seu nome para facilitar o trabalho de registro da equipe - pesquisadores, bolsistas e profissionais da educação.

Nas quatro escolas, o grupo focal contou com a colaboração de duas profissionais da educação, (uma estudante do Curso de Pedagogia e uma Especialista em Psicopedagogia), que ficaram responsáveis pelos gravadores, pelos registros escritos e pela observação de possíveis acontecimentos como: nervosismo, choro, riso, conflito etc., uma vez que explica Gatti (2005, p. 27) “mesmo com as gravações, recomenda-se que se façam anotações escritas, que se mostram essenciais para auxiliar as análises”. Daí a participação de outras pessoas no grupo focal.

A colaboração das profissionais da educação serviu para facilitar o trabalho dos pesquisadores e do moderador, que promoveram a conversa com as crianças e com os adolescentes a partir de um roteiro, contendo algumas perguntas. Estas questões orientaram o moderador a trazer/manter o foco na discussão sobre o trabalho infantil.

A elaboração do roteiro de discussão guiou as interações no grupo focal, que partiu de uma abordagem geral sobre o trabalho infantil para depois permitir a participação de todos, com a intenção de envolver todas as crianças e os adolescentes na roda de conversa.

Estas conversas aconteceram de forma dialogada e os gestos, as pausas que ocorriam durante as falas foram atentamente observadas e se tornaram significativas, no momento de validar o que foi dito pelas crianças e pelos adolescentes sobre o trabalho infantil. Isso, de forma mais particular, possibilitou a coleta do *corpus* de análise da nossa pesquisa.

Cabe ressaltar que a pesquisa de base sócio histórica privilegia o discurso de crianças e de adolescentes e considera todas as informações possíveis sobre o fenômeno investigado, ainda deve o pesquisador respeitar as falas, os gestos, os aprendizados das crianças e dos adolescentes conforme a faixa etária.

O encontro do grupo focal em cada escola pesquisada aconteceu em três seções, com duração em média de duas horas e em dias diferentes, no sentido de se evitar o cansaço dos participantes. Ao mesmo tempo, em que se deve ter o cuidado com a pesquisa, principalmente por se tratar de crianças e adolescentes, com interesse de vida bem particular e com reações típicas da infância e da adolescência como de alta mobilidade e dificuldade de concentração. Compreendendo as singularidades desse grupo social foi necessário elaborar o planejamento das três seções em conformidade com o plano da pesquisa, respeitando as características que envolvem crianças e adolescentes.

A decisão tomada no planejamento das três seções justifica-se pela necessidade de se abordar aspectos que precisavam de maior investigação sobre o trabalho infantil nas falas das crianças e dos adolescentes da Amazônia paraense. Esses aspectos guiaram as seções:

- 1) Características de trabalho infantil.
- 2) Percepção sobre o trabalho infantil
- 3) Trabalho infantil e remuneração.

O roteiro mais específico das seções previa a duração de duas horas, em torno de três questões para cada seção, realizado com algumas indagações iniciais, a saber: “Vocês contaram em outro momento da pesquisa que trabalham; então, o que cada um de vocês tem a falar desse trabalho infantil? Vocês também falaram que ganham dinheiro [...]; quantos vocês ganham? Ah! Porque vocês trabalham?”.

Na segunda seção perguntamos se o trabalho infantil contribui para o aprendizado escolar; porque vocês gostam de frequentar a escola? Vocês consideram ou não importante estudar?

E na terceira e última seção os questionamentos se direcionaram para questões como: se vocês tivessem que escolher entre ganhar dinheiro e praticar outra atividade, tais como: como estudar, aprender tocar violão, brincar, jogar futebol etc., qual seria a sua escolha? O que é o trabalho infantil para vocês?

No último momento do grupo focal comunicamos às crianças e aos adolescentes que estava chegando o término de nossos encontros na escola. Comunicamos a eles que o nosso momento final, realizaríamos uma palestra sobre os perigos das drogas e do trabalho infantil⁵⁴, Ainda, falamos que se houvesse necessidade de mais encontros que voltaríamos à escola.

O nosso momento final do grupo focal nas escolas foram seguido de muita festa, de distribuição de lanche e muita musicalidade. Os pesquisadores disponibilizaram um tempo à escola para trabalhar atividades recreativas com as crianças e os adolescentes participantes da pesquisa.

Portanto, o plano de pesquisa para a aplicação da técnica do grupo focal atenderam os critérios de nossa pesquisa, ainda podemos dizer que os vários encontros com as crianças e os adolescentes nas escolas permitiram uma interação essencial e ativa entre os participantes e possibilitou a coleta de um rico material de análise, agrupados, ajudaram a emergir as categorias empírica e interpretativa. A compreensão gerada por uma análise preliminar das seções agrupadas e descritas, posteriormente subsidiaram o nosso retorno às escolas para aplicar a técnica do focal.

Na organização do tratamento dos dados, priorizamos o agrupamento dos painéis em categorias descritivas, que objetivamente subsidiaram a realização do grupo focal. Nessa organização, dadas às seções painel musical, painel do trabalho e cine prosa foi possível uma leitura do material e a descrição, divididas em três eixos:

- Percepção de criança e de adolescência;
- Compreensão de trabalho;

⁵⁴ Convidamos um profissional da Polícia Civil para falar de drogas nas escolas e uma Psicóloga para falar de afetividade na família.

- Sentido de trabalho infantil.

Com essa divisão pudemos compreender o sentido que as crianças e os adolescentes da Amazônia paraense atribuem a cada uma das categorias descritivas. Nesse sentido, consideramos relevante expor a fase de organização das categorias e os registros da descrição das seções painéis antes de apresentarmos o capítulo de análise.

3.7 FASE DE ORGANIZAÇÃO DE CATEGORIAS INTERPRETATIVAS

A elaboração do tratamento do material coletado na pesquisa de campo empírico baseado na Análise do Discurso para abstrair o sentido e o significado do discurso sobre o trabalho infantil determinou a organização do *corpus*, primeiramente a partir de uma leitura dos enunciados, para posteriormente a construção de quadros, que facilitaram a compreensão da linguagem dinâmica (BAKHTIN, 2003).

O material coletado no campo empírico das três seções do grupo focal organizado a partir da escuta das gravações, da leitura das anotações, da observação dos registros, seguido da transcrição permitiu a criação das categorias descritivas e o agrupamento das categorias interpretativas.

Portanto, organizamos as categorias descritivas a partir dos elementos principais extraídos do discurso de crianças e de adolescentes da Amazônia paraense, a saber.

3.7.1 Categoria descritiva do grupo focal

Estas categorias foram produzidas no sentido de perceber que significado criança e adolescente tem do trabalho infantil.

1) Características do Trabalho infantil

Este aspecto configurou o caráter pesado de o trabalho ser uma obrigação, embrutecedor e uma forma de ajudar nas despesas da família,

de manter a sobrevivência com uma dimensão de trabalho contínuo e de longas horas trabalhadas.

É uma forma de trabalho que causa sofrimento, cansaço por ter uma jornada longa, estressante e com noite mal dormida, porque as crianças precisam acordar muito cedo. Para elas o trabalho infantil é aceito como uma forma de prevenção contra a criminalidade e contra o uso de drogas. Às crianças e os adolescentes revelam que esse discurso da aceitação do trabalho infantil é reiterado em casa. Por isso, muitas vezes para algumas famílias é um tipo de trabalho honrado, digno, uma coisa boa, que de alguma forma previne contra o ócio.

2) Remuneração do trabalho

Este aspecto relaciona-se com a condição de pobreza das famílias para quem qualquer valor recebido, qualquer dinheiro ou ajuda é sempre bem vista. Em suas falas as crianças e os adolescentes reconhecem que ajudar a família é um dever moral, porque para elas ganhar dinheiro, seja receber em troca de favor representa uma obrigação.

Como sabem que devem trabalhar

Nas falas das crianças e dos adolescentes o trabalho aparece como um dever, que se manifesta pela necessidade de contribuir com as despesas da casa, elas sente-se na obrigação de ajudar, tanto em casa como em outros espaços, pela falta de recursos financeiros dos seus responsáveis.

3) Atributo do trabalho na escola

Para as crianças e os adolescentes o trabalho não possibilita um aprendizado na escola favorável ao seu desenvolvimento cognitivo, do contrário aparece como prerrogativa de mudança social, por outro lado a escola aparece como elemento secundário.

A maioria das crianças e dos adolescentes apresentou bastante dificuldade de leitura, de escrita e de interpretação das práticas de leituras. Para eles o trabalho infantil atrapalha o aprendizado do saber escolar, devido às longas horas de trabalho e as saídas de casa muito cedo, antes da ida à escola, ocasionando a falta de ânimo, de tempo e de motivações até para brincar e para jogar bola, embora nas suas falas afirmem que gostam muito da escola porque aprendem assuntos novos.

4) Escolha de outras atividades

As crianças e os adolescentes da Amazônia paraense acenam afirmativamente que desejam terem possibilidades de praticarem outras artes, de ter oportunidade de aprender a pintura, a dança, de praticar aulas de violão ou de aprender as tecnologias do computador, da internet como o de visitar outros lugares; de poder conhecer países, além do anseio de aprender a ler e escrever corretamente e ainda o de ter tempo para estudar.

5) Conceituando o trabalho infantil

Para as crianças e os adolescentes da Amazônia paraense o trabalho infantil tem o sentido de sofrimento, aparece como algo pesado, tem relação com exploração, representa uma atividade intensa, é um trabalho árduo e cansativo, somente praticado pelo filho da classe trabalhadora, pois o filho do rico não trabalha, apenas estuda.

A definição de cada categoria descritiva permitiu o agrupamento dos elementos manifestados das falas das crianças e dos adolescentes que constituíram as categorias interpretativas.

3.7.2 Categorias interpretativas do grupo focal

As categorias descritivas foram agrupadas em três categorias interpretativas com base no materialismo histórico dialético, porque obriga o olhar manifestado tanto da exploração como das condições de saída que as crianças e os adolescentes buscam burlar no trabalho infantil.

- 1) Trabalho infantil como sofrimento
- 2) Trabalho infantil como alienação
- 3) Trabalho infantil como uma pedagogia

Com a intenção de interpretar o discurso de crianças e de adolescentes sobre o trabalho infantil, abarcando assim, a base teórica marxista da pesquisa, com a teoria da análise do discurso, buscamos agrupar as categorias descritivas em categorias interpretativas, que será tratada no quarto capítulo.

Todavia, antes de trazer os resultados das categorias interpretativas fez-se necessário apresentar as descrições de forma breve das seções painéis, que juntas permitiram revelar o sentido de infância e de adolescência, do sentido e significado da categoria trabalho e da aproximação entre pesquisadores e pesquisados. Ainda, as seções painéis permitiram identificar o envolvimento das crianças e dos adolescentes no trabalho infantil.

3.8 REGISTRO DA DESCRIÇÃO DO PAINEL

As crianças e os adolescentes pesquisados assumiram uma concepção de criança relacionada com o ato de brincar, com diversão, com o prazer e o como condição de ser feliz. Para elas a adolescência tem relação com liberdade, com o namoro, com usar roupa da moda, usar perfume, sair livremente para passear.

O trabalho para as crianças e os adolescentes é assumido como um fazer, uma atividade pesada, tem relação com um modo de exploração pelo outro (patrão), aparece como uma atividade que causa sofrimento e aborrecimento. Está relacionada com ganhar dinheiro e pela necessidade de ajudar a própria família no seu sustento.

Para as crianças e os adolescentes o trabalho não tem relação com prazer, com o crescimento profissional, do contrário tem relação com obrigação/servidão e condição econômica. Por outro lado, revelam que o

trabalho tem relação com o tráfico e passa a ser percebido como uma atividade leve ao permitir que ganhe dinheiro “sem muito esforço”.

Em suas vozes as crianças e os adolescentes revelam que o trabalho do professor é pesado, muito estressante, pois relacionam esse laboro com o barulho na sala de aula, com os gritos, as conversas entre os alunos e as reiteradas vezes em que o professor solicita que façam silêncio na sala de aula.

Por outro lado, as crianças e os adolescentes percebem a profissão do jogador de futebol como um trabalho leve, uma atividade de muito reconhecimento social, principalmente pela fama e pelo reconhecimento nas mídias. Para eles o trabalho de jogador é um trabalho de elite, de pessoas com muito dinheiro, ainda é um tipo de atividade que possibilita ganhar muito dinheiro sem fazer esforços e o de ter uma boa vida.

De modo geral as seções painéis; painel musical, painel do trabalho e cine prosa cumpriram o objetivo de aproximar pesquisadores e pesquisados, mas, particularmente, de identificar as crianças e os adolescentes em condição de trabalho infantil.

SÍNTESE DO CAPÍTULO

A escrita desse capítulo objetivou descrever a escolha do método de base do materialismo histórico dialético e explicar a escolha da técnica da Análise do Discurso baseada na teoria de Bakhtin. Apresentamos o campo teórico metodológico de base sócio histórica para dizer o caminho que guiou a metodologia para a escolha das crianças e dos adolescentes, da coleta dos dados e como se organizou os dados de análise do *corpus*.

É importante dizer que o percurso metodológico para aproximar pesquisadores e pesquisados sobre o trabalho infantil desenvolveu-se a partir da elaboração do plano de trabalho da pesquisa apresentado às quatro escolas. As atividades (painel da música, painel do trabalho e cine prosa) serviram para aproximar os sujeitos envolvidos na pesquisa e na identificação de crianças e adolescentes envolvidas no trabalho infantil.

O plano de trabalho contemplou as atividades divididas em seções, que serviram para identificar e selecionar os sujeitos da pesquisa — as crianças e os adolescentes em condição de trabalho cujas famílias são beneficiadas pelo Programa Bolsa Família, para então, posteriormente, participarem da técnica do grupo focal.

Os instrumentos de coleta de dados em conjunto (atividades de painéis e grupo focal) efetivamente permitiram a construção do material coletado sobre o trabalho infantil, que guiaram as categorias interpretativas; trabalho como sofrimento, trabalho alienante e pedagogia do trabalho infantil.

Na nossa pesquisa a utilização da técnica do grupo focal teve particularidades que merecem cuidados, principalmente por se tratar de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social, entendendo-os “enquanto grupos sociais distintos, com vivências e culturas diferentes” (DEMARTINI, 2009, p. 2). Uma das peculiaridades foi atentar para o fato de que existem outras infâncias e adolescências na Amazônia paraense, que se diferenciam pela luta de classes.

Existem crianças e adolescentes que, privados de bens econômicos, sociais e culturais, têm vivência precoce no trabalho infantil, que é contrário ao desenvolvimento de forma plena, enquanto que crianças e adolescentes de família em condição econômica privilegiada vivenciam o trabalho como auto-organização da vida social.

E aqui na pesquisa abordamos relatos de um grupo social em condição de vulnerabilidade social, pertencentes à classe dos trabalhadores. São crianças e adolescentes com pouca ou nenhuma chance de viverem plenamente a sua infância, de viver um período da sua vida. A infância, a adolescência que é “um período estrutural da vida” (CORSARO, 2011, p. 57), uma fase transitória.

O processo metodológico de base sócio histórico adotado na nossa pesquisa foi necessário e fundamental para a construção do *corpus* de análise, principalmente, da diversidade de informações que surgiram das rodas de conversas entre pesquisadores e pesquisados nas escolas. As conversas caminharam no sentido de promover informações sobre trabalho infantil em um dado contexto social das crianças e dos adolescentes de escolas de Belém para a produção do *corpus* de análise da nossa pesquisa apresentada no próximo capítulo.

Do mesmo modo, apresentamos no próximo capítulo as categorias teórico/interpretativas construídas pelo referencial marxista, o que contribuiu para essa construção e permitiu uma principal leitura dos dados. Nesse contexto, a teoria de base no materialismo histórico dialético e o sentido da teoria da análise do discurso constituíram um campo de significados para posterior análise.

4. DISCURSO DE CRIANÇAS E DE ADOLESCENTES DA AMAZÔNIA PARAENSE SOBRE TRABALHO INFANTIL

Nós somos crianças porque gostamos de brincar, de desenhar, de colorir o mundo, de poder ir à escola... Nós queremos apenas ser feliz como crianças [...].

Criança não deve trabalhar...

A adolescência representa liberdade... Nós queremos ser livres... O adolescente quer ter direito... Nós precisamos de liberdade para ir [...].

Filho de pobre tem que trabalhar [...]

Neste capítulo o nosso foco é a análise do discurso das crianças e dos adolescentes da Amazônia paraense em situação de trabalho. Para isso, caracterizamos o trabalho infantil e analisamos como ele se manifesta nas falas⁵⁵ de crianças e de adolescentes. Eles falam da sua percepção sobre o trabalho infantil relacionando-o aos problemas sociais e à pobreza de suas famílias.

A organização das categorias interpretativas, de análise dos dados seguiu a orientação da pesquisa qualitativa, do tipo da análise do discurso, que facilitou a compreensão teórica, construída com base no materialismo histórico dialético.

A fala das crianças e dos adolescentes foi organizada em torno de três categorias interpretativas:

1. Trabalho infantil como sofrimento;
2. Trabalho infantil como alienação;
3. Pedagogia do trabalho infantil.

No discurso das crianças e dos adolescentes o trabalho infantil se manifesta relacionado à ideia de ajuda, de obrigação, de dever, tendo função econômica e configurando-se como limite à emancipação humana.

⁵⁵ As falas das crianças e dos adolescentes foram corrigidas pelo excessivo uso de palavrões, de gírias e de palavras de baixo escalão, todavia o conteúdo do discurso não foi alterado.

Também ressoa do discurso de crianças e de adolescentes o trabalho infantil como forma de disciplinamento, como moral, como educativo para a lógica do capital. Essas dimensões do trabalho infantil serviram para responder ao nosso problema inicial de pesquisa.

Na polifonia de vozes, o desafio posto de analisar como o trabalho infantil se processa no discurso das crianças e dos adolescentes estabelece conexões com os dados revelados e a literatura que serviu de base para o estabelecimento da relação entre o trabalho infantil e o trabalho como princípio educativo.

As categorias interpretativas caminharam para confrontar e confirmar a nossa problemática da pesquisa, pelo discurso de crianças e de adolescentes sobre o trabalho infantil, que emerge como condição limitadora das dimensões ético/social/cultural do desenvolvimento humano.

A inserção de crianças e de adolescentes no trabalho infantil em tempos hodiernos é originada pelo sistema capitalista que visa à acumulação da propriedade privada, causando a injustiça social pela má distribuição de renda. A condição de vulnerabilidade social e econômica de crianças e de adolescentes da classe trabalhadora determina o uso da força de trabalho infantil, tanto no serviço doméstico (cuidar do outro e da casa), como em espaços públicos (estabelecimentos comerciais, etc.) para aumentar o ganho da família.

As vozes das crianças e dos adolescentes da Amazônia paraense revelam o tipo de trabalho a que estão submetidas, inclusive alguns tipificados na Lista TIP das piores de forma de trabalho infantil.

As variadas formas, que englobam vender, cuidar do outro, ajudar, cuidar da casa, com que o trabalho infantil é materializado nas vozes das crianças e dos adolescentes, têm um sentido de sofrimento, de trabalho penoso e embrutecedor.

O trabalho infantil, portanto, é revelado como atividade alienante, como sofrimento, revelando uma pedagogia do trabalho infantil, porque esse

fenômeno social, que por sua natureza ou pelas condições em que são realizados prejudica a saúde, o desenvolvimento cognitivo, social, cultural, a segurança e a moral, além de submetê-las a uma servidão, o trabalho como obrigação são as piores de forma de trabalho infantil.

O quadro abaixo revela as piores formas de trabalho infantil desenvolvida por cada uma das crianças e adolescentes participantes da nossa pesquisa.

QUADRO 2 – TIPOS DE TRABALHO INFANTIL

1	Uirapuru (11 Anos)	Trabalha vendendo tambor ⁵⁶ .
2	Pardal (12 Anos)	Trabalho em um lava jato.
3	Andorinha (13 Anos)	Trabalha de babá.
4	Patativa (12 Anos)	Trabalha vendendo frango em feira.
5	Rouxinol (13 anos)	Trabalha de babá
6	Arara Azul (10 Anos)	Trabalha como ajudante de pedreiro.
7	Bem-Te-Vi (14 Anos)	Trabalha de garçom.
8	Guará (12 Anos)	Trabalha como ajudante de padeiro.
9	Canário (11 Anos)	Trabalho acedendo fogo em via pública.
10	Juruti (10 Anos)	Trabalho acendendo fogo em via pública.
11	Garça (11 Anos)	Trabalha de empregada doméstica.
12	Jaçanã (10 Anos)	Trabalha de empregada doméstica.
13	Andarilho (12 Anos)	Trabalha entregando drogas.
14	Águia (12 Anos)	Trabalho como chapeiro.
15	Beija Flor (13 Anos)	Trabalha de empregada doméstica e de babá.
16	Gaivota (11 ANOS)	Trabalha de empregada doméstica.

Quadro 2 - Fonte da pesquisa, 2014.

Portanto, os trabalhos desenvolvidos pelas crianças e pelos adolescentes da Amazônia paraense todos são classificados pela Recomendação 190, como atividades que causam riscos de acidentes de trânsito, pela exposição ao sol, chuva e ao fogo, pois nas ruas, as crianças e os adolescentes estão exposto à violência, ao assédio sexual. E no

⁵⁶ Tambores com produtos químicos utilizados para desratização e dedetização.

trabalho doméstico estão expostas aos esforços físicos intensos, a abusos físico, psicológico e sexual.

4.1 TRABALHO INFANTIL COMO SOFRIMENTO

Todo trabalho de criança prejudica a saúde porque cansa as mãos e as pernas. A cabeça dói. A criança fica doente e não pode ir à escola. A dor de cabeça impede o meu aprendizado, de ler e escrever. [...] Eu sei ler bem pouco. O trabalho me impede de brincar [...] Não tenho tempo de ficar sem fazer nada (CANÁRIO, 11 ANOS).

Esta categoria é trabalhada com base analítica em Dejours (1992). Ele considera que o sofrimento é entendido na Psicopatologia do Trabalho como “o campo que separa a doença da saúde [...]; isto é, designa um campo pouco restritivo” (DEJOURS, 1992, p.15). A Psicodinâmica do Trabalho se propõe a estudar as situações do trabalho e o seu movimento, ou seja, o sofrimento humano na dinâmica do trabalho.

Para o autor, o sofrimento pode ser físico, emocional, intelectual, portanto, “o sofrimento é patogênico e criativo” (Op. Cit.). É patogênico porque ocasiona dor física e psíquica, causa conflito e esgota todos os recursos defensivos da saúde ao provocar um sentimento de incompetência, de imbecilidade do corpo ou da mente. Ainda, o sofrimento debilita o psíquico do ser humano quando a pessoa assume sozinha o seu aborrecimento.

O sofrimento patogênico é causado pelas pressões da organização estabelecida no trabalho e aparece quando as possibilidades de mudanças se esgotam na organização do trabalho, quando somente prevalece o medo, as repressões. Quando todos os recursos defensivos são utilizados, então se manifesta a destruição do mental e o equilíbrio psíquico das pessoas provoca descompensação. O sofrimento patogênico “aparece quando as margens de liberdade na transformação, gestão e aperfeiçoamento da organização do trabalho já foram utilizadas” (DEJOURS, 1992).

O sofrimento, ainda segundo Dejours (Idem), aparece pela vivência individual entre a doença mental descompensada e o bem estar psíquico, que consiste na luta dos trabalhadores pelas adversidades ocorridas na organização do trabalho ocasionando a insatisfação. Entretanto, o conflito que surge entre a organização do trabalho e o funcionamento psíquico pode originar sofrimento, como também suscitar estratégias defensivas.

O sofrimento começa quando a relação homem-organização do trabalho está bloqueada; quando o trabalhador usou o máximo de suas faculdades intelectuais, psicoafetivas, de aprendizagem e de adaptação. Quando um trabalhador usou de tudo de que dispunha de saber e de poder na organização do trabalho e quando ele não pode mais mudar de tarefa: isto é quando foram esgotados os meios de defesa contra a exigência física (DEJOURS, Idem, p. 52).

Nesse sentido, o sofrimento é determinado nas relações que o ser humano estabelece com as condições externas oferecidas e com o seu nível de insatisfação e as relações sociais existentes na organização do trabalho. Assim “o sofrimento é a certeza de que o nível atingido de insatisfação não pode mais diminuir” (DEJOURS, Idem, ibidem).

Por outro lado, para o mesmo autor, o sofrimento também é criativo quando conduz a realização de descobertas que aliviam a dor diante dos fatos do trabalho, que amplia o processo da criatividade para favorecer a sua saúde psíquica. Para esse autor, o trabalho não é lugar só do sofrimento ou um ambiente exclusivo do prazer, mas é originado dessa relação dinâmica de situações permitidas pela organização do trabalho.

O sofrimento psíquico, continua, pode se manifestar como incompatível aos desejos do trabalhador sobre as suas expectativas culturais, o projeto da vida social e os aspectos da vida pessoal no trabalho. Ainda para esse pesquisador o processo entre a saúde e a doença é constituído no trabalho, pois o ser humano com o seu trabalho produz algo à sociedade e, ao mesmo tempo, constrói a si mesmo.

Assim, “da relação saúde-trabalho, a vivência do trabalhador ocupa um lugar particular que lhe é conferido pela oposição privilegiada do

aparelho psíquico” (Op. Cit. p. 62), ou seja, faz emergir os anseios do sujeito na organização da realidade capaz de produzir “simultaneamente, satisfações concretas e simbólicas”.

O trabalho criativo produz também satisfações concretas, segundo Dejours (Idem, ibidem) quando estabelece a “saúde do corpo”, que, por sua vez, tem relação com a “proteção à vida, ao bem-estar físico, biológico e nervoso”. Da mesma forma que as satisfações simbólicas estão ligadas a significação do trabalho nas relações do desejo, de motivações e não mais como questão de necessidade do corpo. O autor conclui que essas relações tanto da saúde do corpo como das aspirações não estão apartadas da satisfação e da vivência do trabalhador com o trabalho.

Entretanto, o referido autor (Op. Cit.) considera que, se o trabalho não atende a necessidade do ser humano nesse sentido, ele pode ocasionar sofrimento e angústia, o que caracteriza a dupla dimensão do trabalho como fonte de realização social e fonte de sofrimento.

As pessoas quando se vêm diante de uma situação de angústia provocada pelo/no trabalho buscam elaborar práticas para se defenderem. Desse fato decorre tornar o sofrimento um aspecto disfarçado, pois com muita sutileza as crianças e os adolescentes deixam escapar o cansaço, o medo da polícia, as horas de entrega em um dia de trabalho. Elas revelam o trabalho infantil como fonte de sofrimento, além disso, deixam escapar o temor de fazer algo errado.

(ANDARILHO, 13 ANOS). Trabalho entregando “coisas” nas ruas e nas casas [...]. É um trabalho perigoso [...] porque corre o risco de ser pego pela polícia [...]. Exige atenção, tem que ser muito rápido [...] às vezes trabalho de bicicleta devido à rapidez [...].

As crianças e os adolescentes expressam com muita cautela, em meio ao discurso de que no trabalho infantil o **medo** está presente, de que estão expostas a riscos e a pressões de fazer bem feito. Dejours (1992, p. 67) comenta que o risco é exterior e, na maioria das vezes, inerente a um tipo de trabalho e que o medo relativo ao risco pode ficar sensivelmente

ampliado pelo desconhecimento dos limites de prevenção. No discurso das crianças e dos adolescentes as referências são ao medo pela vivência nos bairros da violência urbana e doméstica, do envolvimento com drogas e com a polícia. O envolvimento de criança e adolescentes na atividade do tráfico é revelado pelo receio à repressão policial. [...] Eu trabalho amedrontado, pois uma vez fui preso⁵⁷ [...]. Era droga. [...] Eu sempre corro o risco de ser pego na rua pela polícia.

Como esse trabalho está relacionado a atividades ilegais, as crianças são tentadas a conter a angústia causada pelo medo, quando buscam mecanismo de defesa, como o uso da bicicleta, considerado por ela como transporte rápido, no sentido de evitar o confronto da repressão policial, uma vez que carregam algo proibido⁵⁸. São a essas ações que Dejours (1992, p. 97) considera a manifestação dos sintomas do medo, que ocasionam o sofrimento físico e mental, pois que este último “aparece como intermediário necessário à submissão do corpo”.

Neste ponto é que o **cansaço** e as **pressões** suscitam o “adoecimento intelectual e mental”, como se pode perceber na fala de uma criança entrevistada: [...] “É um tipo de trabalho que parece simples, vender churrasquinho. Todos os dias de segunda a domingo, não paro um dia em casa, mas é muito sofrido porque tenho medo de me machucar [...]. É um trabalho que deixa o corpo quente devido trabalhar com o fogo e manter a brasa” (JURUTI, 10 ANOS).

O sofrimento, neste caso, resulta do **esforço contínuo e repetitivo**, do aborrecimento e do medo da dominação e da autoridade exercida pelo adulto, do número exagerado das vezes que precisa abanar para manter o braseiro no ponto de assar a carne. Daí decorre o sofrimento físico, pelo cansaço da repetição e da exposição ao calor, e psíquica pelo constante medo de errar, de receber punição por fazer algo que não agrada o adulto. “Eu faço todos os serviços da casa (lavar, cozinhar e limpar), às vezes

⁵⁷ Fonte da pesquisa, 2012. Conduzido a Divisão de Atendimento ao Adolescente (DATA). Cumpriu medidas socioeducativas.

⁵⁸ Fonte da pesquisa, 2012. Venda ilícita (drogas maconha e crack).

estou cansada e doente. Não quero fazer nenhuma coisa [...] Eu queria ter um tempinho para não fazer nada, mas é difícil [...]. Eu sou agredida se parar o trabalho para assistir televisão [...] ou se eu brincar [...]. O trabalho é uma obrigação [...] Para não ser prostituta” (GARÇA, 12 ANOS).

O sofrimento físico e psicológico é revelado na fala dos entrevistados ao revelarem o medo de acidente, a **violência** e **agressões** tanto verbal como física, a **angústia** é provocada pelo receio de não cumprir a tarefa imposta pelo tempo do trabalho. Dejours (Op. Cit.) explica que o trabalho ao provocar dor torna-se fonte de tensão e de **desprazer**, gerando um aumento da carga psíquica sem possibilidade de alívio desta carga por meio das vias psíquicas, portanto o trabalho dá origem ao sofrimento e à patologia. Sendo assim, a insatisfação no trabalho é uma das formas fundamentais de sofrimento no mesmo.

Considerando o conceito de sofrimento do autor aqui levado em consideração, o trabalho infantil das crianças e dos adolescentes entrevistados pode ser identificado como patogênico e pouco criativo. Oposto ao trabalho como princípio educativo na perspectiva gramsciana, coloca em risco, tanto a saúde física como a saúde mental desse grupo social, o que demonstra o trabalho alienante, de separar o ser humano da sua essência e dificultar a sua humanização. “Chega-se a conclusão de que o homem (o trabalhador) só se sente livremente ativo nas funções animais – comer, beber e procriar, quando muito, na habitação, no adorno, etc. – enquanto nas funções humanas se vê reduzido a animal (MARX, 2010b, p. 87), como atesta a fala dos entrevistados abaixo.

JAÇANÃ (10 ANOS). [...] Eu trabalho muito e não tenho tempo para cuidar de mim e nem de estudar. [...] Não ganho dinheiro, só roupas, sandália [...] às vezes são usadas, da patroa mesmo da minha mãe. O trabalho de doméstica é o dia todo, não tem fim. Lavar, cozinhar, varrer e cuidar de criança.

CANÁRIO (11 ANOS). [...] Trabalho de noite e o meu corpo fica muito quente, às vezes eu queimo a minha mão. [...] Por que eu preciso trabalhar para comprar comida para casa. Se eu tivesse alguém para me sustentar não trabalharia muito

cedo. [...] Quando eu me tornar adulto, estarei todo lascado por causa desse trabalho [...]. Vou estar doente mesmo.

Essas falas revelam o trabalho infantil como causa de sofrimento, porque se opõe ao desenvolvimento intelectual e à organização do trabalho educativo como dimensões de emancipação social. Dejours (1992, p. 52) considera que “a certeza de que o nível atingido de insatisfação não pode mais diminuir marca o começo do sofrimento”.

Nesse sentido, a insatisfação resultante do esforço psíquico causado pelo trabalho infantil bloqueia o desenvolvimento social, afetivo, psicológico das crianças e dos adolescentes provocando o sofrimento, principalmente por limitar a organização e autonomia da vida social. O que diminui a liberdade de criatividade, da habilidade de trabalhar coletivamente e impossibilita uma formação ampla, do “domínio dos fundamentos científicos das diferentes técnicas que caracterizam o processo de trabalho produtivo moderno” (SAVIANI, 2007, p.140).

Retomando novamente Dejours (Op. Cit. p. 62), os efeitos deste sofrimento psíquico estão registrados na “relação homem-trabalho”, quando a condição de aprender se esgota contra a exigência física na organização do trabalho. “O conflito não é outro senão o que opõe o homem à organização do trabalho”. Assim diz um adolescente entrevistado: “o trabalho é uma **obrigação** [...] Tenho que pagar as minhas despesas na casa. O trabalho começa antes de vir e continua depois que volto da escola. [...] Não tenho tempo para aprender a ler e escrever” (BEM-TE-VI, 14 ANOS).

Aparece também no interdiscurso do capitalista, quando o nível de formação escolar não se apresenta como privilégio de uma classe, uma vez que o trabalho precoce bloqueia uma formação ampla ocasionando o sofrimento em relação aos anseios das crianças e dos adolescentes da Amazônia paraense, como confirma o discurso do adolescente entrevistado: “[...] Então, se eu pudesse escolher entre o trabalho e a escola [...] Eu escolheria aprender muitas coisas, ler, escrever e fazer um curso de

informática”. [...] Às vezes eu tento estudar, mas o cansaço não deixa, é preciso dormir cedo para começar outro dia de trabalho [...] (PARDAL, 12 ANOS).

Esse aspecto concreto é que nos leva à dedução de que o trabalho infantil dificulta a possibilidade das crianças e dos adolescentes ampliarem o seu saber intelectual, por serem “tantas as exigências mentais ou psíquicas do trabalho que fazem surgir o sofrimento” (DEJOURS, 1992), porque elas sempre estão cansadas e não têm um espaço de construir e criar o valor formativo para a organização e auto direção da vida para o alívio da dor.

O trabalho infantil no discurso das crianças e dos adolescentes entrevistados se assemelha a um tipo de trabalho obrigatório, pois existe a necessidade de lutar pela sobrevivência. No dizer de Dejours (1992), a criança é sensível ao sofrimento psíquico dos pais em relação à concretização do seu trabalho, muitas vezes elas sentem culpa, essa percepção provoca frustração e angústia quando se vêm forçadas em contribuir economicamente com a família.

Desse contexto observa-se que o sofrimento psíquico nas falas das crianças e dos adolescentes se configura dos conflitos entre o adulto e a realidade do trabalho, entre **sujeição** e **opressão**, surge a partir das relações sociais, quando elas assumem a responsabilidade de proteger o a família, trata-se de o trabalho infantil manifestar uma conveniência reiterada no discurso ideológico das religiões e do capitalista, de que o trabalho dignifica o ser humano, molda o caráter, e é favorável às crianças e aos adolescentes em condição de pobreza pela luta da sobrevivência.

Ainda para Dejours (1992), o sofrimento no trabalho carrega uma ordem moral, que justifica a miséria, procura inculcar e formar trabalhadores disciplinados contra a ordem social da vadiagem. Assim a fala do adolescente entrevistado permite observar: “Eu trabalho porque meu pai diz que o homem deve trabalhar para sustentar a casa [...] para não roubar e nem ficar na rua, na malandragem” (ÁGUIA, 12 ANOS). Assume o trabalho

infantil uma ideologia moralizante normatizando comportamentos obrigatórios que visam à repressão, manifestados pelo interdiscurso capitalista, como o dever de trabalhar impondo-lhes comprometerimentos para que as crianças e os adolescentes não se sintam um ninguém.

É assim, que a ideologia capitalista regulariza as determinações da reprodução social e conforma os atos das crianças e dos adolescentes ao estabelecer um determinado padrão social. A vadiagem foi assim denunciada como “perda de tempo, de produção e de dinheiro” (RIZZINI, 2002, p. 37), uma característica do sistema capitalista, em que as crianças e os adolescentes pobres são percebidos como ameaça, representadas como delinquentes, e, devem afastar-se do caminho que leva à criminalidade, das “escolas do crime”, dos “ambientes viciosos” (RIZZINI, 2002), sobretudo das ruas. Elas são “abandonadas material e moralmente”. Assim, também no interdiscurso da igreja e do capitalista persiste a visão do trabalho infantil como atividade que contribui para a formação da moral de crianças de adolescentes.

Nas falas das crianças e dos adolescentes pesquisados percebemos que os seus **desejos são suprimidos** pelo sofrimento quando revelam a necessidade de trabalhar para a própria subsistência e quando manifestam o desejo de se livrar da opressão do adulto. “Eu trabalho para ter o meu dinheiro [...]. Ser livre” (GUARÁ, 12 ANOS). E, ao mesmo tempo, o trabalho infantil está carregado do interdiscurso moralizante da sociedade capitalista, de uma “ética social”, no sentido weberiano (WEBER, 2004, p. 33), do dever profissional da cultura do capital, de um comprometimento que as pessoas devem experimentar sobre o seu trabalho.

Nessa relação interdiscursiva (religião/capital) permeia geralmente o discurso do trabalho como coação e dever moral, reiterado também pelo taylorismo, pela necessidade de inculcar aos trabalhadores a subserviência, no dizer de Araujo (1999, p. 10) “na sua permanente busca de reprodução”, ou como Gramsci (2006) esclareceu, tanto o americanismo como o fordismo foram um esforço coletivo demandado do capital, para a construção de um tipo

de trabalhador, inseparável do modo específico de viver e do processo produtivo.

É nessa perspectiva de **servilismo** que a fala da criança entrevistada manifesta: “[...] às vezes acho, que a necessidade de trabalhar está relacionada em não ter o pai presente para me sustentar [...] Então, tenho a obrigação de ajudar a minha mãe [...]” (GAIVOTA, 11 ANOS). O trabalho infantil, nesse caso, aparece como **repressão e frustração**, que, por trás da aparência ideológica de algo benéfico, têm ocultado a condição econômica e social da família da criança, que, no dizer de Nosella (2002, p, 31), revela “a luta do homem para a libertação do trabalho como instrumento de tortura”.

Nas falas das crianças e dos adolescentes da Amazônia paraense, no entanto, também aparece o trabalho infantil como aprendizado, como solução para a pobreza, como uma educação que serve para aumentar a sua produtividade. “O trabalho deve ser estimulado, executado como uma vocação” (WEBER, 2004, p. 39), justificado pela valorização da religião, essa devoção deve ter o cumprimento do dever e da obrigação.

Neste estudo, as crianças e os adolescentes evidenciam que são **coagidos** a se conformar com as regras impostas pela sociedade capitalista. Essa obrigação de “ganhar dinheiro dentro da ordem econômica moderna” (WEBER, 2004, p. 33) é justificada pela moral, de que a divisão do trabalho força cada indivíduo a trabalhar e “fazer a sua parte”. Essa justificativa do trabalho moralizante para a sua sobrevivência aparece no discurso das crianças e dos adolescentes revelando o trabalho infantil como sofrimento.

O adolescente Pardal (12 ANOS) salienta que, “o trabalho é um dever, se não trabalhar não tenho condições de viver [...] O dinheiro serve para comprar as coisas [...] para o sustento da família”. Ao entrar no campo da psicodinâmica do trabalho será novamente Dejours (Op. Cit. p 78) que explicará o sofrimento no trabalho que tem relação também com ansiedade gerada pela fome: “os trabalhadores continuam em seus postos de trabalho

expondo seu equilíbrio e seu funcionamento mental à ameaça contida no trabalho, para enfrentar uma exigência ainda mais imperiosa: sobreviver”. O discurso das crianças e dos adolescentes expressa dor evidenciado pela necessidade de lutar pela sua sobrevivência. “Eu sempre estou cansada [...] Não tenho tempo para estudar em casa, mas eu gosto de ir à escola, aprender ler e escrever [...] Gosto da matéria História é muito legal” (JAÇANÃ, 13 ANOS).

Essas crianças e adolescentes revelam que buscam formas de resistência ao trabalho infantil, ao modo de **submissão** e de **exploração**, à medida que frequentam a escola, que interagem com outro saber, embora não possam parar de trabalhar. Assim, buscam criar a solução apresentada pelo absenteísmo⁵⁹ como forma de amenizar o sofrimento.

ANDARILHO (13 ANOS). O sono no trabalho me causa fadiga e fico muito irritada com as crianças [...] Aí eu digo para a tia que estou doente, com febre. Outras vezes eu faço as tarefas erradas, tipo brinco no trabalho [...] que é outra forma de não ter que trabalhar o tempo todo.

PARDAL (12 ANOS). O trabalho é bem desgastante, porque tenho que fazer várias coisas ao mesmo tempo [...] Chega certa hora não quero mais trabalhar, então começo a enrolar, diminuir o ritmo [...] Brinco com água, demoro lavando um carro e os tapetes. O polimento é o mais cansativo [...].

O sofrimento causado pelo trabalho infantil resulta da condição de organização do trabalho, na relação “do ambiente homem-trabalho” (DEJOURS, 1992), em que crianças e adolescentes encontram formas de amenizar a angústia pela diminuição do ritmo. Também procuram resistir às condições de realização do trabalho, que exigem das crianças e dos adolescentes “manter-se produtivo mesmo em condições de trabalho que se alteram com grande frequência” (ARAUJO, 2001).

O fenômeno do trabalho infantil é discursivamente revelado pelas vozes das crianças e dos adolescentes como um trabalho pesado, um modo de atividade exaustiva que limita o seu desenvolvimento social. “Então, o

⁵⁹ Absenteísmo recusa ao trabalho (Araujo, 2001).

trabalho de cuidar da minha irmã é pesado. É um trabalho obrigado, muito cansativo. Até tento não fazer, mas a minha mãe tem que fazer [...] Ela falta ao trabalho” (ROUXINOL, 13 ANOS).

O trabalho infantil nega os direitos culturais às crianças e aos adolescentes porque não possibilita o acesso ao lazer como uma das dimensões do desenvolvimento pleno; contraditoriamente, reitera o trabalho alienante que separa o ser humano da sua humanização. O trabalho infantil não é uma atividade que promove o bem coletivo, não é uma tarefa educativa que deve ser estabelecida na família como “organização da vida familiar” (MAKARENKO, 1981). Do contrário manifesta humilhação e constrangimento, como um ato de violência, sentimentos que causam às crianças e aos adolescentes da Amazônia paraense se sentirem inferiorizados, submetidos e ultrajados pelo outro, determinando dor, tristeza e sofrimento.

No centro dessa contradição aparece discursivamente a ausência de cuidado da mãe/pai para com o filho/a, sobretudo pela falta do direito à proteção pela ampliação de políticas sociais pelo Estado. São sentimentos que despertam sofrimento pela sua condição de vida e são relações sociais que se constroem na imagem de que um depende do outro.

BEM-TE-VI (14 ANOS). Às vezes eu tive que trabalhar vendendo bagulho [...] Já tive problema com a polícia, que me bateu muito. [...] Tem coisa que eu não posso falar aqui, sabe! Eu tenho medo que aconteça outra violência. A polícia foi muito cruel com a minha família e eu me sinto muito culpado. Eu tenho vergonha de falar sobre o acontecimento e muito medo de ser preso outra vez.

O sofrimento provoca o **medo** proveniente da violência, do receio da agressão que compromete a integridade física de crianças e de adolescentes no trabalho infantil. Dejours (1992, p. 63) diz que o medo constitui umas das dimensões da vivência dos trabalhadores como uma forma de sistema defensivo da relação do homem com a realidade. “O medo está presente em todos os tipos de ocupações profissionais, inclusive nas tarefas repetitivas”.

Será uma vez mais o sofrimento também que se mostra na forma de situações humilhantes das crianças e dos adolescentes trabalhadores provenientes da sua condição subalterna, que determina a vulnerabilidade social e da rara situação de não ter como reagir frente às dificuldades de conviver em áreas de risco e da dificuldade de moradia. Além disso, o trabalho infantil representa a negação e a violação de direitos sociais, culturais, como não permite uma qualidade de vida digna, por exemplo, quando elas revelam que o trabalho infantil não manifesta o prazer, nem com o crescimento profissional, quando não permite a elas escolherem atividades lúdicas.

CANÁRIO (11 ANOS). Bem, o trabalho não permite o estudo da dança clássica [...] estudar uma dança não apenas ensaiar quadrilha. [...] Aprender o balé, assistir no teatro.

JURUTI (10 ANOS). [...] Ah, mas não tem como fazer outras atividades, o trabalho não deixa [...] Se isso fosse possível [...] eu aprenderia tocar um instrumento, a bateria [...]. Estudaria mais sobre a arte, como o desenho [...].

ANDARILHO (13 ANOS). [...] Se tivesse o direito de escolher entre o trabalho e uma profissão, eu ia aprender tocar violão, fazer um curso de informática [...].

Assim revelam os discursos das crianças e dos adolescentes da Amazônia paraense, mostrando que o trabalho infantil é contrário a uma formação profissional, como também dificulta o acesso a um saber cultural, pois tem relação com repressão/servidão e com condição econômica. Para Dejours (Idem, p. 49), “o nível de qualificação, de formação não é, via de regra, suficiente em relação às aspirações. O sofrimento começa quando a evolução desta relação é bloqueada”.

PARDAL (12 ANOS). [...] Sempre tive que trabalhar, não tem como só estudar. Filho de pobre tem obrigação de trabalhar para sustentar sua família, escuto isso todo dia em casa.

ÁGUIA (12 ANOS). Eu trabalho para ajudar o meu pai a fazer os lanches na chapa. Dizer que não é perigoso, é sim, também fico muito cansado [...], o lugar é quente, tem fritura [...]. Só termina quando vende tudo (a carne e o pão). É muito tempo em pé, é sofrido, não consigo ficar parado [...].

Essas crianças e adolescentes da Amazônia paraense têm a sua infância cessada no trabalho infantil quando assumem responsabilidades de adultos. Manifestam sofrimento, queixam-se do esforço repetitivo de todos os dias, do cansaço de acordar cedo, fazer as atividades em casa antes de ir à escola e ainda ao retornar tem a obrigação de continuar o serviço doméstico, que raramente chega ao fim. O trabalho infantil como sofrimento também está relacionado no discurso dos pesquisados como **aborrecimento**.

GAIVOTA (11 ANOS). O trabalho de babá só tem fim quando as crianças dormem isso causa muito aborrecimento. Eu peço que elas não acordem na noite chorando [...] é preciso dormir um pouco.

JURUTI (10 ANOS). [...] É um tipo de trabalho que parece simples, vender [...]. **Todos os dias** de segunda a domingo, isso me estressa [...]. É um trabalho que deixa o corpo dolorido, quente devido o fogo.

ANDARILHO (13 ANOS). Trabalho entregando “coisas” nas ruas e nas casas [...]. É um trabalho perigoso [...] porque corre risco de ser pego [...]. Exige atenção, tem que ser muito rápido [...] às vezes trabalho de bicicleta devido à rapidez [...]

Para as crianças e os adolescentes a sua “tarefa não tem uma significação humana” (DEJOURS, 1992), representa no discurso um sentido de **opressão**, um sentimento de indignidade. Elas sentem-se exploradas pelo tempo dedicado às atividades e pela constante exposição a riscos físicos mentais e ao perigo de vida. O **cansaço**, como já referido anteriormente, para Dejours (Idem, p. 49) “se origina não só dos esforços musculares e psicossensoriais, mas que resulta, sobretudo, do estado dos trabalhadores taylorizados”, do trabalho repetitivo “sem investimento material e afetivo [...] e a sensação do adormecimento intelectual”.

O trabalho infantil é, ao mesmo tempo, processo de trabalho e processo de exploração. A exploração do trabalho infantil reduz o custo do produto e aumenta o ganho do capital, além do tempo de permanência na atividade pode aumentar a produtividade do trabalho.

GUARÁ (12 ANOS). Eu recebo pelo meu trabalho R\$30,00 por semana. É pouco, mas o trabalho do menor de idade, não pode ser igual ao do adulto. [...] É um trabalho diferente.

A exploração da força infantil é a forma específica que assume o capitalista ao extrair ganho da posse do trabalho das crianças e dos adolescentes, resulta, portanto o lucro do capital, uma vez que é trabalho não pago.

JAÇANÃ (10 ANOS). Eu trabalho para poder estudar. [...] Tenho que estudar e trabalhar [...] Eu recebo parte em dinheiro (R\$50) e outra parte em roupa.

O trabalho infantil muitas vezes se confunde com a forma de ajudar e com a obrigação uma vez que esconde o seu caráter de exploração da força de trabalho. Na voz da religião e do capitalista essa forma de trabalho é manifestada como admiração, aparece no interdiscurso enquanto dignidade, muitas vezes afiançada no discurso da “doutrina da salvação pelo trabalho” (WEBER, 2004). Como trabalhadores do reino de Deus, e com isso assegurava, subjetivamente, a salvação de sua alma (WEBER, 2004, p. 53).

Entre um sentido e outro aparece no interdiscurso da sociedade capitalista o trabalho infantil como sofrimento, mas reiteradamente como algo divino, uma coisa digna do homem, segundo a ética de Quaker, “é a vida profissional do homem que lhe dará certo treino moral, uma prova de seu estado de graça para a sua consciência, que se expressa no zelo e no método, fazendo com que ele consiga cumprir a sua vocação” (WEBER, 2004).

O trabalho infantil ideologicamente assumido interdiscursivamente pela lógica capitalista aparece como vocação, como valorização do cumprimento do dever e dos afazeres, aparece sempre como algo positivo, onde o sofrimento e a exploração são mascarados pela inclinação. Dissimula-se assim que seja algo a ser assumido pelas crianças e adolescentes das classes trabalhadoras, que são obrigadas e responsabilizadas pela sua condição de pobreza.

As crianças e os adolescentes, portanto estão forçados ao trabalho para viver em sociedade e a se conformar com as regras do capitalismo. É no interdiscurso da sociedade capitalista que “o espírito do capitalismo apareceu como modo de vida comum na sociedade” (WEBER, 2004, p. 34). O “espírito do capitalismo mantém a concepção de uma atividade dirigida para os lucros”, “encerrada como uma vocação para qual o sujeito se sentisse com obrigações, [...] como a conduta racional baseada na ideia de vocação” (WEBER, 2004).

Essa proposta da vocação ao trabalho pelo espírito do capitalismo obriga as crianças e os adolescentes da Amazônia paraense a trabalharem pela aquisição do dinheiro encarada como finalidade última de sua vida. Weber (2004, p. 33) vai dizer que “a aquisição econômica não mais está subordinada ao homem como meio de satisfazer suas necessidades materiais. Esta inversão é um princípio orientador do capitalismo”.

Esse princípio do espírito do capitalismo como “um estilo de vida normativo baseado e revestido de uma ética” (WEBER, Idem p. 37), mas encarado pelo dinheiro, está presente na finalidade do trabalho infantil das crianças e dos adolescentes pesquisados, quando impõem a elas o dever de ganhar dinheiro e de consumir, ainda que o trabalho lhes seja estranhado. Isso quando mostram que têm necessidade de ganhar algum dinheiro para ajudar economicamente em casa. Trata-se de uma responsabilidade imposta pelo capitalista que provoca temor, amargura e infelicidade quando as condições sociais lhes negam o acesso aos direitos da infância, e elas são obrigadas a trabalhar para buscar sobrevivência.

O trabalho causa sofrimento quando não produz a humanização; quando o produto do trabalho não satisfaz as necessidades de quem o realiza, voltando-se, mesmo, contra o trabalhador tornando o próprio produto estranho a quem o produziu.

ÁGUIA (12 ANOS). Eu trabalho porque meu pai diz que o homem deve trabalhar para sustentar a casa. É um dever moral ganhar dinheiro [...] para não roubar, não ficar na rua e nem na malandragem.

GARÇA (12 ANOS). Eu trabalho para ganhar dinheiro para não ser prostituta.

Assim, o trabalho infantil vai assumindo a condição de sofrimento, de desgosto na vida de crianças e de adolescentes da Amazônia paraense, porque tem determinado essencialmente experiências emocionais contrárias ao seu crescimento pessoal, além disso, essa forma de trabalho causadora de aflição é carregada de repugnância, sempre revestido de consternação, que impossibilita às crianças e os adolescentes a uma formação humana, pois nessa forma de trabalho elas encontram barreiras para se humanizar.

CANÁRIO (11 ANOS). Eu tenho obrigação de ganhar dinheiro para comprar comida. [...] Trabalho no churrasco [...]. Acender o fogo e ficar mexendo os espetos para não queimar.

ANDARILHO (13 ANOS). Eu trabalho para ajudar na entrega da “coisa” [...] nas ruas e nas casas [...]. É um trabalho perigoso [...] porque eu corro risco de ser preso pela polícia.

O trabalho infantil, desse modo, violenta a humanização das crianças e dos adolescentes, marca caminhos diferentes e manifesta o sofrimento sob a forma de exposição a situações constrangedoras; por outro lado, não favorece o ato de “explorar o mundo, experimentar diferentes possibilidades, apropriar-se de conhecimentos, exercitar a imaginação” (BRASIL, 2013). Ao contrário, tem sido revelado no discurso de crianças e de adolescentes da Amazônia paraense como algo embrutecedor que as limita de realizar tarefas apropriadas à sua fase da vida,

A entrada precoce de crianças e de adolescentes no trabalho infantil é constituída como situações humilhantes nos moldes da sociedade capitalista, que é aceitável pela totalidade de ser produtivo aos interesses favoráveis do interdiscurso econômico do capital.

BEM-TE-VI (14 ANOS). O trabalho é um dever, tenho obrigação de ajudar [...] Causa certo sofrimento. É arriscado [...].

CANÁRIO (11 ANOS). Eu trabalho [...] porque tenho obrigação de ganhar dinheiro e ajudar [...].

GARÇA (12 ANOS). Eu trabalho por obrigação [...], para não crescer como vagabunda [...]. Às vezes fico aflita, tenho receio, mas é preciso lavar banheiro, lavar louça, fazer café [...] a noite tem mais serviço [...].

Trata-se de ser uma obrigação perigosa que, em parte das vezes, é materializada à noite, precária pela exposição ao fogo e pela longa jornada de trabalho; em que o sofrimento, a dor está presente. Ainda é hodierna segundo Dejours (1992) a angústia em todos os tipos de ocupações profissionais, inclusive nas tarefas repetitivas, como também estão “expostos a risco relacionados à integridade física” (Op. Cit.).

O trabalho infantil diminui a liberdade das crianças e dos adolescentes de criarem ao caracterizar uma organização de submissão, autoritária por parte de um adulto, que bloqueia a liberdade de fazer uso de suas aptidões psicomotoras, psicossensoriais e psíquicas. Se fizesse uso de sua criatividade para adequar o trabalho a sua fase da vida, ou seja, o trabalho de auto-organização encontraria prazer no trabalho. Mas, como o trabalho infantil limita essa formação humana desencadeando perturbações e fadiga física (DEJOURS, 1992).

As crianças e os adolescentes são impedidos de desenvolverem a liberdade necessária para que possam usar suas aptidões no exercício do trabalho criativo, culminando no sofrimento e na alienação (DEJOURS, 1992). O sofrimento é determinado pela **insatisfação** das crianças e dos adolescentes, tanto pelo fato de não ter no trabalho uma via de descarga de energia que seja efetiva e de acordo com sua personalidade, como também no que se refere a desejos e motivações.

Ou, como explicam Marx e Engels (2007, p. 17) ao produzirem os seus meios de existência os homens produzem indiretamente a sua própria vida material. O trabalho infantil se constitui como atividade alienante porque origina o sofrimento patogênico reafirmado pelo interdiscurso capitalista, que o trabalho convém para a subsistência como solução da pobreza.

ÁGUIA (12 ANOS). Eu trabalho fazendo lanches na chapa. É perigoso e muito cansativo [...] O lugar é quente devido o fogo e a fritura [...]. Tem que vender tudo (a carne e o pão). [...] Fico o tempo todo em pé.

GUARÁ (12 ANOS). Eu trabalho de ajudante de pedreiro porque o salário da minha família é pouco [...] não é suficiente para pagar a conta do mercadinho. [...] O meu trabalho ajuda no nosso sustento [...].

Enquanto um serviço que engloba, vender, cuidar, limpar, lavar, faxinar, cozinhar, carregar, transportar, etc., realizado dentro da sua própria casa, fora de suas casas e para terceiros (estabelecimentos comerciais e via pública), são atividades na vivência do trabalho infantil, que revelam a alienação do trabalho infantil de crianças e de adolescentes. Ao mesmo tempo, nele, aparecem também indícios no interdiscurso da punição, da redenção, do aviltamento do ser humano nas relações desumanas ligadas a uma ideologia do capital e da religião.

As crianças e os adolescentes da Amazônia falam dos encontros de jovens promovidos pela igreja⁶⁰, no sentido de ajudá-los a lutar pelos conflitos sociais, ainda percebem a religião como uma instituição que promove o bem contra o mal, a paz espiritual, que colabora para retirá-los dos vícios e de libertá-los do uso de drogas e transmiti a eles uma responsabilidade de cuidar um do outro e de evitar os problemas sociais, cria-se uma identificação religiosa aportada em papéis comunitários, do sentimento de pertença a uma crença divina.

ANDORINHA (13 ANOS). Eu frequento os encontros de jovens na igreja, lá tem outros meninos como eu, [...] que precisa sempre de ajuda das pessoas. Meninos que ficavam o dia todo sem fazer.

PATATIVA (12 ANOS) – [...] Eu faço parte da igreja, porque aprendo sobre a Bíblia. [...] Aprendo a ter responsabilidade, respeito, a ser calmo e não brigar na rua [...]. É muito legal, pois ainda somos meninos.

⁶⁰ A igreja de tendência carismática.

As religiões de alguma forma retratam a realidade da sociedade capitalista, ao “falar da opressão e da miséria, da fome e da falta de saúde e educação, do problema da terra e do engodo da classe dominante”; principalmente ao falar do trabalho dignificante do homem, da obrigação com a família; fala também da necessidade da união dos pobres, da esperança dos oprimidos, “do compromisso pela construção de um mundo humano e fraterno” (RODRIGUES, 2012).

Ainda tratam o sofrimento como pecado, portanto assume um interdiscurso, segundo Rizzini (2002), de controle do Estado, para somar os valores à assistência sustentada na disciplina e na reiteração do discurso difundindo pela moral burguesa da ordem, do trabalho e da liberdade como ideologia de “unidade moral”.

Weber (2004) diz que o trabalho é a finalidade da vida seja ele criativo ou patogênico, deve ser preventivo contra todas as tentações mundanas. Só recebe o estado da graça quem tem vontade de trabalhar. Essas concepções do trabalho moralizante estão presentes no discurso de crianças e de adolescentes da Amazônia paraense. “[...] O trabalho permite ganhar dinheiro [...] É um bem de Deus. [...] porque te livra da vagabundagem” (GUARÁ, 12 ANOS).

Para Weber (2004) “o trabalho constitui, antes de qualquer coisa, a própria finalidade da vida. A expressão paulina ‘quem não trabalha não deve comer’ é incondicionalmente válida para todos”. A religião nesse sentido tem cumprido para a solidariedade entre as pessoas, encobrendo, portanto as imposições da organização do trabalho como sofrimento, pois a crença leva a paciência, a aceitação da vida como algo que não pode ser modificado. Assim, as palavras do adolescente evidenciam: “Eu trabalho porque preciso ajudar a minha irmã com as despesas [...] Ela é muito pobre [...]” (BEIJA FLOR, 13 ANOS).

BEM-TE-VI (13 ANOS). A participação no movimento de jovens da igreja tem me ajudado a superar os problemas em casa. Ajuda a aliviar o sofrimento [...], a esquecer dos problemas [...].

De um ponto de vista marxista a igreja é um espaço de poder, que mascara a realidade social, pois está relacionada a uma ideologia de classe que se organiza por meio de regras. Para Althusser (2007) a igreja é um aparelho ideológico do Estado, que interfere pela repressão, para forçar a classe trabalhadora a se submeter às relações de exploração da classe dominante, ou seja, o trabalho infantil tem uma finalidade ideológica, uma forma de moldar a vida das crianças e dos adolescentes da Amazônia paraense aos interesses do capital utilizando-se da opressão para legitimar o poder de privar um grupo social da sua humanização.

BEM-TE-VI (13 ANOS). O meu trabalho é para pagar as despesas, minhas da minha irmã. [...] Moramos de favor, em troca de comida e um lugar para dormir [...] É preciso trabalhar muito tempo para não depender do outro [...].

O trabalho infantil representa, portanto uma ideologia, como reprodução das relações sociais, que deriva da exploração de crianças e de adolescentes, “uma reprodução de sua submissão às normas da ordem vigente, isto é, uma reprodução da submissão dos operários à ideologia dominante” (ALTHUSSER, 2007) tanto pelos esforços físicos como pela pressão social e psicológica. Para Dejours (1992) a divisão do trabalho, também determina as relações humanas provocando sensações de cansaço, desânimo e descontentamento com o trabalho.

JAÇANÃ (10 ANOS). [...] Eu trabalho muito e não tenho tempo para cuidar de mim e nem de estudar. [...] Não ganho em dinheiro... O que recebo são roupas e sandálias [...] às vezes são usadas. O trabalho de empregada doméstica não tem fim. Lavar, cozinhar, varrer e cuidar de criança.

UIRAPURU (11 ANOS). [...] Carregar o tambor me deixa com dores de cabeça, além do cansaço é bastante arriscado porque tem o produto dentro [...]. É veneno para matar ratos, baratas e [...].

As vozes das crianças e dos adolescentes, quando questionadas porque trabalham, se concretizam no trabalho explorado, no trabalho custoso e duro que limita a formação humana. Aparece como repressão assumida no interdiscurso do capital, que permite a existência do trabalho

infantil como forma de redução da pobreza. Desse ponto de vista, considera-se que o interdiscurso de aceitação do trabalho infantil é o seu outro discurso, o da pedagogia do capital, uma ideologia, a contradição entre trabalho criador e alienação do trabalho.

A pedagogia do capital esconde a forma do sofrimento e do medo causado pelo trabalho infantil às crianças e aos adolescentes da Amazônia paraense, porque não permite a formação ampla. Discursivamente esconde as condições de trabalho árduo, com longa jornada, atividade de risco físico, do mesmo modo é contrário à auto-organização da vida social, uma vez, que o acesso às dimensões sociais, da ciência, da cultura é conformado pelo produto do trabalho, no trabalho alienante.

SÍNTESE DA CATEGORIA

As crianças e os adolescentes da Amazônia paraense enunciam o trabalho infantil como sofrimento, porque é um tipo de atividade que causa dor, angústia, aborrecimento e muito cansaço. A obrigação de promover a própria sobrevivência tem causado a elas o embrutecimento do ser social.

O trabalho infantil tem limitado o desenvolvimento de atividades livres, como realização do trabalho necessariamente útil a vida e como trabalho de humanização do ser humano.

O sofrimento causado pelo trabalho infantil às crianças e aos adolescentes da Amazônia paraense se manifesta pela extensa jornada de trabalho, por ser realizado em condições precárias e a noite, pela exposição ao fogo, ao risco de saúde e de toda forma de violência contra elas. Manifesta, portanto o trabalho infantil as piores formas de trabalho infantil, conforme estabelece a Lista TIP da Recomendação 190 da Organização Internacional do Trabalho, em que classifica atividades prejudiciais à saúde, como: vender, no comércio, em ruas, serviço doméstico, cuida de pessoas, limpeza e lavagem de veículos, venda de drogas, etc.

Ainda aparece o trabalho infantil como sofrimento pela perda da liberdade, da criação intelectual das crianças e dos adolescentes, por ser este um trabalho que limita a auto-organização da vida social. Além disso, manifesta ser a cura do ócio, da criminalidade, como também, reitera o interdiscurso da moral pelo capital.

O trabalho infantil manifesta sofrimento nas vozes das crianças e dos adolescentes porque é um trabalho árduo, feito sobre pressão, suga as forças física e psicológica, é um tipo de trabalho que desperta a humilhação, ainda embrutece a sua essência humana e causa o estranhamento, portanto é uma forma de alienação do trabalho.

As nossas análises evidenciam que o trabalho infantil materializado no discurso das crianças e dos adolescentes tem relação direta com a ideologia capitalista. Também, o trabalho infantil tem relação histórica com

a miséria das famílias ocasionada por diversos fatores; como desigualdade social, os baixos salários a falta de maior qualificação profissional, a falta de distribuição de renda no Brasil (RIZZINI, 2008).

Essas considerações levam-nos a perceber que o trabalho infantil se constitui a partir da divisão do trabalho, da contradição “das relações sociais entre trabalho material e trabalho intelectual” (MARX; ENGELS, 2007, p.17).

4.2 TRABALHO INFANTIL COMO ALIENAÇÃO DO TRABALHO

A alienação (Entäusserung), o estranhamento (Entfremdung), segundo Marx (2010b, p. 79) tem relação com a economia política na sociedade capitalista, com a propriedade privada e com a divisão do trabalho. Explica o autor, que no modo de produção capitalista “o trabalhador se torna mais pobre quanto mais riqueza produz, quanto mais a sua produção aumenta em poder e extensão” (Idem Ibidem).

Alienação, segundo Marx, portanto caracteriza-se pela subordinação do trabalho ao capital, pelas relações sociais de produção estabelecidas, uma vez que resta ao trabalhador apenas a sua mão de obra.

O trabalhador se torna uma mercadoria tão mais barata quanto mais mercadoria cria. Com a *valorização* do mundo das coisas (Sachenwelt) aumenta em proporção direta a *desvalorização* do mundo dos homens (Menschenwelt). O trabalho não produz apenas mercadorias; ele produz a si mesmo e ao trabalhador como uma *mercadoria*, e isto na medida em que produz, de fato, mercadorias em geral (MARX, 2010b, p. 80).

A alienação do trabalho prossegue o autor (Idem, p. 80) no seu produto significa, não só que o trabalho se transforma em objeto e assume uma existência externa, mas que existe independentemente, fora dele e a ele estranho, e se torna um poder autônomo em oposição a ele; que a vida que deu ao objeto se torna uma força hostil e antagônica.

Para Marx (2010b, p. 80) a alienação do trabalho é a negação do homem pelo produto do seu trabalho porque “o produto do trabalho é o trabalho que se fixou num objeto, fez-se coisa (*sachlich*), é a objetivação (*Vergegenständlichung*) do trabalho”. A alienação, portanto é originada pela degradante condição material de vida relacionada à exploração da força humana pelo homem.

Marx explica que,

a alienação do trabalho se constitui em ser o trabalho externo ao trabalhador, não fazer parte de sua natureza, e, por

consequente, ele não se realiza em seu trabalho, mas negar a si mesmo, ter um sentimento de sofrimento em vez de bem-estar, não desenvolver livremente suas energias mentais e físicas mas ficar fisicamente exausto e mentalmente deprimido. O trabalhador, portanto, só se sente à vontade em seu tempo de folga, enquanto no trabalho se sente contrafeito (MARX, 2010b, p. 82).

As crianças e os adolescentes da Amazônia paraense ao trabalharem pela lógica da pedagogia do capital são privados dos meios mais necessários não somente a vida, mas também dos objetos do trabalho. É isso que Marx trata como “objetivação como perda do objeto e servidão ao objeto, a apropriação como estranhamento” (Idem, ibidem), cuja “relação do trabalhador ao produto do trabalho o separa do ser humano, é algo estranho que o domina. [...] uma coisa estranha que não lhe pertence, a atividade como sofrimento (passividade)” (MARX, Op. Cit. p. 169).

4.2.1 TRABALHO INFANTIL COMO ALIENAÇÃO DO PRODUTO

A alienação do trabalhador em relação ao seu produto, prossegue, o autor (Idem, p. 80) significa não só que o trabalho se transforma em objeto e assume uma existência externa, mas que existe independentemente, fora dele e a ele estranho, e se torna um poder autônomo em oposição a ele; que a vida que deu ao objeto se torna uma força hostil e antagônica.

Observa-se que o trabalho alienado para Marx (2010b) é alienação do homem no produto do seu trabalho, sua natureza externa, sua vida espiritual e sua vida humana. “O seu trabalho não é, portanto, voluntário, mas forçado, trabalho obrigatório” (2010b, p. 83).

Do mesmo, também se manifesta o trabalho infantil entre as crianças e os adolescentes entrevistados: como atividade que transforma o trabalho essencial em simples meio de sobrevivência e forma de exploração de sua força, “o produto do seu trabalho não lhe pertence, não supre as suas carências, mas somente um meio para satisfazer necessidades fora dele”.

(UIRAPURU, 11 ANOS). [...] Em casa todos as pessoas são obrigados a trabalhar para ajudar [...] só o dinheiro do meu

pai não paga as despesas do aluguel, da comida [...]. Eu trabalho na feira vendendo camburão e catando latinha para vender [...]. Eu recebo por semana R\$15,00.

(PATATIVA, 12 ANOS). Eu trabalho na feira vendendo frango com o meu irmão é para ajudar a nossa mãe a comprar comida. Eu ganho R\$20,00 por semana [...] não é muita coisa, mas ajuda a comprar algo para comer.

Como necessidade de sobrevivência o trabalho infantil produz a alienação do produto do trabalho, que tem em comum na sua base constituinte de produção material o regime de servidão, ou seja, eles ganham somente para suprir minimamente o alimento. Marx (2010b, 80) afirma “o objeto que o trabalho produz, o seu produto, se lhe defronta como um ser estranho, como um poder independente do produtor”, portanto as crianças e os adolescentes da Amazônia paraense são despojadas dos artefatos necessários à vida e dos objetos do trabalho.

(JURUTI, 10 ANOS). [...] Eu trabalho por obrigação. [...] Vender churrasquinho é muito pesado [...] Se eu não trabalhar não tenho o que comer. [...] O dinheiro serve para comprar alimentos. Não ganho muito... Mais ou menos R\$80,00 por mês.

(JAÇANÃ, 10 ANOS). Eu trabalho de babá, não tenho tempo para cuidar de mim e nem de estudar. [...] Eu ganho R\$100,00 por mês e às vezes recebo como pagamento objetos. [...] O dinheiro serve para sustentar meus irmãos pequenos. Algumas vezes me sobra R\$10 até R\$20 [...].

Das falas das crianças entrevistadas o produto do seu trabalho lhe é estranho, não lhe pertence, do mesmo modo é um trabalho forçado, pela qual esses produtos são criados. Aparece a elas separadas de si mesmo, pois esse produto não permite o reconhecimento da sua humanidade. Assim, “quanto mais o trabalhador se desgasta trabalhando, tanto mais poderoso se torna o mundo objetivo, alheio que ele cria diante de si, tanto mais pobre se torna ele mesmo, seu mundo interior e tanto menos o trabalhador pertence a si próprio” (MARX, 2010b, p. 81).

(ROUXINOL, 13 ANOS). Cuidar de crianças e trabalhar na casa das pessoas é cansativo. O que eu ganho compro comida [...] Comecei a trabalhar para ajudar em casa, depois

para juntar dinheiro [...] Desejei comprar computador e internet [...]. Não foi possível, o que ganho é pouco.

A fala do adolescente entrevistado permite observar que o processo de produção do produto do trabalho no dizer de Marx (idem, idem) “lhe é hostil e estranha”, ou seja, realiza-se a “perda do objeto, do seu produto” e se torna um escravo do seu objeto; porque o homem recebe trabalho e os meios de subsistência. Para Marx (idem, idem) “o auge desta servidão é que somente como trabalhador ele pode se manter como sujeito físico e apenas como sujeito físico ele é trabalhador”. A relação das crianças e dos adolescentes com o produto do trabalho é um dos aspectos da alienação do trabalho das crianças e dos adolescentes na produção sob a lógica do capital.

Na sociedade capitalista, sob o ponto de vista histórico, alienação produtiva pelo trabalho infantil se expressa no objeto estranhado, em que as crianças e os adolescentes quanto mais trabalham menos. Consiste, portanto a negação da dimensão humana desse grupo social, quando deveria, por essência, desenvolver o princípio da liberdade, da criatividade e da humanização, na perspectiva gramsciana do trabalho como princípio educativo.

Entretanto, aparece no discurso das crianças e dos adolescentes o trabalho infantil como fonte de servidão ao objeto, como objeto estranhado limita o desenvolvimento das dimensões da vida social. Assim, relata a adolescente entrevistada: [...] Eu cuido da casa e das crianças. É um trabalho pesado e de responsabilidade, que me causa muito aborrecimento [...]. Eu acordo muito cedo para trabalhar, para cuidar das crianças [...] não tenho tempo para os estudos (BEIJA FLOR, 13 ANOS).

Com base na fala da adolescente acima citada, esse tipo de ocupação, como o trabalho infantil doméstico, se revela “como [com] um objeto estranho”, quando cuidam de outras crianças e não tem quem a cuide dela, por conseguinte, “quanto mais o trabalhador se desgasta trabalhando,

tanto mais poderoso se torna o mundo objetivo, alheio que ele cria diante de si” (Op. Cit.).

Nesse sentido, da alienação, o trabalho das crianças e dos adolescentes aparece como objeto estranho a ela, pertencendo a outra pessoa. Marx (2010b) explica que se trata da alienação do trabalhador em relação ao seu objeto, ou seja, quanto mais o trabalhador produz, mais valor ele cria e menos valor ele tem.

O trabalhador encerra a sua vida no objeto, mas agora ela não pertence mais a ele, mas sim ao objeto. [...] quão maior esta atividade, tanto mais sem-objeto é o trabalhador. Ele não é o que é o produto. [...] quanto maior este produto, tanto menor ele mesmo (MARX, 2010b, p. 81).

Assim, portanto, o trabalho infantil manifesta a exteriorização das crianças e dos adolescentes trabalhadores em seu produto como um objeto, além disso, no dizer de Marx (Op. Cit.) “que se torna uma existência que existe fora dele, independente dele e estranha a ele”. O produto do trabalho não pertence a elas, pois não satisfaz uma carência do contrário é tão somente um meio para satisfazer necessidades fora do trabalho, “a necessidade de manutenção da existência física”.

Para Marx (Idem, p. 82) “a relação imediata do trabalho com os seus produtos é a relação do trabalhador com os objetos da sua produção”.

O produto é, de fato, apenas a síntese da atividade, da produção. Consequentemente, se o produto do trabalho é alienação, a própria produção deve ser alienação ativa - a alienação da atividade e a atividade da alienação. A alienação do objeto do trabalho simplesmente resume a alienação da própria atividade do trabalho (MARX, 2010b, p. 82).

É nessa perspectiva, então, que se pode compreender o trabalho infantil, que se transforma em um objeto, em que às crianças e os adolescentes só conseguem ter acesso com muito esforço físico e social. “A apropriação do objeto aparece como alienação a tal ponto que quanto mais objetos o trabalhador produz tanto menos pode possuir e tanto mais fica dominado pelo seu produto, o capital” (Op. Cit.).

Do mesmo modo, é o trabalho infantil, que não é voluntário, porém imposto às crianças e aos adolescentes, que explora a sua força de trabalho, tornando-os alienados, conseqüentemente o estranhamento do produto do seu trabalho e da atividade prática. Manifesta, portanto um tipo de trabalho como exploração, como miséria contra o caráter emancipatório do trabalho essencial a vida que os realiza. O “trabalho no qual o homem se exterioriza, é um trabalho de autossacrifício, de mortificação” (MARX, Idem, p. 83).

4.2.2 TRABALHO INFANTIL COMO ALIENAÇÃO DA ATIVIDADE

Marx (2010b) diz que a alienação da atividade do trabalho se mostra também no ato da produção, dentro da própria atividade produtiva, da relação existente entre o trabalhador e a atividade. O trabalhador também não controla o processo de produção da sua atividade, não controla os meios de produção e causa o estranhamento entre o trabalhador e a atividade do seu trabalho.

A relação do trabalho infantil com o ato da produção no interior do trabalho revela-se na atividade como fonte de desgosto porque para as crianças e os adolescentes o trabalho é uma obrigação, não é algo que, ao fazer, promove prazer, decerto causa a fadiga. Como afirma o discurso da criança entrevistada. (GARÇA, 11 ANOS). “O trabalho é por obrigação, para ajudar no trabalho doméstico [...]. Às vezes fico aborrecida e doente [...] Não quero fazer nada [...] ter um tempo livre”.

Nesse sentido e de acordo com Marx (2010b) as crianças e os adolescentes da Amazônia paraense não desenvolvem “livremente suas energias mentais e físicas”, mas estão fisicamente esgotadas e mentalmente despedaçadas. Ainda segundo Marx (2010b, p. 83), a alienação da atividade tem causa o embrutecimento do homem, pois “a relação do trabalhador com a sua própria atividade lhe é estranha, não pertencente a ele, portanto atividade como miséria, a força como impotência, a procriação como castração”.

Trata-se, portanto de o trabalho infantil determinar às crianças e aos adolescentes um ritmo de trabalho contínuo, com extensa jornada trabalhada e como único modo de subsistência. Por meio do trabalho infantil, portanto as falas manifestam um tipo de trabalho forçoso que expressa fadiga, que não permite às elas satisfazerem suas necessidades fora dele, como limita o desenvolvimento da energia física e espiritual livre.

O trabalho infantil, portanto é exterior ao prazer da vida humana das crianças e dos adolescentes, manifesta-se como negador do ser social, o seu trabalho não é, portanto voluntário, mas forçado, trabalho obrigatório, não para satisfazer necessidades vitais, mas apenas como meio para suprir outras carências.

A atividade produtiva do trabalho das crianças e dos adolescentes não lhes pertence, pressupõe uma atividade forçada, conforme observamos a partir da fala da criança entrevistada; (JAÇANA, 10 ANOS) “O trabalho é uma troca, moro com minha “tia” para poder estudar [...] É, trabalho doméstico [...] não tem fim [...]”.

Da fala da criança entrevistada acima, portanto se confirma o estranhamento do objeto do seu trabalho, como manifesta a exploração da sua força infantil, ao negá-las o trabalho “como atividade vital”, socializador das relações humanas, como auto-organização da vida, mostra a contradição da humanização do ser social “aparece como estranhamento, a autoatividade como atividade para outro e como atividade de outro” (MARX, 2010b, p. 83).

É nesse sentido que podemos compreender o discurso do adolescente entrevistado sobre a atividade do seu trabalho – “Eu trabalho ajudando o meu irmão na feira a vender e matar o frango [...]. É para ajudar a nossa mãe com as despesas [...]” (PATATIVA, 12 ANOS). A fala do adolescente permite-nos observar o trabalho infantil como alienação do trabalho, como a atividade negadora da infância e da adolescência, quando transforma a vida simplesmente em meio de subsistência e a existência

física aparece como único meio de satisfação de uma necessidade que é a sobrevivência, negando o trabalho como atividade autocriação.

O trabalho infantil como alienação da atividade produtiva desumaniza as crianças e os adolescentes da Amazônia paraense ao manifestar o estranhamento e a privação dos meios de apropriação do produto do seu trabalho, quando manifesta a separação entre a execução do trabalho e a reflexão sobre o que se faz. Assim, revela a criança entrevistada; (ARARA AZUL, 10 ANOS). [...] “Eu ajudo o meu pai. [...] Porque o que ele ganha no trabalho é pouco. [...]. Ajudante de pedreiro bate a massa [...] Muito pesado, tenho que ficar no sol, na chuva e carrego peso”.

O discurso das crianças e dos adolescentes da Amazônia paraense revela a alienação na realização da atividade produtiva do seu trabalho, quando realizam atividades como vender, lavar e o trabalho doméstico, pois efetivam o ato da produção sem mostrar domínio da apropriação da mesma, apenas fazem porque são obrigadas, revelam que o seu trabalho é apenas um meio de satisfazer necessidades fora dele, ou seja, é apenas um meio de subsistência.

(JURUTI, 10 ANOS). [...] Vender churrasquinho é um tipo de trabalho que parece simples, é pesado [...]. É um trabalho cansativo, deixa o corpo quente, mas tem que ser feito [...]. Tenho a obrigação de ajudar em casa com a comida.

(GARÇA, 11 ANOS). Eu cuido da casa porque moro de favor, então é para ajudar no trabalho. O trabalho é uma obrigação [...]. Se não fizer certinho, às vezes sou punida, [...] quando faço algo de errado.

(ANDORINHA, 13 ANOS). O trabalho de doméstica poderia ser diferente, ser leve. Cuidar da casa e das crianças é muito pesado [...]. Tenho que fazer muitas coisas [...], até durante a noite, também, [...] Já estou esgotada e só quero deitar e dormir.

Tal qual explicado por Marx (2010b) o trabalho como alienação torna-se externo ao trabalhador, isto é não pertence ao seu ser, pois os

homens não se relacionam mais como seres humanos, tão somente como trabalhadores, o homem é estranho ao próprio homem.

É nesse sentido, de acordo com Marx (2010) que as crianças e os adolescentes da Amazônia paraense revelam que no processo de produção da sua atividade efetiva-se a alienação do trabalho, um trabalho enfadonho, como também o estranhamento, quando elas no ato de produção negam-se nele, não se percebe como crianças e adolescentes, mas somente como trabalhadores.

A efetivação do trabalho infantil como alienação aparece no discurso das crianças e dos adolescentes da Amazônia paraense, tanto como o estranhamento do produto do seu trabalho e como da produção da sua atividade, determinando alienação espiritual. Marx explica (2010b, 85) que “a execução do trabalho aparece tanto como uma perversão que o trabalhador se perverte até o ponto de passar fome. A objetivação aparece tanto como uma perda do objeto que o trabalhador é despojado das coisas mais essenciais não só da vida, mas também do trabalho”.

Marx (Op. Cit.) explica que o ato do estranhamento de alienação da atividade humana prática no trabalho se realiza na relação com o ato da produção no interior do trabalho. A alienação do trabalho, portanto, consiste em ser o trabalho externo ao trabalhador, por não fazer parte de sua natureza e não permitir a realização do ser humano no seu trabalho, “mas negar a si mesmo, ter um sentimento de sofrimento em vez de bem-estar, não desenvolver livremente suas energias mentais e físicas, mas fica fisicamente exausto e mentalmente deprimido” (Idem).

As crianças e os adolescentes da Amazônia paraense ao dizerem que trabalham por obrigação, para ajudar a família e pela própria subsistência revelam a alienação no trabalho, pois não se reconhecem como trabalhadores, como também estão estranhados do produto do seu trabalho, porque o acesso da vida humana lhes é negado.

Nossa compreensão evidencia que o fenômeno da objetivação no trabalho das crianças e dos adolescentes da Amazônia paraense confirma

ao mesmo tempo a alienação do produto do seu trabalho e a alienação e perda da sua atividade produtiva. Para tanto, destes dois aspectos do trabalho infantil como alienação do processo de produção do produto do trabalho e alienação da atividade produtiva, consideremos, uma terceira determinação do trabalho estranhado que é a alienação espiritual.

4.2.3 TRABALHO INFANTIL COMO ALIENAÇÃO ESPIRITUAL

A alienação espiritual para Marx (2010b, p. 85) efetiva-se quando “o trabalhador está estranhado do seu ser genérico, do homem, tanto da natureza quando da faculdade genérica espiritual dele, um ser estranho a ele, um meio de existência individual”.

A alienação espiritual segundo Marx (Op. Cit.) não permite ao ser humano a formação humana universal na medida em que o trabalho, a atividade vital, a vida produtiva mesma aparece ao homem apenas como um meio para satisfazer uma carência, a necessidade de manutenção da vida física, assim aparece o trabalho infantil no discurso das crianças e dos adolescentes da Amazônia paraense, alienado do caráter genérico da vida, em que a atividade produtiva e a atividade vital aparecem para suprir somente uma carência, que é a de subsistência.

Marx (2010b) explica que o homem está estranhado do outro, assim como cada um deles está estranhado da essência humana. Estranha o homem o seu próprio corpo, assim como natureza fora dele, tal como a sua essência espiritual, a sua essência humana. “Nega-se a si mesmo, não se sente bem, mas, infeliz, não desenvolve livremente as energias físicas e mentais, mas esgota-se fisicamente e arruína o espírito” (MARX, 2010, p. 114). Assim, as crianças e os adolescentes da Amazônia paraense perdem a sua humanização ao trabalhar somente para a sua subsistência, para manter a existência, de modo que a torna igual aos animais ao ter que abdicar de sua atividade vital consciente.

A alienação espiritual reduz a autoatividade, a atividade livre das crianças e dos adolescentes da Amazônia paraense, que no interdiscurso da

sociedade capitalista sustenta o trabalho obrigatório, impõem a elas o trabalho forçado como meio de produzir apenas a sua subsistência, porque devido as suas condições econômicas são forçados a exploração de força infantil como mão obra de barata.

Weber (2004) diz que a base do capitalismo nas disputas mercantis pelos mercados globais está no uso intensivo de mão de obra barata que beira a escravidão ou servidão por dívidas pela busca incessante do lucro a qualquer custo.

PARDAL (12 ANOS). [...] Sempre tive que ajudar nas despesas da casa, não tem como só estudar. Filho de pobre tem obrigação de trabalhar para sustentar sua família, escuto isso todo dia em casa.

BEIJA FLOR (13 ANOS). Eu trabalho porque preciso me sustentar [...] O ganho dos meus pais não dá para suprir as despesas da casa [...].

O trabalho infantil como alienação espiritual, retira das crianças e dos adolescentes o objeto de sua produção, “o trabalho estranhado arranca-lhe a vida genérica” (MARX, 2010b). Observamos na nossa análise a partir das falas das crianças e dos adolescentes, que a ideologia do capital aparece reiterando ser o trabalho único destino das crianças e dos adolescentes pobre. Forma-se o ciclo da reprodução da pobreza e da mão de obra barata e desqualificada ideologicamente pela sociedade capitalista.

Nesse sentido, a alienação espiritual do trabalho infantil revela-se na voz das crianças e dos adolescentes da Amazônia paraense como atividade estranha do produto do seu trabalho, de sua atividade vital e de seu ser genérico. Trata-se do estranhamento de crianças e de adolescentes da sua “essência espiritual” e da sua “essência humana” (MARX, 2010b, p.85).

UIRAPURU (11 ANOS). Eu trabalho por obrigação para ajudar os meus pais no sustento da casa. [...] Só o dinheiro do meu pai não dá para comprar a comida [...].

ROUXINOL (13 ANOS). Eu trabalho por obrigação, para ajudar nas despesas da casa [...].

Assim, o discurso de crianças e de adolescentes da Amazônia paraense corrobora para o entendimento do trabalho infantil como a alienação do produto, da atividade do trabalho e a alienação espiritual no trabalho. Emerge daí, o trabalho como condição de exploração, como dispêndio de força, que não realiza a formação humana e não satisfaz as necessidades humanas, apenas revela-se como atividade de sobrevivência. Na fala do adolescente entrevistado se reafirma o trabalho infantil como alienação ao dizer que o “trabalho é uma obrigação, tenho que ajudar comprando as coisas para casa. É preciso ter dinheiro para se sustentar” [...] (PARDAL, 12 ANOS).

O produto do trabalho infantil é estranho às crianças e aos adolescentes porque é trabalho alienante e mostra-se como um trabalho pesado, obrigatório para sua subsistência. “O estranhamento de si” de que fala Marx (2010b, p. 83), porque eles não se reconhecem no outro, do contrário apenas o identifica na figura de empregador e não de explorador. Isso também é explicado por Marx (Idem, p. 85): “o homem se encontra alienado de sua vida genérica significa que um homem está alienado dos outros, e que cada um dos outros se encontra do mesmo modo alienado da vida humana”.

O trabalho infantil nos moldes da sociedade capitalista é feito de modo repetido e cansativo dificultando o desenvolvimento social de crianças e de adolescentes porque é trabalho pesado e forçoso. É trabalho abstrato que domina a força de trabalho, portanto é uma atividade negadora do trabalho educativo que promove historicamente opressão do ser social.

O trabalho infantil carrega marcas históricas da exploração do colonizador, dos senhores da casa grande, da modernização das cidades, agravadas pela mudança ocorrida com o advento da sociedade capitalista; são formas de trabalho que causam às crianças e aos adolescentes da Amazônia a exploração de sua força física e o estranhamento de sua atividade vital e de sua essência humana sob o pressuposto do trabalho subordinado ao capital.

No dizer de Marx (2010b) o trabalho alienado inverte a relação, pois o homem, sendo um ser consciente, faz de sua atividade vital, de seu ser, unicamente um meio para sua existência. Essas transformações sociais marcadas pela exclusão social têm formado uma sociedade mais desigual, tirando-lhe sua vida genérica e sua atividade essencial para a existência e formação humana.

O trabalho estranhado faz do ser genérico do homem, tanto da natureza quanto da faculdade genérica espiritual dele, um ser estranho a ele, um meio da sua existência individual. Estranha do homem o seu próprio corpo, assim como a natureza fora dele, tal como a sua essência espiritual, a sua essência humana (MARX, 2010b, p. 85).

Desse modo o trabalho infantil como alienação do trabalho é própria negação da formação omnilateral das crianças e dos adolescentes, ao negá-las a vida genérica, como um ser universal e livre. O trabalho infantil não dignifica, escraviza-as, não lhe pertence, não produz significado. Assim afirma o discurso do adolescente entrevistado: “É um trabalho pesado, exige esforço e tempo [...] Trabalhar de ajudante de pedreiro exige força e disposição [...] Não é para qualquer pessoa [...]” (GUARÁ, 12 ANOS).

CANÁRIO (11 ANOS). Eu trabalho porque todos em casa trabalham [...] É um trabalho muito chato e arriscado. Comecei muito cedo vendendo churrasco lá [...] Tem que ser tudo na hora [...].

PATATIVA (12 ANOS). Então [...] já me machuquei no trabalho lavando carro [...] O parafuso saiu do pneu e furou o meu braço. É um trabalho pesado acordo cedo é longe [...]. Tem que lavar muito para ganhar uma grana [...].

BEM-TE-VI (14 ANOS). O trabalho é uma obrigação do homem [...] Sem o dinheiro ninguém vive [...].

UIRAPURU (11 ANOS). [...] Trabalhar muito para poder juntar dinheiro para descansar e comprar uma bicicleta [...] Ajuda na hora de transportar o tambor [...].

As particularidades reveladas no discurso das crianças e dos adolescentes sobre o trabalho infantil mostram a alienação do trabalho no produto e nas atividades, porque não controlam as suas atividades, o seu

tempo de trabalho, quem controla é sempre o capital. O trabalho infantil, portanto, é a negação da condição humana; nele existe a contradição estabelecida pela inviabilidade de o trabalho infantil constituir-se em perspectiva de trabalho como princípio educativo, isto é, como organizador da vida social em sua plenitude, do contrário como alienação do trabalho favorece os interesses de uma pedagogia do trabalho infantil, de educar e conformar um grupo social no trabalho.

A alienação espiritual para Marx (2010b) resulta da alienação do produto e da alienação na atividade em que as crianças e os adolescentes não controlam o seu trabalho, quando este revela o sofrimento e mostra-se penoso. Para Marx (2010b) ocorre sob o trabalho assalariado, a atividade do trabalho forçado como martírio, que no trabalho infantil as crianças e os adolescentes não se reconhecem pela sua humanidade, mas tão somente como trabalhadoras.

É, portanto um trabalho de servidão, em que não se desenvolve a sua autonomia, o trabalho criativo. A alienação espiritual é “a culminação de tal servidão [do trabalhador frente ao objeto] é que ele [o trabalhador] só pode manter-se como sujeito físico enquanto trabalhador e só é trabalhador enquanto sujeito físico” (MARX, Op. Cit. p. 160).

O trabalho infantil é uma forma de servidão do trabalho de crianças e de adolescentes que são obrigados a vender a sua força em troca de qualquer dinheiro para sobreviver, uma vez que o produto de seu trabalho lhe é estranhado, alienado. Portanto, significa dizer que o trabalho infantil na sociedade capitalista, é trabalho alienado porque o produto do seu trabalho é estranho e sua atividade se volta contra ele, como não possibilita a sua humanização como um ser social.

O interdiscurso do capital é manifestado discursivamente na crença de que qualquer trabalho promove a mudança social, por isso manifesta ser mais importante que a escola. “[...] Não tenho como só estudar, o trabalho é uma obrigação. Minha mãe diz que o filho do pobre tem que trabalhar para não ser vagabundo e estudar só um pouco. O trabalho que faz a gente

crescer e ter dinheiro. [...] Sempre tive que trabalhar” (PARDAL, 12 ANOS). O discurso do adolescente manifesta que o trabalho infantil além de causar sofrimento, também causa prejuízo para o seu desenvolvimento escolar, porque não têm tempo para os estudos.

JAÇANÃ (10 ANOS). [...] Eu trabalho muito e não tenho tempo para cuidar de mim e nem de estudar.

BEM-TE-VI (14 ANOS). O trabalho começa antes de vir à escola e quando volto da escola tenho que limpar tudo lá no salão. (Limpar mesa, arrumar os temperos e varrer o chão). [...] Não sobra tempo para estudar. Não aprendi a ler [...].

Enquanto um fazer o trabalho infantil é valorizado ideologicamente pelo interdiscurso do capital que reitera a importância do trabalho como atributo de formar pessoas decentes, a ideologia de que o trabalho enobrece o ser humano aparece pelo interdiscurso da igreja.

Do contrário vai aparecendo nas vozes das crianças e dos adolescentes como uma forma negativa que as limita de frequentar a escola e de avançar os seus estudos, tanto na escola como em casa. Aparece o trabalho alienante como promessa de futuro melhor e de transformação social.

(JAÇANÃ, 10 ANOS) O trabalho me atrapalha nos estudos porque me deixa cansada. [...] Eu não sei ler [...] Tenho receio e vergonha de dizer isso [...]. Atrapalha o aprender porque não consigo fazer as atividades da escola sozinha [...].

De outro lado, negativamente, o trabalho infantil tem relação com a sociedade capitalista que busca acumulação do lucro, que tem contribuído para a permanência da pobreza. Por essa lógica as crianças e os adolescentes da Amazônia paraense se confrontam com a obrigação de terem que trabalhar para promover a sua subsistência em detrimento dos estudos.

BEIJA FLOR (13 ANOS) Sempre eu acordo muito cedo, de madrugada já estou em pé porque tenho que ir a escola. O meu trabalho é mais cuidar dos filhos dela (irmã), são duas

crianças, então eu não fico sem fazer nada, porque elas são pequenas [...].

ANDORINHA (13 ANOS). [...] Faço muita coisa para depois ir à escola, às vezes já estou cansada para aprender a ler [...].

O trabalho infantil aparece apenas como uma existência física, nesse sentido avança para uma forma perniciosa que não serve para o desenvolvimento da atividade criativa e da autonomia das crianças e dos adolescentes. O trabalho doméstico e de babá representa um trabalho árduo, assim como desperta um sentimento de não gostar da criança que recebe os cuidados, pois a criança e o adolescente não se reconhecem como tal. Quem não se percebe enquanto tal, como alguém que carece de cuidados.

E, para tal reiteramos as nossas análises destacando as falas de crianças e de adolescentes da Amazônia paraense que trabalham nas piores formas de trabalho infantil.

PARDAL (12 ANOS). [...] Lavar carros é para quem tem boa saúde, porque fica molhado [...] Todo trabalho de criança prejudica a saúde por que cansa as mãos e as pernas.

BEIJA FLOR (13 ANOS). [...]O trabalho de doméstica me faz perder aula porque é toda hora que eu trabalho.

UIRAPURU (12 ANOS). [...] Acordo muito cedo e vou vender o tambor na feira [...] me deixa cansado e sem animo até para ir à escola e brincar.

Além disso, o trabalho infantil como alienação espiritual resulta da alienação da atividade e da alienação do produto, significa dizer que as crianças e os adolescentes estão perdendo a sua infância, estão se tornando embrutecidas pelo trabalho infantil.

A opressão de crianças e de adolescentes no trabalho infantil se torna apenas um meio de subsistência, pois reduz auto-organização da vida social e atividade livre, ainda limita o seu desenvolvimento social e cultural. Elas estão inseridas no trabalho infantil por determinantes econômicos da

sua condição de pobreza, de o trabalho ter o significado de educação para a classe dos trabalhadores.

As crianças e os adolescentes não estão ocupadas no trabalho infantil por preferir trabalhar a frequentar a escola, mas, porque são forçadas a essa situação, dadas as condições sociais. O trabalho infantil compromete o seu desenvolvimento de aprendizado dado os riscos das extensas jornadas, que afetam a sua aprendizagem na escola.

O trabalho infantil pode contribuir para afastar as crianças e os adolescentes da escola por causar aversões do aprendizado, por ser impeditivo do crescimento pessoal, fazendo se acentuar a sua situação de pobreza, uma vez que compromete o aumento da escolarização. O discurso das crianças e dos adolescentes, portanto revela que o trabalho infantil gera prejuízo para a sua formação humana por evidenciar nas suas falas as contradições do trabalho como princípio educativo.

O trabalho infantil como sofrimento e o trabalho infantil como alienação revelado no discurso das crianças e dos adolescentes da Amazônia paraense também é caracterizado pela pedagogia do trabalho infantil, o trabalho como ação formativa, para formar um tipo humano necessário à sociabilidade capitalista.

Marx (2010b) afirma que a divisão do trabalho separa o trabalho espiritual (intelectual) do trabalho corporal, que impõe os limites de desenvolvimento pleno das capacidades humanas. Só com o fim da divisão do trabalho, e, portanto, da sociedade capitalista, se pode atingir o florescimento econômico e cultural abundante. O homem omnilateral é o homem pleno, desenvolvido em todas as suas capacidades físicas e intelectuais, não o contrário como é mostrado discursivamente nas falas de crianças e de adolescentes.

SÍNTESE DA CATEGORIA

O trabalho infantil aparece como alienação do produto nas falas das crianças e dos adolescentes, quando enunciam que trabalham para contribuir economicamente com a sua própria família. Trabalham para o seu próprio sustento. Nesse sentido, tratamos de captar por meio dos discursos que o trabalho infantil explora a força infantil das crianças e dos adolescentes da Amazônia paraense.

As crianças e os adolescentes da Amazônia paraense não trabalham de forma livre, não desenvolvem a força mental e física, são forçadas ao trabalho para promover a sua subsistência. Revelam que o trabalho infantil é única forma de sobrevivência, portanto não permite a elas se realizarem fora dele. Contrário ao trabalho como vital a humanização das crianças e dos adolescentes é obrigatório e não supre apenas uma carência.

Como alienação da atividade o trabalho infantil se funda para as crianças e os adolescentes como um fazer estranho a elas, algo pesado, tem relação com um modo de exploração pelo outro (patrão). Por outro lado, o trabalho estar relacionado com ganhar dinheiro para a sua existência.

O discurso de crianças e de adolescentes da Amazônia paraense revela que o trabalho infantil como a alienação do produto, da atividade do trabalho e a alienação espiritual no trabalho, surge da exploração da força do trabalho, do dispêndio de força, pois não realiza a formação humana e não atende as necessidades essenciais de humanização do ser social.

4.3 PEDAGOGIA DO TRABALHO INFANTIL

A pedagogia do trabalho infantil diz respeito a uma formação de um tipo humano de caráter mais limitado e da existência do trabalho alienado, conforme as condições históricas determinadas pela sociedade capitalista, que estiveram relacionadas a formação de um tipo de trabalhador específico, que se volta negativamente para moldar os trabalhadores aos interesses do capital.

A pedagogia do trabalho infantil assume o conceito de trabalho educativo, que diz respeito às práticas empreendidas pelo capitalista, que serve para conformar e moldar às crianças e os adolescentes para uma submissão no trabalho, de forma velada, com o mínimo de gasto, inculcando-lhes a responsabilidade e a obrigação de lutar pela sua sobrevivência, ocultando as formas históricas de servidão, pelo interdiscurso de sempre ajudar à família, de o trabalho ser o remédio do ócio e do vício das drogas para elas.

A pedagogia do trabalho infantil busca alcançar os seus objetivos de aceitação das crianças e dos adolescentes ao trabalho pelo discurso da moral, ao resultar em homem digno; da cultura, ao criar um sentimento de ajudar a família pelo trabalho de cuidar do outro; pelo econômico, de colaborar com o ganho da família para a sua subsistência; aparece o ideológico de profissão no futuro, aos interesses da sociedade capitalista como uma ação formativa.

Por outro lado, o ser humano necessita do trabalho que potencialize a sua emancipação social desobrigando-o do trabalho que explora, de desumanização a que são submetidos. A pedagogia do trabalho infantil como trabalho educativo reduz a capacidade de formação do ser social em contradição ao trabalho como princípio educativo de base humana, como direito e dever de produzir os meios necessários para manter a vida.

O trabalho infantil como ação formativa, portanto assume características da alienação, que causam o embrutecimento de crianças e

adolescentes trabalhadores, pois neste tipo de atividade a dimensão educativa está submissa à dimensão produtiva, de o trabalho formar na lógica capitalista do individualismo, além disso, persiste a lógica do capital de uma formação do trabalho como garantia de profissão no futuro.

O caráter ou princípio educativo do trabalho, no dizer de Sousa Junior, assume,

a qualidade inerente à atividade vital – primeira das formas de objetivação humana, operada pelo ser social em intercâmbio com a natureza para a produção e reprodução da sua existência - de formar/transformar/educar, enfim, tornar o ser social enquanto tal. Essa qualidade, segundo nos parece, é inerente ao trabalho em geral e pertence universalmente ao ser social [...]. Mesmo sob a forma social capitalista o trabalho segue sendo a mais determinante das formas de objetivação, portanto, decisiva para a formação/transformação/educação humana (SOUSA JUNIOR, 2010, p.1).

Registramos que, com base em Sousa Junior (Op. Cit.), que o trabalho como princípio educativo deve ser substantivado, ou seja, deve ser qualificado para que tenha o sentido pleno do trabalho concreto, mas como contradição assume o princípio educativo na sociedade capitalista como forma alienada, que educa os trabalhadores com todas as consequências negativas dela decorrentes. “Mantém sob a forma societal do capital um princípio ou caráter educativo marcado pela contradição: miséria, flagelo” (SOUSA JUNIOR, 2010, p. 1).

O trabalho, portanto, sob o domínio da sociedade capitalista “funda a vida social alienada” (Op. Cit.), assim é o trabalho infantil, que forma as crianças e os adolescentes de forma fragmentada, desumanizada, pois o trabalho que forma o ser humano omnilateralmente é o trabalho não alienado, concreto como condição geral da existência humana.

O trabalho infantil reproduz a pobreza na vida das crianças e dos adolescentes da Amazônia paraense, conforme relata o adolescente entrevistado, “[...] Minha família não estudou [...] tiveram que trabalhar quando crianças” (PATATIVA, 12 ANOS) e manifesta formas degradantes ao

limitar o seu aprendizado e a sua humanização, que vão sendo moldadas por uma educação fragmentada pelas mãos da pedagogia do trabalho infantil sob a égide da sociedade capitalista, que se vincula a negatividade do trabalho alienado pela contradição da “positividade do trabalho enquanto criação e reprodução da vida humana” (FRIGOTTO; CIAVATTA; RAMOS, 2005).

As crianças e os adolescentes entrevistados revelam a ação formativa limitada do trabalho infantil no prejuízo de seu aprendizado, relatam que leem e escrevem pouco. “Bem, se eu tivesse que escolher não trabalhava, escolhia brincar e jogar bola [...]. O trabalho não ajuda nos estudos, previne do crime e livra o homem das drogas [...] Falta tempo para aprender a ler” (PATATIVA, 12 ANOS).

PARDAL (12 ANOS). [...] Então, não tenho tempo para estudar [...] Às vezes eu tento aprender a ler e escrever [...] o cansaço do trabalho não deixa [...]. O trabalho começa bem cedo.

O sentido ideológico do trabalho infantil aparece no interdiscurso do espírito do capitalismo, que está carregado de valores positivos para que as crianças e os adolescentes se sintam no dever de ajudar no sustento da família, “como uma das mais importantes finalidades de sua vida profissional” (WEBER, 2004, p. 50). Assim, o trabalho infantil ganha significado contrário do tempo livre, do lazer em detrimento da valorização da moral contra o ócio, que “a perda de tempo, portanto, é o primeiro e o principal de todos os pecados” (WEBER, 2004).

O trabalho infantil como ação educativa manifesta uma educação voltada para formar o trabalhador empreendedor pela lógica capitalista, assim podemos depreender das falas dos adolescentes entrevistados; Arara Azul (13 ANOS) ao dizer que “todo trabalho é bom para ganhar dinheiro” [...].

GUARÁ (12 ANOS). Eu trabalho para ganhar dinheiro. [...] Ganho pouco, o trabalho do menor não pode ser igual do adulto [...] Eu faço a mesma coisa que um homem faz [...].

ANDARILHO (12 ANOS). Eu trabalho para ter uma profissão no futuro [...] É dever do homem sustentar a sua casa [...] Ganhar dinheiro para comprar um celular bacana. [...]

O trabalho infantil forma às crianças e os adolescentes da Amazônia paraense preparando-as como mão de obra para a produtividade, como consumista, e empreendedores na lógica da sociedade capitalista, o interesse do capital na formação dos trabalhadores é na perspectiva de aceitação da dinâmica produtiva e de uma formação restrita. Como negatividade da formação humana, o trabalho se configura como formativo no sentido de prevenção do ócio, conforme a fala de Guará (12 ANOS) “[...] O trabalho livra o homem de se tornar um malandro”.

Na fala das crianças e dos adolescentes da Amazônia paraense, aparece no interdiscurso do capitalista o trabalho como empreendedorismo⁶¹, como solução da sua condição social. “[...] Todos em casa trabalham para ganhar muito dinheiro, comprar coisas [...] Ajuda sair da miséria, não passar fome [...]” (GAIVOTA, 11 ANOS). O interdiscurso neoliberal ganha ênfase ao mostrar o trabalho como valor moral, pois esconde o individualismo e inculca uma formação do ser humano empreendedor. No dizer de Sousa Junior (2010, p. 60), o trabalho como trabalho abstrato, alienado e trabalho assalariado passa a ser central para a sustentação de uma forma particular de sociedade, da ordem do capital.

Com base nas falas das crianças e dos adolescentes o trabalho infantil pela lógica do capitalista procura inculcar e coagir o trabalhador a viver conforme os interesses do capital. “Eu trabalho na feira, na máquina de abater frango. O trabalho serve para ganhar dinheiro, para ter um futuro, para não roubar, não fazer coisas erradas. [...]. Com dinheiro que recebo eu compro comida, caderno outras coisas” (PATATIVA, 12 ANOS).

As nossas análises revelam que o trabalho infantil do ponto de vista educativo assume uma função produtiva, como dimensão de formação da produção capitalista tem feição mercadológica e está voltado para a

⁶¹ Compreendemos o termo empreendedorismo como ideologia sob a lógica capitalista do aprender a empreender, que reduz o trabalho educativo a alienação do trabalho e serve para inculcar as pessoas às demandas da sociedade capitalista, visando formar um homem trabalhador de novo tipo.

construção de um tipo de trabalhador que se adapte ao processo produtivo do capital, muito presente no interdiscurso da pedagogia do empreendedorismo manifestado na fala das crianças e dos adolescentes da Amazônia paraense. Assim, o adolescente entrevistado revela: “eu trabalho [...] porque é bom ter dinheiro para gastar” (ÁGUIA, 12 ANOS).

A reprodução do interdiscurso do empreendedorismo é revestida de um coletivismo ao esconder o caráter do “individualismo econômico” (GRAMSCI, 2007). Aparece na pedagogia do empreendedorismo o trabalho educativo no sentido de crescimento econômico e não como concentração de renda que reproduz as mazelas sociais e econômicas causadores da pobreza das crianças e dos adolescentes das classes trabalhadoras.

O modelo de organização do trabalho da sociedade moderna, no dizer Gramsci (2007), buscou inculcar um modo de vida para a “construção de um novo tipo de trabalhador e de processo produtivo”. A apresentação de um modo de vida e de trabalho significa ter um trabalho bem sucedido em relação aos demais trabalhadores. E assim fala um adolescente entrevistado: “eu trabalho no lava jato porque ganho mais do que catar lata na rua [...]. O dinheiro é bom para comprar as coisas” (PARDAL, 12 ANOS). Ao proporcionar acesso às mercadorias, o trabalho infantil manifesta algo benéfico, apesar de esconder o caráter da exploração e de servir aos interesses do capital.

A criação de um tipo de trabalhador, competitivo e disciplinado aos interesses da produção do trabalho capitalista visa a uma formação de conformismo marcada pelo individualismo, que esconde a exploração da força de trabalho ao estimular a realização do trabalho empreendedor que favorece o individualismo.

Assim revelam os adolescentes entrevistados

ÁGUIA (12 ANOS). Eu trabalho na chapa ajudando o meu pai a vender lanche. Tem uma quantidade diária de pão e carne como meta do carro. Tem que vender tudo [...].

ARARA AZUL (13 ANOS). A venda do “bagulho” rende dinheiro, [...] mas é arriscado. Eu gosto do perigo, o medo me deixa nervoso. Tem que fazer direito como eles ensinam [...] não pode errar [...].

As crianças e os adolescentes quando questionados se o trabalho infantil colabora com o aprendizado escolar, manifestam um discurso que revela que começaram a trabalhar pela necessidade de ajudar de alguma forma em casa, pela obrigação de trazer algum dinheiro para complementar as despesas da casa. De outro lado, falaram do desejo de fazer atividades criativas para o seu desenvolvimento social.

ARARA AZUL (10 ANOS). Se eu pudesse escolher não queria trabalhar agora [...] eu ia querer estudar e brincar. Ver filme [...]. Quando tem tarefa da escola eu tento fazer. [...] nunca sei [...]. A atividade está sempre errada.

GUARÁ (12 ANOS). Estudar inglês [...] Brincar, estudar e jogar bola. Talvez, eu fizesse um curso de informática e de inglês. [...] Essas coisas que adolescentes gostam de fazer [...] Parece muito na televisão. Só estudo um pouquinho, o tempo é muito corrido.

UIRAPURU (11 ANOS). [...] Eu jogava bola. Eu não estudo, porque não sei fazer o dever de casa sozinho.

GARÇA (11 ANOS). Eu ia querer fazer muitas coisas [...]. Brincar, assistir televisão e passear no shopping. [...] Não ter que trabalhar muito [...].

O discurso polifônico revela que as crianças e os adolescentes envolvidos no trabalho infantil não têm tempo para a escola, para o lazer, para se desenvolverem plenamente. Revela os discursos das crianças e dos adolescentes que o trabalho infantil inibe o seu desenvolvimento amplo, como dificulta a formação de algumas habilidades. Enquanto pesado e obrigatório este trabalho vai se moldando em um contínuo que se contradiz com a formação humana, como também atrapalha o tempo para brincar, para estudar, para descansar, e, especialmente, porque não possibilita um aprendizado cultural.

A pedagogia do trabalho infantil, portanto bloqueia e limita o desenvolvimento escolar das crianças e dos adolescentes, conforme revela

o adolescente entrevistado. “Não tenho tempo para estudar [...] Às vezes eu tento estudar [...] o cansaço não deixa [...] É preciso dormir cedo porque o trabalho começa bem cedo”. Às crianças e os adolescentes revelam que não têm tempo e que estão sempre enfadadas e cansadas, “Não tenho tempo de estudar em casa, apenas de trabalhar” (BEM-TE-VI, 13 ANOS).

O trabalho infantil forma para o capital, quando não possibilita a humanização e o trabalho criativo das crianças e dos adolescentes, porque sempre promove a alienação do ser social. É tipo um trabalho que não deixa visível o resultado do seu esforço, pois “é consumido quase tão depressa quanto o esforço é despendido”. “Para prover o próprio sustento, o trabalho como labor não torna a vida humana mais produtiva, mas somente mais árdua e mais dolorosa que a vida animal” (ARENDR, 2014, p. 98).

As crianças e os adolescentes em situação de pobreza historicamente estão misturados e divididos entre o crime e o trabalho. São vítimas das transformações sociais marcados pela lógica da produção do trabalho e dos padrões de convívio, impostos pela sociedade capitalista, além de vítimas da “crescente pauperização das camadas populares” (SANTOS, 2008, p. 213).

O trabalho infantil no discurso das crianças e dos adolescentes recorrentemente aparece como algo “natural”, como prevenção da criminalidade muito presente na trajetória de vida dos participantes, seja como tormento ou como trabalho necessário. Aparece no interdiscurso do capital, que ganhar dinheiro é algo bom, sem se importar com as formas de trabalho, apenas reiterando a ideologia do trabalho como prevenção contra o crime e o uso de drogas.

PARDAL (12 ANOS) [...] Eu trabalho porque minha mãe diz que a vida de ladrão só tem dois caminhos morte e a cadeia.

GUARÁ (12 ANOS). [...] Eu trabalho para não ficar na rua. [...] Trabalho para não me tornar um bandido [...] para não usar droga.

CANÁRIO (11 ANOS). Todo trabalho de criança prejudica a saúde porque cansa as mãos e as pernas. Causa doença. Dor

de cabeça e dor na perna, isso impede de ler e escrever. [...]. Atrapalha muito porque não tenho tempo de brincar e de ser livre.

Isso constata que a vida de crianças e de adolescentes no Brasil em circunstância da pobreza é marcada pela contradição “entre os mundos do trabalho e da vadiagem” (SANTOS, 2008) como consequência do desenvolvimento das relações sociais, que são motivadas pela falta de melhores condições de trabalho para as suas famílias.

Nesse sentido, o trabalho infantil como trabalho educativo, que explora a as crianças e os adolescentes de origem trabalhadora, que tem a necessidade de se manter, de cuidar do seu próprio sustento, assume a forma de trabalho alienado pelo seu caráter contraditório, produz riqueza para uma classe e o embrutecimento das crianças e dos adolescentes.

Portanto, a finalidade da pedagogia do trabalho infantil se dedica a normatizar o comportamento das mesmas com base no trabalho alienado, como uma educação da exclusão, “negando-lhes os direitos mais básicos” (ARROYO, 2000), para cumprir seus objetivos pedagógicos, de moldá-las com rigor apropriado a ideia de poder pela opressão de sua força física, mental e social, que significa, ao mesmo tempo, a exploração da força infantil.

É nesse sentido, tal qual observado por Ciavatta, Frigotto e Ramos (2005), ao compreender o trabalho como princípio educativo a partir das pessoas que vivem da venda de sua força de trabalho; “como pode ser educativo algo que é explorado e, na maior parte das vezes, se dá em condições de não escolha? Como extrair positividade de um trabalho repetitivo, vigiado e mal remunerado”? A compreensão, portanto, se distingue do trabalho como atividade criadora do homem com a natureza, como atividade de autodesenvolvimento físico, material, cultural, social, político e estético dos seres humanos, diferentemente do trabalho infantil como manifestação de vida nas suas formas históricas de sujeição, que forma outras habilidades nas crianças e nos adolescentes da classe trabalhadora. Elas se tornam mais vivas para sair de uma determinada

situação de exploração, quando buscam as brincadeiras com os instrumentos do trabalho.

[...] de servidão ou de escravidão, ou do trabalho moderno, assalariado, alienado, forma específica de produção da existência no capitalismo. Há relações de trabalho concreto que atrofiam o corpo e a mente, trabalhos que embrutecem, que aniquilam, fragmentam e parcializam o trabalhador (CIAVATTA; FRIGOTTO; RAMOS, 2005, p. 57).

O trabalho, além de atividade vital “passa a ser também o pilar fundamental da sociedade negadora do homem” (SOUSA JUNIOR, Op. Cit. p. 60). Nesse sentido, o trabalho infantil educa em favor dos interesses de uma ideologia da pedagogia do empreendedorismo. É um tipo de exploração da força infantil firmado no discurso das classes sociais como forma de educação da classe trabalhadora.

O trabalho infantil como educativo é um tipo de exploração infantil que busca a construção de um tipo de trabalhador voltado aos interesses de produção do capital, “Tem que ser rápido e saber fazer tudo. Eu recebo por produção [...], tem que lavar mais carro e motos, [...] mais dinheiro eu recebo” (PARDAL, 12 ANOS). “Quanto mais tambor é vendido maior é o salário” (UIRAPURU, 11 ANOS).

SÍNTESE DA CATEGORIA

A pedagogia do trabalho infantil aparece no discurso das crianças e dos adolescentes da Amazônia paraense para formar, conformar e inculcar um tipo humano mais limitado, uma formação fragmentada pela existência da alienação do trabalho sob a lógica da sociedade capitalista, cujo objetivo é moldar os trabalhadores aos interesses do capital. Algumas características desta “pedagogia” são:

Formar o empreendedor;

Formar para a aceitação da lógica capitalista;

Inibir a formação de algumas habilidades;

Formar na lógica do individualismo;

Prevenir conflitos e a bandidagem.

O discurso da pedagogia do trabalho infantil como uma ação educativa pela lógica do empreendedorismo procura inculcar às crianças e aos adolescentes a responsabilidade de contribuir economicamente com o próprio sustento, de ganhar o próprio dinheiro para melhorar de vida, portanto forma na lógica do individualismo.

As crianças e os adolescentes da Amazônia paraense constroem um conjunto de saída para burlar a exploração no trabalho infantil, criam ações para se livrar dessa obrigação.

O trabalho infantil tem relação com dinheiro e com a necessidade de ajudar a própria família, aparece como obrigação, para as crianças e os adolescentes o trabalho infantil não tem relação com prazer, com o crescimento profissional, tem relação com obrigação/servidão e com a sua condição econômica, porque aparece como prevenção dos conflitos e do envolvimento na bandidagem.

As crianças e os adolescentes da Amazônia paraense, portanto, revelam que o trabalho infantil inibe a formação de algumas habilidades relacionadas ao aprendizado na escola, como a leitura de mundo, pois a

escola ainda reforça as condições de submissão de uma classe, mostra que não está preparada para formar e preparar os filhos dos trabalhadores. Ainda, as crianças e os adolescentes falam que o trabalho não possibilita o avanço da leitura e da escrita como uma prática de leitura, que permita a interpretação do mundo, do trabalho e da vida, não permite a libertação de seus opressores.

A escola não aparece para as crianças e para os adolescentes como um espaço social, político, ético um lugar de transformação, um espaço das práticas sociais, do contrário é um lugar de estranhamento.

SÍNTESE DO CAPÍTULO

O trabalho infantil é revelado discursivamente de várias formas na polifonia das vozes das crianças e dos adolescentes; trabalho como sofrimento, trabalho como alienação e tendo uma pedagogia, todos coerentes com a lógica capitalista.

O discurso das crianças e dos adolescentes da Amazônia paraense revela o trabalho infantil tendo função econômica, como um trabalho forçado, obrigatório, reforçado pela caracterização de ajudar em casa para prover o seu sustento. Ainda é no interdiscurso representado como dignidade, se mostra ideologicamente como trabalho que promove melhoria da sua condição de pobreza. Aparece revestido discursivamente da voz do outro (capital/igreja) como dever e como obrigação. De outro modo, o trabalho infantil esconde o seu caráter de trabalho penoso e causador de sofrimento.

O trabalho infantil nas falas das crianças e dos adolescentes aparece carregado de ideologia da moral, como coisa benéfica, algo digno recorrentemente manifestado na voz do capital e da igreja pela prevalência de ajudar o outro, contribuindo economicamente com a família. Por outro lado, elas relatam que o trabalho lhes causa aborrecimento, fadiga, perigos de acidentes e medo de punição.

Como alienação do trabalho, ideologicamente, manifesta o discurso da pedagogia do empreendedorismo pela produção e pela atividade do trabalho, manifestado pela obrigação de promover apenas o meio de sua existência. De ganhar o próprio dinheiro para melhorar de vida e para o próprio alento.

O trabalho infantil na lógica do capitalista não permite à auto-organização da vida social das crianças e dos adolescentes da Amazônia paraense, reitera a ideologia de uma pedagogia da subserviência pelo interdiscurso do capital, ou seja, é nas relações sociais que “existe a voz do

outro” [...] uma multiplicidade de vozes revestidas do discurso ideológico do capitalista”, que procura inculcar e formar um tipo de trabalhador específico.

O trabalho infantil existe como decorrente das relações estabelecidas na sociedade capitalista, que reduz para estas crianças a uma sucessão de miséria e violações de direitos, favorecendo a perpetuação do capitalismo.

E o discurso das crianças e dos adolescentes revela isso, mostrando esse trabalho como uma forma negativa, reforçado pelo interdiscurso das religiões e do capital de que pode ser garantia de futuro e possibilidade de mudança da sua condição social. Do contrário, nas falas das crianças e dos adolescentes da Amazônia paraense, o trabalho infantil limita as dimensões sociais, culturais, políticas de humanização da vida social.

A exploração das crianças e dos adolescentes da Amazônia paraense e a sua entrada precoce no trabalho infantil também está relacionada à necessidade de os pais/responsáveis trabalharem e precisar da ajuda dos filhos. Apoiados em Corsaro (2011) pode se dizer que a participação das mulheres no mercado de trabalho cresceu e “afetou a natureza da vida doméstica das crianças, especialmente as suas contribuições ao trabalho doméstico” (CORSARO, 2011, p.115). Ainda de forma negativa, segundo Corsaro (2011) o trabalho infantil tem relação com o arranjo familiar muitas vezes composta apenas por mãe ou por pai, contribuindo para a permanência da pobreza.

As crianças e os adolescentes da Amazônia paraense representam um grupo social em condição vulnerável, cujas expectativas educacionais frequentemente se confrontam com o trabalho infantil. “As taxas de pobreza são muito mais altas para crianças de famílias só com mãe/**pai** do que para outras estruturas familiares” (CORSARO, 2011, p. 119, grifo nosso).

As crianças e os adolescentes revelam que trabalham por necessidade, uma obrigação, pois é necessário ganhar dinheiro, trabalhar em troca de favor (para ter um lugar para morar e para se alimentar). Todas

essas formas de trabalho reveladas no discurso das crianças permitiu a compreensão do que vem a ser o trabalho infantil.

O trabalho infantil aparece como forma de prevenção aos conflitos sociais, à entrada ao mundo do crime e da bandidagem e como livramento do ócio, por isso ganha um sentido moralizante, um impeditivo ao roubo, à rua e a confusões, além de possibilitar algum ganho de dinheiro.

Socialmente o trabalho infantil ainda é justificado e, às vezes, ecoam vozes de que ajuda na educação, na formação de uma pessoa do bem. Aparece nas vozes do outro (igreja/capital/família) com característica positiva, de formar pessoas decentes. São discursos reiterados nas falas das crianças e dos adolescentes ao dizerem do seu trabalho, na tentativa de justificar o porquê de trabalharem.

CONCLUSÃO

Na presente pesquisa, consideramos como objeto de estudo o discurso de crianças e adolescentes da Amazônia paraense sobre o trabalho infantil, tendo como *lócus* quatro escolas da rede estadual do Município de Belém. Assim, a nossa tese caracterizou o trabalho infantil no discurso de crianças e de adolescentes da Amazônia paraense, estando estas, ao mesmo tempo, em condição de ocupadas e estudantes de escolas públicas da rede estadual do Município de Belém.

Escolhemos a cidade de Belém por apresentar altos índices de crianças e de adolescentes em situação de trabalho infantil, conforme dados apresentados no 1º capítulo deste relatório.

Em nossa pesquisa revelamos que o trabalho infantil assume um conteúdo alienante e não tem relação com o conceito de trabalho como princípio educativo, tendo efeito contrário aos processos de humanização. A partir dessa afirmativa passamos a problematizar como o trabalho infantil se manifesta no discurso de crianças e de adolescentes da Amazônia paraense, em condição de ocupados, matriculadas em escolas públicas da rede estadual do Município de Belém.

Assim, consideramos que os objetivos da pesquisa foram alcançados, pois apreendemos o discurso ideológico atravessado pela pedagogia do capital que reproduz o trabalho infantil como atividade educativa às crianças e aos adolescentes de origem trabalhadora. Também apreendemos as peculiaridades que caracterizam o trabalho infantil no discurso das crianças e dos adolescentes. Nesse discurso, o trabalho infantil aparece como causador de um sofrimento patológico e de alienação, como contrário a uma formação humana ampla.

A partir da perspectiva do materialismo histórico dialético, guiado pelas categorias marxiana trabalho, trabalho como alienação e trabalho como princípio educativo e pela perspectiva do trabalho como sofrimento na teoria dejouriana, caracterizamos o trabalho infantil no cenário das políticas

social, econômica e educacional que levou a criação de instituições de disciplinamento para crianças e adolescentes em condição social de pobreza.

Para atender a esses objetivos iniciamos o percurso metodológico com o levantamento bibliográfico acerca do trabalho infantil e também do estudo das categorias trabalho e trabalho como princípio educativo e da história do trabalho infantil no Brasil.

As nossas maiores dificuldades foram no sentido da organização no tratamento dos dados, do recorte metodológico, da opção teórica pela escolha da análise do discurso, da seleção e exclusão das falas das crianças e dos adolescentes, que foram coletadas pelas seções (painel musical, painel trabalho e cine prosa) e por meio da técnica do grupo focal.

Este estudo foi conduzido a partir de algumas referências principais: Marx, para nortear a compreensão do trabalho como necessidade humana e sua dupla dimensão; Gramsci, para resgatar o conceito de trabalho como princípio educativo; e Del Priore e Passeti, para compreender o trabalho infantil como objeto social e histórico. O acesso a documentos oficiais do Brasil como as Constituições foi necessário para apoiar o estudo do limite de idade do trabalho infantil e da sua proibição. Como também a condução das análises pela análise do discurso por meio das categorias bakhtiniana, polifonia e discurso ideológico, manifestado recorrentemente nas falas das crianças e dos adolescentes.

Em seguida, com esse suporte teórico, partimos para a coleta de dados na pesquisa de campo empírico nas escolas. A coleta das informações procedeu-se com base na perspectiva sócio histórica, quanto aos elementos que devem ser buscados no estudo com crianças e adolescentes. Assim, organizamos seções que gradativamente nos franquearam os dados: painel musical, painel do trabalho, painel do trabalho infantil e a roda de conversa do grupo focal com base em Gatti.

Entre os resultados alcançados destacamos que nossas análises revelaram, como principais características do trabalho infantil, a partir das vozes das crianças e adolescentes, que:

1. O trabalho infantil é um tipo de atividade que explora a força infantil, sustentado no discurso ideológico de se constituir como forma positiva de educação. Produz, portanto, sofrimento às crianças.
2. O trabalho infantil cumpre função econômica para as famílias e é aceito na sociedade capitalista como possibilidade de ser educativo para crianças e adolescentes pobres.
3. O trabalho infantil é justificado também no discurso de que pode ser solução para a pobreza de crianças e adolescentes de origem trabalhadora.
4. O trabalho infantil assume a forma de mercadoria, sendo contrário ao trabalho socialmente necessário, produzindo a alienação.
5. O trabalho infantil ideologicamente, no interdiscurso da igreja, pode elevar a alma humana.
6. O trabalho infantil revela conter uma pedagogia, formando indivíduos conformados e ajustados à sua condição laboral. O trabalho infantil é uma atividade que embrutece, no entanto, está impregnado pelo discurso de ser nobre, ainda que revele a forma de servidão, essencialmente às crianças e os adolescentes.

Com essa acepção é percebido na sociedade capitalista como algo enobrecedor, que disciplina corpo e mente contra o ócio. O trabalho infantil tem relação com a exploração da classe trabalhadora e aparece também na fala das crianças como um meio de enfrentar a situação de miséria e de exclusão social das crianças e dos adolescentes em condição de pobreza.

Historicamente, essa forma de trabalho carrega marcas da exploração do colonizador, dos senhores da casa grande, e que com a

modernização das cidades e o advento do capitalismo, ainda mantem formas de trabalho penoso.

É nesse sentido que descrevemos o trabalho infantil materializado como condição de subsistência das crianças e dos adolescentes da classe trabalhadora. Que em vários momentos de suas falas aparece nas diferentes formas de resistência, portanto revela alguma positividade pela negação das crianças e dos adolescentes quando resistem ao trabalho.

As crianças e os adolescentes da Amazônia paraense não tem tempo de viver o brincar, elas vivem uma vida interdita, pela impossibilidade de cultura, no entanto, a contradição aparece quando buscam formas de brincar com a mangueira do lava jato. Elas buscam formas de driblar a exploração do trabalho infantil. Nesse sentido, percebemos que a dialética da pedagogia do trabalho infantil encontra-se na natureza do trabalho efêmero do princípio educativo, que amplia as dimensões.

Em determinada situação desenvolvem trabalhos em espaços públicos, lugares comerciais, privados, mas, especificamente porque são trabalhos pesados e obrigatórios que, de alguma forma, contribuem economicamente com o sustento familiar, recorrentemente.

Por outro lado indicamos que os achados revelados pelo discurso de crianças e adolescentes da Amazônia paraense pode nos guiar a outros caminhos, a outras pesquisas, no sentido de ouvir mais as crianças, os adolescentes, os pais, a escola sobre a participação desse grupo social no trabalho infantil, que provoque um movimento de ampliação das políticas sociais, para enfrentar e erradicar o trabalho infantil recorrentemente reforçado pela sociedade capitalista.

A escola aparece nas falas das crianças e dos adolescentes como incapaz de se tornar uma alternativa de vida, do contrário reforça a lógica do empreendedorismo pela pedagogia sob a égide do trabalho infantil, que distancia a educação como perspectiva de mudança social.

Por outro lado, consideramos que nossos achados apontam para a necessidade de estudos, não menos importantes, que se debrucem sobre as diferentes formas de violências enunciadas pelas crianças e pelos adolescentes e que aparece como marca da trajetória de vida de crianças e de adolescentes em situação de trabalho infantil, o que não foi aprofundada no percurso desta tese.

Consideramos importante a abordagem sobre o trabalho infantil no sentido de mapear os tipos de atividades mais recorrentes desenvolvidas pelas crianças e pelos adolescentes da Amazônia paraense. Um olhar sobre o papel da escola para o trabalho infantil. Ainda consideramos que o debate sobre o trabalho infantil como um fenômeno prejudicial e embrutecedor, que limita o aprendizado das crianças e dos adolescentes, faça parte do currículo escolar, da formação continuada de professores que trabalham na Educação Básica, do gestor escolar, no sentido de ampliar o debate sobre o efeito maléfico do trabalho precoce na formação humana.

Em conclusão, por hora, o discurso das crianças e dos adolescentes da Amazônia paraense se encerra aqui, mas em outro momento pode ser tecido por outras vozes, pois as falas corroboram para sustentar que o trabalho infantil forma negativamente, reforça o medo, é repetitivo, cansativo, penoso, alienante e embrutecedor. Do mesmo modo, é educativo sob a lógica do capital, porque se apresenta como meio para uma vida melhor, mas que limita a ampla formação humana. Portanto, no dizer das vozes polifônicas das crianças e dos adolescentes da Amazônia paraense, o trabalho infantil é causador de um sofrimento patogênico e de alienação.

REFERÊNCIAS

ALVES, Maria Laura da Silva. **A constituição do discurso narrativo polifônico da criança em Bakhtin**: um estudo dos Contos de Fadas e das Lendas da Amazônia. Tese de Doutorado, PUC/São Paulo, 2003.

ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos Ideológicos de Estado**. 10ª Ed., Editora Graal, 2007.

ARAUJO. Ronaldo Marcos de Lima. **O trabalho infantil no Estado do Pará**: uma visão panorâmica. Revista ver a Educação\Universidade Federal do Pará. Centro de Educação. V. 9, n. 1. Belém, 2003.

_____. Este artigo é um excerto do Relatório de Pesquisa do Projeto de Pesquisa **“Práticas Formativas em Educação Profissional**: em busca de uma didática de educação profissional”, financiado no CNPq. Disponível em: www.ufpa.br/ce/gepte. Texto aprovado e publicado nos anais do VII Seminário do Trabalho da RET – Rede de Estudos do Trabalho. Marília-SP, 24 a 28/05/2010.

_____. Tecnologias organizacionais e qualificação os aspectos atitudinais da qualificação. Dissertação de Mestrado, PUC, São Paulo, 1996.

_____. **Desenvolvimento de Competências Profissionais**: as incoerências de um discurso. Tese de Doutorado, PPGEd/FaE/UFMG, 2001.

ARENDT, Hannah. **A condição humana**. 11ª Edição. Tradutor Roberto Raposo. Editora Forense Universitária, 2014, p. 408.

ARROYO, Miguel. Da escola carente á escola possível. Editora Loyola, 2000.

ANDI – Agência de Notícias dos Direitos da Infância; OIT. **Crianças invisíveis**: o enfoque da imprensa sobre o Trabalho Infantil Doméstico e outras formas de exploração. Coordenação Veet Vivarta. SP: Cortez, 2003. (Série mídia e mobilização social: v. 6).

BRANDÃO, Helena H. Nagamine. **Introdução à Análise do Discurso**. 3ª edição – Campinas-SP. Editora da Unicamp, 2012.

BRASIL, **Constituição da República Federal do Brasil**, 05 de outubro de 1988. Imprensa Oficial, Brasília, DF, 1988.

_____. Decreto nº 3597 de 12 de agosto de 2000. **Promulga dentre as piores formas de trabalho infantil** listadas da Recomendação 190, o Trabalho Infantil Doméstico, 2000.

_____. Lei Federal nº 8.069, que rege o **Estatuto da Criança e do Adolescente** - ECA, criado em 13 de julho de 1990 Brasília, DF, 1990.

_____. Decreto nº 6481 de 12 de junho de 2008, o presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva regulamenta **ações voltadas para a proibição do Trabalho Infantil Doméstico**, 2008.

_____. Decreto nº 37/2004, **cria o PETI – Programa de Erradicação do Trabalho Infantil**. Brasília, 2004.

_____. **Plano Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Trabalhador Adolescente**. Brasília, Ministério do Trabalho e Emprego, Secretaria de Inspeção do Trabalho, 2004.

BRASIL; Organização, Internacional do Trabalho – OIT, **no combate ao trabalho infantil** – Relatório 2004. Disponível em <http://www.oit.com.br>. Acesso em 05/02/2009.

BRASIL. **Plano Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção do Adolescente Trabalhador**. Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil. – 2. ed. – Brasília: Ministério do Trabalho e Emprego, 2011. 95 p.

_____. **Combatendo o trabalho infantil: Guia para educadores / IPEC**. – Brasília: OIT, 2004.

Ministério do Desenvolvimento e Combate a Fome. **Gestão do Programa de Erradicação do trabalho infantil no SUAS**. Brasília, 2010.

BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. Introdução e tradução do russo Paulo Bezerra; prefácio à edição francesa Tzvetan Todorov. 4ª edição. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

_____. **Marxismo e filosofia da linguagem**. Tradução de Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira. 13ª edição. São Paulo: Hucitec, 2009.

BOCK, Ana Mercês Bahia; FURTADO, Odair; TEIXEIRA, Maria de Lourdes Trassi. **Psicologias: uma introdução ao estudo da psicologia**. 13. ed. São Paulo: Saraiva, 2001.

CHIZZOTTI, Antônio. **Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais**. Editora Cortez, 2010.

Clavatta, Maria Franco. **Trabalho como princípio educativo na sociedade contemporânea**. 2002.

_____. **Trabalho como princípio educativo.** In. Dicionário Educação Profissional Saúde. Organizadores: Isabel Brasil Pereira; Júlio César França Lima. 2. ed. rev. ampl. Rio de Janeiro, EPSJV, 2008.

CORSARO, William A. **Sociologia da infância.** Tradução Lia Gabrielle Regius reis; revisão técnica: Maria Letícia B. P. Nascimento. – Porto Alegre: 2ª edição. Artmed, 2011.

DEL PRIORE, Mary. **História das crianças no Brasil.** (Org). 6. Ed. 1ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2008.

DEJOURS, Christophe. **A loucura do trabalho:** estudo psicopatologia do trabalho. Tradução de Ana Maria Izabel Paraguay e Lúcia Leal Ferreira. 5. Ed. Ampliada – São Paulo: Cortez – Oboré, 1992.

DIEESE. Departamento Intersindical Estatística e estudos socioeconômicos. Escritório Regional do Pará. **Os 20 anos do ECA e a questão do trabalho infantil.** Relatório de pesquisa divulgada em 12 de junho de 2010.

ENGELS, Friedrich. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra.** Tradução B. A. Schumann; supervisão, apresentação e notas José Paulo Netto. – [Edição revisada]. – São Paulo: Boitempo, 2010.

_____. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado.** Tradução de Ruth M. Klaus. São Paulo: Centauro, 2007.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **A produtividade da escola improdutiva,** 2006.

_____. **Educação e a Crise do capitalismo real.** 5 Ed. – São Paulo, Cortez, 2003.

_____. FRIGOTTO, Gaudêncio. **Trabalho.** In. Dicionário Educação Profissional Saúde. Organizadores: Isabel Brasil Pereira; Júlio César França Lima. 2. ed. rev. ampl. Rio de Janeiro, EPSJV, 2008.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise. O trabalho como princípio educativo no projeto de educação integral de trabalhadores-excertos, 2005.

FREITAS, Maria Teresa. **A abordagem sócio-histórica como orientadora da pesquisa qualitativa.** São Paulo: Cadernos de Pesquisa. N.16, p.20-39, 2003.

GRAMSCI, Antonio. **Os intelectuais. O princípio educativo. Jornalismo.** Cadernos do cárcere. Volume 2; edição e tradução, Carlos Nelson Coutinho; coedição, Luiz Sérgio Henriques e marco Aurélio Nogueira. 4ª ed. – Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2011.

_____. **Tema de cultura. Ação católica. Americanismo e fordismo.** Cadernos do cárcere. Volume 4; edição e tradução, Carlos Nelson Coutinho; coedição, Luiz Sérgio Henriques e marco Aurélio Nogueira. 2ª ed. – Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2008.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Síntese de Indicadores Sociais:** uma análise das condições de vida da população brasileira, 2009.

KASSOUF, Ana Lúcia. **Custos e Benefícios da eliminação do trabalho infantil no Brasil.** In ANDI. Crianças invisíveis: o enfoque da imprensa sobre o Trabalho Infantil Doméstico e outras formas de exploração. Coordenação Veet Vivarta. SP: Cortez, 2003. (Série mídia e mobilização social: v. 6).

KASSOUF, Ana Lúcia, FONSECA, Cláudia. In ANDI. Crianças invisíveis: o enfoque da imprensa sobre o Trabalho Infantil Doméstico e outras formas de exploração. Coordenação Veet Vivarta. SP: Cortez, 2003. (Série mídia e mobilização social: v. 6).

KRAMER, Sônia. **Autoria e autorização:** questões éticas na pesquisa com crianças. Cadernos de Pesquisa, n. 116, julho/ 2002.

_____. **Por entre as pedras:** arma e sonho na escola. São Paulo: Ática, 1993.

LAMARÃO. Maria Luiza Nobre. **Trabalho Infantil Doméstico:** o lado oculto da exploração de mão-de-obra infanto-juvenil. UFPA, 2003.

_____. **Trabalho Infantil Doméstico:** o lado oculto da exploração de mão-de-obra infanto-juvenil. In ANDI. Crianças invisíveis: o enfoque da imprensa sobre o Trabalho Infantil Doméstico e outras formas de exploração. Coordenação Veet Vivarta. SP: Cortez, 2003. (Série mídia e mobilização social: v. 6).

LOMBARDI, José Claudinei e SAVIANI, Dermeval (orgs). **Marxismo e Educação:** debates contemporâneos. 2ª Ed. Campinas, SP: Autores Associados: HISTEDBR, 2008.

MARX, Karl. **O capital:** crítica da economia política: livro I. Tradução de Reginaldo Sant'Anna. 27ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010a.

_____. **Manuscritos econômicos filosóficos.** Tradução, apresentação de notas Jesus Ranieri. – [4. reimpr.]. – São Paulo: Boitempo, 2010b.

MARX, Karl; ENGELS Friedrich. **A ideologia Alemã:** crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas. Tradutor(a): Rubens

Enderle, Nélio Schneider e Luciano Cavini Martorano. Editora Boitempo, 2007, 616 p.

MAKARENKO, Anton Simionovich. **Conferências sobre Educação Infantil**. Apresentação de Wagner Gonçalves Rossi — Tradução de Maria Aparecida Abelaira Vizotto. Editora Moraes, São Paulo-SP, 1981.

MOURA, Esmeralda Blanco Bolsonaro de. **Crianças Operárias na recém-industrializada São Paulo**. In Mary Del Priore. História das crianças no Brasil. (Org). 6. Ed. 1ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2008.

MRE, Movimento república de Emaús; /CEDECA, Centro de Defesa da Criança e do Adolescente; UFGPA, Universidade Federal do Pará. **Relatório da pesquisa**: levantamento da situação de trabalho infanto-juvenil em escolas de Belém/PA. Belém, 2009.

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital**. 2ª edição. São Paulo: Boitempo, 2008. (Mundo do trabalho).

PASSETTI, Edson. **Crianças carentes e políticas públicas**. In Mary Del Priore. História das crianças no Brasil. (Org.). 6. Ed. 1ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2008.

PISTRAK, M. M. **Fundamentos da escola do trabalho**. Tradução Daniel Aarão Reis Filho. 6ª Ed. Expressão Popular. São Paulo, 2008.

OIT, Organização Internacional do Trabalho. **O fim do trabalho infantil**: um objetivo ao nosso alcance. Global no quadro do seguimento da declaração da OIT sobre os Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho. Tradução para idioma português de Carlos Fiuza e Alexandra Costa. Adaptação para versão brasileira de Pedro Américo Furtado de Oliveira e Cynthia Ramos. Primeira Edição: 2006.

_____. **Combatendo o Trabalho Infantil**: Guia para Educadores / IPEC — Brasília, 2001. Vol. 1 Combate ao Trabalho Infantil.

OIT — Secretaria Internacional do Trabalho; ANDI — Agência de Notícias dos Direitos da Infância. **Piores formas de trabalho Infantil**. Um guia para jornalistas. Editorial Veet Vivarta. Brasília, 2007.

Organização Internacional do Trabalho; BRASIL. **Trabalho infantil doméstico**. Boas práticas de combate ao trabalho infantil. IPEC. OS 10 ANOS DO IPEC NO BRASIL. 2003, p. 223-240.

_____. **Trabalho infantil e educação**. Boas práticas de combate ao trabalho infantil. IPEC. OS 10 ANOS DO IPEC NO BRASIL. 2003, p. 133-162.

_____. **Análise e recomendações para a melhor regulamentação e cumprimento da normativa nacional e internacional sobre o trabalho de crianças e adolescentes no Brasil.** Brasília. Programa IPEC Sudamérica, 2003. 136 p. (Série: Documentos de Trabajo, 171).

_____. **O Trabalho Infantil Doméstico nas cidades de Belém, Recife e Belo Horizonte:** um diagnóstico rápido. Brasília, DF, OIT, 2003. Páginas 274.

_____. **Convenção 138** – sobre idade mínima para admissão a emprego. Aprovadas em 27/06/1973. Promulgada no Brasil no Decreto 4.134 de 15/02/2002.

OLIVEIRA, Oris. **Estudo Legal:** o trabalho infantil doméstico em casa de terceiros no direito brasileiro. Relatório da OIT. 2003.

_____. **O trabalho da criança e do adolescente.** São Paulo: LTr; Brasília, DF: OIT, 1994.

RIZZINI, Irene. **As meninas e o universo do trabalho doméstico no Brasil:** aspectos históricos, culturais e tendências atuais. In ANDI. Crianças invisíveis: o enfoque da imprensa sobre o Trabalho Infantil Doméstico e outras formas de exploração. Coordenação Veet Vivarta. SP: Cortez, 2003. (Série mídia e mobilização social: v. 6).

_____. **A Criança e a Lei no Brasil** – Revisitando a História (1822-2000). Brasília, DF: UNICEF; Rio de Janeiro: USU Ed. Universitária, 2000.

_____. **O século perdido:** raízes históricas das políticas públicas para a infância no Brasil. Rio de Janeiro: USU Ed. Universitária: Amais, 1997.

_____. **Boas práticas de combate ao trabalho infantil.** In OIT/BRASIL. A atuação do Programa Internacional para a Eliminação do Trabalho Infantil (IPEC) no Brasil, 2002.

RIZZINI, Irma. **Pequenos trabalhadores no Brasil.** In Mary Del Priore. História das crianças no Brasil. (Org). 6. Ed. 1ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2008.

RIZZINI, Irene; Irma Rizzini. **A institucionalização de crianças no Brasil:** percurso histórico e presente. Rio de Janeiro: Ed. PUC/Rio; São Paulo: Loyola, 2004.

RODRIGUES, Doriedson do Socorro. **Saberes sociais e luta de classes:** um estudo a partir da colônia de pescadores artesanais z-16 – Cametá/Pará, Tese de Doutorado, PPGEd/UFGA, 2012.

SANTOS, Marco Antonio Cabral dos. **Criança criminalidade no início do século**. In Mary Del Priore. História das crianças no Brasil. (Org). 6. Ed. 1ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2008.

SARMENTO, Manuel; GOUVEA, Maria Cristina Soares de. **Estudos da Infância**: educação e práticas sociais. (orgs.). 2. ed. — Petrópolis, RJ. Editora Vozes, 2009. — Coleção Ciências Sociais da Educação.

SAVIANI, Dermeval. **Trabalho e educação**: fundamentos ontológicos e históricos. Revista Brasileira de Educação, v. 12 n. 34 jan./abr. 2007.

SAVIANI, Dermeval; LOMBARDI, José Claudinei. **Marxismo e educação**: debates contemporâneos. (orgs.). — 2. ed. — Campinas, SP: Autores Associados: HISTEDBR, 2008.

SOUSA JUNIOR, Justino. **Marx e a crítica da educação**: da expansão liberal-democrática à crise regressivo-destrutiva do capital. Aparecida, SP; ideias & Letras, 2010.

WEBER, Max. **A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo**. Edição 2. Traduzida José Marcos Mariani de Macedo. Editora Companhia das Letras, 2004.

APÊNDICE A – CONVITE PARA REUNIÃO

CONVITE PARA A REUNIÃO

Convidamos os pais ou responsáveis do/a aluno/a _____ para participar da reunião que ocorrerá no dia 10/05/2012 às 10h, para conversamos a respeito da pesquisa que a pesquisadora Ana Paula Vieira e Souza desenvolverá com as crianças da escola estadual (Leão, Trabalho, Peixe Azul e Universal), referente à sua pesquisa de Doutorado em Educação da Universidade Federal do Pará.

Certo de contarmos com a sua presença desde já agradecemos.

Atenciosamente,

Ana Paula Vieira e Souza

APÊNDICE B – FREQUÊNCIA DA REUNIÃO**FREQUÊNCIA DA REUNIÃO**

PAUTA: autorização dos pais ou responsáveis para a realização da pesquisa com os/as alunos das Escolas Estaduais (Leão, trabalho, Universal e Peixe Azul).

DATA: 10/05/2012

ASSINATURA

1. _____

2. _____

3. _____

4. _____

5. _____

6. _____

7. _____

8. _____

9. _____

10. _____

APÊNDICE C – TERMO DE CONSENTIMENTO E LIVRE ESCLARECIMENTO

Termo de Consentimento Livre e Esclarecimento para Pesquisa

Pesquisa: “O trabalho infantil sobre a criança”.

Coordenador/Orientador: Prof. Dr. Ronaldo Marcos de Lima Araujo

Pesquisadora: Ana Paula Vieira e Souza

1. Natureza da pesquisa: Seu/a filho/a é convidado(a) a participar desta pesquisa, que tem como finalidade investigar os enunciados discursivos das crianças sobre o trabalho infantil.

O objetivo deste estudo versa analisar o significado e sentido atribuído ao trabalho infantil das crianças em relação a sua escolarização presentes em seus enunciados discursivos.

Para a realização deste estudo é necessário coletar os dados com as crianças, sujeitos da pesquisa, portanto, desenvolveremos várias atividades mobilizadoras para coletarmos informações sobre os três eixos matriciais (trabalho, criança e trabalho infantil), para posteriormente análise dos dados.

Como se trata de crianças menores de idade, a autorização dos pais e/ou responsável legal da criança é imprescindível.

2. Participantes da pesquisa: Participarão das atividades mobilizadoras as crianças com idades entre 10 e 14 anos das escolas estaduais da Região Metropolitana de Belém. As crianças escolhidas devem ser aluno/a regularmente matriculados nas escolas e atendidos dos programas Bolsa Família e PETI.

3. Envolvimento na pesquisa:

Ao autorizar a participação do seu filho/a neste estudo você está permitindo que ele/a participe das atividades mobilizadoras, sobre as três categorias (trabalho, criança e trabalho infantil), como também autoriza que ele/a participe das conversas dialogadas com a pesquisadora dialogar. Será apresentado às crianças um conjunto de atividades por etapa com perguntas abertas referentes ao trabalho infantil. Além destas questões será solicitado que as crianças assistam a um documentário sobre o trabalho infantil e doméstico e respondam do que trata o filme e se elas trabalham. Na conversa dialogada a pesquisadora Ana Paula usará recursos digitais; como câmera digital para fotografar as crianças nas atividades. O tempo de duração da pesquisa será o tempo de duas horas aula, que é de 50m cada aula, em dias alternados a partir de abril de 2012.

Você tem a liberdade de recusar para que seu/a filho/a não participe sem qualquer prejuízo para si e para seu/a filho/a.

Sempre que quiser você poderá pedir mais informações sobre a pesquisa. Poderá entrar em contato com a pesquisadora responsável da pesquisa nos telefones 8145-1011 ou 9602-6569.

4. Sobre as conversas dialogadas (informais): Serão realizadas na escola em que as crianças frequentam e serão combinadas entre as crianças e a

pesquisadora. A participação será em grupo, para que se sintam à vontade para falar sobre os temas relacionados a trabalho, criança e trabalho infantil.

5. Riscos e desconforto: A participação nesta pesquisa não traz complicações, talvez, apenas, um pequeno sentimento de timidez que algumas crianças possam sentir diante de algumas questões apresentadas. A participação também não traz riscos aos participantes, pois, as crianças estarão no momento de interação somente com a pesquisadora para a coleta das informações e em sala de aula.

6. Confidencialidade: Todas as informações coletadas neste estudo são estritamente confidenciais e anônimas, por este motivo as crianças não serão identificadas com o seu nome, em nenhuma parte do trabalho escrito, serão resguardadas informações do tipo: nome, endereço, filiação. Somente será informado o **nome fictício** de cada criança na tabulação dos dados, a idade e o gênero. Esclarecemos ainda que estas informações sejam veiculadas apenas no meio científico. **Mas, esclareço que serão usadas no texto as imagens das crianças interagindo no momento das conversas dialogadas.**

7. Benefícios: Ao participar desta pesquisa você não deverá ter nenhum benefício direto, compensações pessoais ou financeiras relacionadas à autorização concedida. Entretanto, esperamos que este estudo revele informações importantes sobre as formas como as crianças pensam e compreendem o trabalho infantil, as quais poderão subsidiar reflexões aos profissionais que trabalham na educação e a própria família. Além do mais, estes dados também poderão servir de base para reflexões sobre o currículo e as práticas pedagógicas dos docentes, em especial a valorização das crianças como sujeitos participantes da pesquisa.

8. Pagamento: A criança **não terá nenhum tipo de despesa** por participar desta pesquisa. **E nada será pago** por sua participação.

Tendo em vista os itens acima apresentados, eu, de forma livre e esclarecida, manifesto meu interesse em autorizar o meu filho/a participar da pesquisa.

Ana Paula Vieira e Souza

(Pesquisadora Responsável)

Av. Cipriano Santos, 636 – Bairro de Canudos

CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Declaro que li as informações acima sobre a pesquisa, que me sinto perfeitamente esclarecido sobre o conteúdo da mesma, assim como seus riscos e benefícios. Declaro ainda que, por minha livre vontade, autorizo a criança a qual sou responsável a participar da pesquisa cooperando com a coleta dos dados para posteriores análises.

Assinatura do Responsável

Local e Data

Assinatura da Pesquisadora

Local e Data